GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR GDF

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXII - Nº 40 | SEGUNDA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1998 | PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
VICE-GOVERNADORIA	2
SECRETARIA DE GOVERNO	2
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	3
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	8
SECRETARIA DE SAÚDE	8
SECRETARIA DE AGRICULTURA	8
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	8
SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE	8
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	9
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	9

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	9
CASA MILITAR	10
SECRETARIA DE GOVERNO	10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	11
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	11
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	11
SECRETARIA DE SAÚDE	13
SECRETARIA DE OBRAS	14
SECRETARIA DE TRANSPORTES	14
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	14
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	14
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	14
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	14
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	15
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	15
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	16

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO	17
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	17
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	18
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	27
SECRETARIA DE SAÚDE	28
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	29
SECRETARIA DE OBRAS	29
SECRETARIA DE TRANSPORTES	32
SECRETARIA DE AGRICULTURA	32
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	32
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	33
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	33
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	34
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	34
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	35
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	35
INEDITORIAIS	35
ÍNDICE	38

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 19.054, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

Fixa prazos para comercialização de vales-transporte no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF e dá outras providências.

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o artigo 12, inciso II, da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992, decreta:

Art. 1º Fica estabelecido o período de 02 a 11 de março de 1998 para comercialização dos vales-transporte de séries A-03.4, B-03.4, C-03.4 e D-03.4 aos valores tarifários fixados pelo artigos 2º, inciso I e artigo 3º do Decreto nº 18.268, de 26 de maio de 1997.

Art. 2º Aos empregadores que mantenham cadastrada, junto ao Banco de Brasília S.A. - BRB, quantidade mensal prevista de aquisição de vales-transporte igual ou superior a 200 (duzentas) unidades, fica facultado adquiri-las em até 02 (duas) parcelas, observados os seguintes períodos de aquisição e quantitativos correspondentes a cada parcela:

I - período de 02 a 11 de março de 1998, para aquisição de quantidade igual ou superior a quarenta por cento da quantidade mensal prevista em cadastro;

II - período de 12 a 20 de março de 1998, para aquisição do restante da quantidade cadastrada.

§ 1º No ato da aquisição da primeira parcela, o empregador deverá fornecer, por escrito, ao Banco de Brasília S.A., a previsão das quantidades a adquirir na parcela subseqüente.

§ 2º A opção pela aquisição parcelada na forma deste artigo, sujeitará o empregador à aquisição de vales-transporte em uma única agência, escolhida dentre um conjunto reduzido de agências indicadas pelo BRB.

Art. 3º Os vales-transporte de séries A-02.4, B-02.4, C-02.4 e D-02.4, poderão ser utilizados pelo beneficiário como pagamento da passagem até 31 de março de 1998, quando perderão o valor de uso, podendo ser trocados pelo empregador, junto ao BRB, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º É proibida a revenda de vales-transporte, o infrator estará sujeito as penalidades previstas na legislação existente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de Fevereiro de 1998.
110º da República e 38º de Brasília
ARLETE SAMPAIO

DESPACHO DO GOVERNADOR
Em 4 de fevereiro de 1998

PROCESSO Nº 030.007.695/97 - INTERESSADO: SUADE. ASSUNTO: Contrato nº 226/96. TERMO DE RATIFICAÇÃO - Ratifico os atos praticado pelo Senhor Subsecretário de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno - SUADE, relativos à ocupação de salas e vagas na garagem do edifício Paulo Maurício, no período compreendido entre 1º e 20 de outubro de 1997, em que não houve cobertura contratual por já haver expirado o prazo de vigência do contrato nº 226/96, cuja despesa corresponde a R$ 4.799,23 (quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos).

CRISTOVAM BUARQUE

Of. 017/98 - 1ª SPR/PRG/DF.

VICE-GOVERNADORIA

DESPACHO DA VICE-GOVERNADORA
Em 16 de janeiro de 1998

PROCESSO: Nº 030.008756/97
INTERESSADO: GABINETE DA VICE-GOVERNADORA
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE FIRMA

Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a dispensa de licitação com fulcro no artigo 24, inciso V, da referida Lei, tendo em vista a justificativa de -fls. 62- constante no processo acima citado, nota de empenho nº 00004/98, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), em favor de Cezário de Santana Lacerda, referente a fornecimento de jornais locais e de outros estados para este Gabinete.

Publique-se e encaminhe-se à DEO/DAA/GVG, para as providências complementares.

ARLETE SAMPAIO

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 26 de fevereiro de 1998

PROCESSO Nº : 142.000.144/98
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : ASSINATURA DE PERIÓDICO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 063/98 no valor de R$ 1.224,00 (um mil, duzentos e vinte quatro reais), em favor do Correio Braziliense - Deptº de Assinaturas.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 134.000.919/96
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho n.º 035/98 no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Sobradinho, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 134.000.920/96
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
ASSUNTO : MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 036/98 no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Sobradinho, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.084/98
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho n.º 028/98 no valor de R$ 100,00 (cem reais), em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 132.000.360/98
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
ASSUNTO : CONTRATAÇÃO DO GRUPO AXÉ DUDU

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho n.º 065/98 no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), em favor de Rogério Rodrigues de Almeida
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Taguatinga, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 135.000.004/98
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho n.º 028/98 no valor de R$ 118,40 (cento e dezoito reais e quarenta centavos), em favor da Rápido Planaltina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Planaltina, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 132.002.320/96
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho n.º 029/98 no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Taguatinga, para as providências complementares.

JOÃO CARLOS TEATINI

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DESAFETAÇÃO DE ÁREAS INTERSTICIAS (BECOS) DO SETOR NORTE DE BRAZLÂNDIA

Aos treze dias do mês de fevereiro, do ano de mil novecentos e noventa e oito (13.02.1998), às 19h30, no Ginásio Espelho D'água, sito na Área Especial nº 02, Setor Sul, Brazlândia-DF, reuniu-se a comunidade por provocação da Administração Regional de Brazlândia, por intermédio de publicações no DODF e Jornal de grande circulação, para ampla audiência pública com a finalidade de discutir acerca da Desafetação das Áreas Públicas Intersticiais (becos) do Setor Norte de Brazlândia. O Assessor Técnico da Administração Regional, Sr. Paulo Roberto Ribeiro dos Santos, abriu a audiência registrando a presença do Administrador Regional, Dr. Jamil Francisco dos Santos, e do Sr. João Batista de Lima, Presidente da Cooperativa Habitacional dos Servidores de Segurança Pública de Brazlândia - COSSEP-BRAZ, os quais compuseram a mesa. Na oportunidade, eu, Ana Ferreira de Queiroz, fui convidada a secretariar. O Sr. Paulo Roberto passou a informar o público presente sobre desafetação e mudança de categoria dos bens públicos. Em seguida fez a leitura do substitutivo aos projetos de lei nºs 116/95; 778/95; 779/95; 1015/95; 1.117/96; 1.162/96; 2.432/96 e 2.839/97, de autoria de vários Deputados Distritais. Na seqüência, com a palavra, o Administrador Regional falou sobre a importância da matéria a ser discutida, inclusive realçou o reconhecimento da Câmara Distrital e do Governo do Distrito Federal, pela causa ora abraçada pelos servidores de Segurança Pública. O Sr. João Batista de Lima, agradeceu a presença da comunidade, ao apoio recebido da Administração de Brazlândia e pelo significativo trabalho que tem desenvolvido o Governador do DF, ressaltando ainda que a entidade que ora representa vem mantendo uma luta constante, visando a realização do sonho da casa própria para os

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR GDF

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

trabalhadores policiais. Dada a palavra para a manifestação dos demais presentes, o Sr. João Miguel Milanez, representante da QD 06 Norte, afirmou que anteriormente era contra, porém, hoje, é totalmente a favor, pois os becos ultimamente só servem para as pessoas fazerem uso de drogas e bebidas, além de sexo, e que gostaria que o Sr. Administrador Regional providenciasse a transferência das árvores por ele plantadas no beco ao lado de sua residência, para outro local. O Sr.Damião Miguel dos Santos, representante de um informativo denominado Grupo Brazlândia Unida - GBU, disse que os policiais militares, bombeiros militares e policiais civis, também são pessoas dignas de terem um local para moradia e que os rodoviários de Brazlândia, estão defendendo a causa e o sonho de moradia dos policiais. O Sr. José Alves de Oliveira, Presidente do Botafogo Futebol Clube, Clube de Futebol Amador de Brazlândia e líder comunitário, esclareceu reconhecer o problema de moradia dos policiais, ressaltando os benefícios que podem trazer a efetivação de tal projeto. A Sra. Raimunda de Jesus Monteiro, vizinha de um beco na Quadra 04 Norte, disse que agradece a Deus por este projeto e torce para que o mesmo vá a frente, pois só assim estará livre do lixo e da marginalidade que ali prolifera, inclusive afirmou que por varias vezes a Administração limpou os becos, mas logo depois já estavam cheios de lixo. O Sr. Heber Alves Vaz, concorda com o projeto e tem certeza da vitória agradecendo aos demais que estão a favor do projeto. A Sra. Maria da Cruz Silva, moradora do Setor Norte, parabenizou as pessoas que tiveram a idéia de implantar tal projeto, lembrando que mora há vinte e cinco anos na cidade, sendo esta a melhor notícia que já teve a respeito da destinação dos becos. O Sr. Paulo Roberto retomou a palavra e indagou do plenário se estava suficientemente esclarecido para deliberar sobre a desafetação, obtendo resposta positiva. Colocada a matéria em Regime de Votação, por unanimidade das pessoas presentes, ou seja, sem manifestação contrária, ou de abstenção, as duzentos e quarenta e três (243) pessoas presentes, aprovaram a desafetação, objeto da Audiência Pública. O Sr. Paulo Roberto observou que caso haja manifestação em virtude da decisão ocorrida, o interessado deverá protocolar documento por escrito com as razões, à Assessoria Técnica da RA-IV, no prazo de cinco dias, a contar da publicação da Ata de audiência no DODF. Foi informado ainda a data da próxima audiência pública a ser realizada no Centro de Ensino de 1º Grau, nº 01, sito na Quadra 06, lote 02, Setor Veredas, Brazlândia. Finalmente, o Sr. Paulo Roberto Ribeiro dos Santos, suspendeu os trabalhos até a elaboração da presente ata, dando-se por encerrada, às 20h50, a Audiência Pública. Ana Ferreira de Queiroz, que a secretariei.

PAULO ROBERTO RIBEIRO DOS SANTOS
ANA FERREIRA DE QUEIROZ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DESAFETAÇÃO DE ÁREAS INTERSTICIAS (BECOS) DO SETOR SUL DE BRAZLÂNDIA

Aos dez dias do mês de fevereiro, do ano de mil novecentos e noventa e oito (10.02.1998), às 19h30, no Ginásio Espelho D'água, sito na Área Especial nº 02, Setor Sul, Brazlândia-DF, reuniu-se a comunidade por provocação da Administração Regional de Brazlândia, por intermédio de publicações no DODF e Jornal de grande circulação, para ampla audiência pública com a finalidade de discutir acerca da Desafetação das Áreas Públicas Intersticiais (becos) do Setor Sul de Brazlândia. O Assessor Técnico da Administração Regional, Sr. Paulo Roberto Ribeiro dos Santos, abriu a audiência registrando a presença do Administrador Regional, Dr. Jamil Francisco dos Santos, e do Sr. João Batista de Lima, Presidente da Cooperativa Habitacional dos Servidores de Segurança Pública de Brazlândia - COSSEP-BRAZ, os quais compuseram a mesa. Na oportunidade, eu, Ruth Arruda de Lima, fui convidada a secretariar. O Sr. Paulo Roberto passou a explanar para o público presente sobre desafetação e mudança de destinação dos bens públicos. Em seguida fez a leitura do substitutivo aos projetos de lei nºs 116/95; 778/95; 779/95; 1015/95; 1.117/96; 1.162/96; 2.432/96 e 2.839/97, de autoria de vários Deputados Distritais. Na seqüência, com a palavra, o Administrador Regional falou sobre a importância da proposição, inclusive ressaltou o reconhecimento do Legislativo e do Governo Democrático e Popular pela causa ora abraçada pelos servidores dos segmentos de Segurança Pública do Distrito Federal. O Sr. João Batista de Lima, agradeceu a presença de todos, ao apoio recebido da Administração local e pelo brilhante trabalho que tem desenvolvido o Governador do DF, relatando ainda que a entidade que ora representa vem mantendo uma luta constante, visando a realização do sonho da casa própria para os trabalhadores policiais. Aberta a palavra para a manifestação dos demais presentes, o Sr. Heber Alves Vaz agradeceu aos presentes afirmando que com a ocupação dos "becos" do Setor Sul, a comunidade adjacente terá mais segurança e certamente estaria terminado o problema do lixo e entulho normalmente jogados naquelas áreas. O Sr. Witelo José da Costa, Presidente da Liga de Futebol Amador de Brazlândia, disse que é favorável a desafetação e que se cumprisse efetivamente o projeto aprovado pela Câmara Legislativa. O Sr. Antonio Fonseca de Lima, Presidente da Associação de Moradores de Brazlândia - AMBRA, se disse favorável ao pleito afirmando que todos tem direito à moradia e que a comunidade de Brazlândia espera ansiosa pela ocupação das áreas por parte dos policiais. O Soldado Jean Karlo Sento Sé Andrade, do CBMDF, agradeceu o apoio das autoridades e pediu licença para a leitura de um breve histórico da COSSEP-BRAZ. Após às falações, o Sr. Paulo Roberto retomou a palavra e indagou do plenário se estava suficientemente esclarecido para deliberar sobre a desafetação, obtendo resposta positiva. Colocada a matéria em votação, por unanimidade das pessoas presentes, ou seja, sem manifestação contrária ou de abstenção, as duzentos e quarenta e cinco (245) pessoas presentes aprovaram a desafetação em tela. O Sr. Paulo Roberto salientou que caso haja manifestação relacionada a decisão em questão, deverá ser apresentado documento por escrito com as razões, à Assessoria Técnica da RA-IV, no prazo de cinco (5) dias a contar da publicação da ATA de audiência no DODF. Foi informado ainda a data da próxima audiência pública a ser realizada naquele mesmo local. Finalmente, o Sr. Paulo Roberto Ribeiro dos Santos, suspendeu os trabalhos até a elaboração da presente ata, dando-se por encerrada, às 21h, a Audiência Pública. Ruth Arruda de Lima, que a secretariei.

PAULO ROBERTO RIBEIRO DOS SANTOS
RUTH ARRUDA DE LIMA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO Nº : 131.000.063/97
INTERESSADO : CAESB COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida

TORNAR SEM EFEITO o Reconhecimento de Dívida publicado no DODF nº 25 do dia 05.02.98 pagina 4, à vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o Item I do Artigo 38 combinado com o Item II do Artigo 39, do citado Diploma Legal, reconheço a Dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programa de Desembolso no valor de R$ 17.439,70 (dezessete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta centavos) em favor da firma CAESB COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA.

Publique-se e encaminhe-se o processo à Divisão de Administração Geral, para emissão da respectiva Nota de Empenho, a conta da Dotação de elemento 34.90.92 - Despesa de Exercício Anteriores, do orçamento desta Administração Regional.

CÍCERO CÂNDIDO SOBRINHO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

DESPACHOS DO ADMINISTRADOR

PROCESSO : 145.000.500/97
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
INTERESSADO: NELY TRANSPORTES BRASILIA LTDA.
Tendo em vista a caracterização nos autos do processo e dos requisitos que trata o artigo 80 e 81 do Decreto 16.098 de 29/11/94, reconheço a divida, autorizo a emissão do empenho e pagamento no valor de R$ 4.492,99 (Quatro mil quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos), para pagamento de equipamentos locados por esta Administração para prestação de serviços referente a dezembro/97, elemento de despesa 349092.

PROCESSO : 145.000.500/97
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
INTERESSADO: COMPACTA MÁQUINAS E TERRAPLANAGEM LTDA.
Tendo em vista a caracterização nos autos do processo e dos requisitos que trata o artigo 80 e 81 do Decreto 16.098 de 29/11/94, reconheço a dívida, autorizo a emissão do empenho e pagamento no valor de R$ 2.999,00 (Dois mil, novecentos e noventa e nove reais), para pagamento de equipamentos locados por esta Administração para prestação de serviços referente a dezembro/97, elemento de despesa 349092.

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO: 132.000.043/96
INTERESSADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida

De acordo com o disposto Artigo 80 e 81, Inciso II e VI do Artigo 39 do Decreto número 16.089/94, reconheço a dívida e determino a emissão da nota de empenho e o pagamento no valor de R$ 260,70 (duzentos e sessenta reais e setenta centavos), referente ao pagamento de exercício findo, em favor da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a conta do elemento 349092 – 000, Despesas de Exercícios Anteriores (valor total da fatura n.º 40014700130, mês de dezembro/97). Publique-se e encaminhe-se a DAG, para providências cabíveis.

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 16 de fevereiro de 1998

PROCESSO Nº : 040.013.085/97
INTERESSADO : SEFP
ASSUNTO : RENOVAÇÃO DE ASSINATURA

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da EDITORA NDJ LTDA, objetivando atender despesas com a renovação de uma assinatura anual do Boletim de Licitações e Contratos e Boletim de Direito Administrativo para a Assessoria Jurídica desta Secretaria, no valor de R$ 3.730,00(três mil, setecentos e trinta reais).
A Inexigibilidade de Licitação foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEFP, para as devidas providências.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO N.º 16-SUREC/SEFP, de 25/02/98. Publicado no DODF nº 38, de 26/02/98.

Onde se lê: Processo n.º 043.000175/95.

PROCESSO N.º	AIA N.º	DATA	AUTUADO	Ato Declaratório de Abandono
043.000175/95	27117	13/03/95	CLÁUDIO ROBERTO SANTOS	175/96-SEFP

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
03	Caixas de Vinagre Castelo 12x750 g	6,20	18,60
07	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....

Leia-se: Processo n.º 043.000173/95.

PROCESSO N.º	AIA N.º	DATA	AUTUADO	Ato Declaratório de Abandono
043.000173/95	27117	13/03/95	CLÁUDIO ROBERTO SANTOS	175/96-SEFP

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
03	Caixas de Vinagre Castelo 12x750 g	6,20	18,60
07	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 7/98 - DAR/DAT/SUREC/SEFP

O DIRETOR DO DEPARTAMETNO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei 937, de 13/10/95, regulamentada pelo decreto nº 17.106 de 10/01/96, e a Ordem de Serviço nº 096 de 14/09/95, DECLARA que foram autorizadas as seguintes compensações:

01- Pagamento indevido do IPVA dos exercícios de 1993 e 1994, do veículo de placa AT 2072, no valor de R$ 126,81, com débitos inscritos em Dívida Ativa/Outras Receitas em nome de Carmo Eurípedes Oliveira, CPF nº 038.350.141-53 (processo nº 040.010.412/97).

02- Pagamento a maior do ICMS referente ao mês de maio/95, no valor de R$ 882,56, com ICMS devido a partir de fevereiro de 1998, pela firma STK Cine Foto Ltda., CF/DF nº 07321071/015-83 (processo nº 040.005.403/96).

03- Pagamento a maior do ICMS referente ao mês de novembro/96, no valor de R$ 837,91, com ICMS devido a partir de fevereiro de 1998, pela firma Distribuidora Irmãos Reis S/A, CF/DF n º 07324642/002-80 (processo nº 043.000.233/97).

04- Pagamento a maior do ICMS referente ao Auto de Infração e Apreensão nº 27953/97, no valor de R$ 566,12, com débitos inscritos em Dívida Ativa/Outras Receitas em nome de Eunice Elias Rodrigues, CPF nº 316.454.531-20 (processo nº 040.005.878/97).

05- Pagamento indevido do ICMS referente ao período março/94 a outubro/95, no valor de R$ 1.693,91, com débitos inscritos Dívida Ativa/ Outras Receitas em nome da firma Ferro Velho Pernambucano Ltda, CF/DF nº 07335592/001-38 (processo nº 040.013.499/95)

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 40/98 - DAT/SUREC/SEFP

Credencia técnicos habilitados para lacrar, deslacrar e promover intervenção técnica nos equipamentos ECF, da marca que especifica

O Diretor do Departamento de Arrecadação e Tributação da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Portaria nº 799/97, e pelo constante no P.A. nº 040.015.966/97, resolve:
1 - Credenciar, no território do Distrito Federal, a empresa "ITAUTEC COMPONENTES E SERVIÇOS LTDA", com sede no SHN, Quadra 02, Bloco "C", desta capital, inscrita no CGC nº 52.731.577/0014-91 e no CF/DF nº 07.350.872/002-33, para, através dos técnicos relacionados abaixo, promover intervenção e lacração nos equipamentos fiscais modelos I - 5000 STD; I - 5000 EXP; I - 5000 MF; POS 4000 1E; POS 4000 1E MF; POS 4000 3E; POS 4000 3E MF; POS 4000 ECF IF/3E; POS 4000 ECF - IF/1E; POS 4000 ECF - IF/1E BR; POS 4000 ECF - IF/3E BR.
Técnicos Autorizados:

- Ellen Rosa Nascimento
  RG nº 1.134.582 SSP/DF
  CPF nº 494.671.401-44
- Edmar Carlos de Souza
  RG nº 790.760 SSP/DF
  CPF nº 327.198.411-53
- Eduardo Henrique Soares Brandão
  RG nº 1.060.934 SSP/DF
  CPF nº 429.043.151-87
- Francisco Marcelo Marques Lima
  RG nº 1.566.836 SSP/DF
  CPF nº 807.837.831-91
- Ivonete Oliveira da Costa
  RG nº 730.928 SSP/MA
  CPF nº 224.908.923-04
- Márcio Ferreira dos Santos
  RG nº 902.785 SSP/DF
  CPF nº 384.924.151-34
- Walter Dutra Lima
  RG nº 696.076 SSP/DF
  CPF nº 350.318.801-25
- Roselito Leal da Silva
  RG nº 1.107.909 SSP/DF
  CPF nº 807.837.831-91
- Alexandre Augusto Vasconcelos
  RG nº 1.505.896 SSP/DF
  CPF nº 775.674.981-20

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 41-DAT/SUREC/SEFP, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.015692/97, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos - ITCD, a transmissão dos bens deixados por OTACÍLIO LÁZARO DA SILVA, falecido em 14.05.97, para MARIA DUTRA DA SILVA E OUTROS.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 42-DAT/SUREC/SEFP, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.015864/97, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos - ITCD, a transmissão dos bens deixados por IVO JOSÉ DA SILVA, falecido em 29.07.97, para ANTÔNIA VIEIRA BARBOSA e OUTROS.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 43-DAT/SUREC/SEFP. DE 25 DE FEVEREIRO DE 1998

Isenção quanto ao IPTU e TLP para aposentados/pensionistas.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96, e considerando ainda o que consta dos processos abaixo relacionados, declara:
Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública-TLP, no exercício de 1998, os aposentados/pensionistas, abaixo relacionados, no tocante aos respectivos imóveis:
AGENORA AUGUSTA COELHO, QD 21, LT 56, ST. OESTE-GAMA (PROC. 044.000091/98);
ALCIDES LUIZ COIMBRA, QNN 10,CJ. "H",LT 35-CEILÂNDIA (PROC. Nº 040.001074/98);
ANTÔNIO BRASIL FILHO, QNN.19,CJ "D",LT 45-CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000081/98);
BRUNO BENEDITO DE ALCANTARA, QNM 22,CJ."L",LT 31-CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000032/98);
DIRKE BISPO DE O. COSTA, QD 1, CJ."D",LT 10-ST.SUL-GAMA (PROC. Nº 040.000744/98);
DIVINO SEBASTIÃO PIRES, QD 7, LT 62, ST. OESTE-GAMA (PROC. 044.000130/98);
EMÍLIO C. ALBUQUERQUE, QNL.23,BL."I",CS 04-TAGUATINGA (PROC.Nº 040.016198/97);
FLORISVALDO BISPO DOS SANTOS, QNO 15, CJ "D", LT 33-CEILÂNDIA (PROC. 046.000125/98);
FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, QD 9,CJ."G",LT 5- ST. SUL-GAMA (PROC. Nº 044.000059/98);
FRANCISCO MANOEL DA SILVA , QNP 26,CJ "J", LT 12 - CEILÂNDIA (PROC. Nº 040.001026/98);
GASPAR DE OLIVEIRA, QNN 8, CJ "K", LT 55- CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000069/98);
JOÃO LOPES TERRÃO, SLRV BURITIS QD 1,CJ "H",LT 31-PLANALTINA (PROC. Nº 040.000292/98);
JOÃO MENDES GUIMARÃES, QNP 26, CJ. "T",LT 19-CEILÂNDIA (PROC. Nº 040.001321/98);
JOÃO SEBASTIÃO DA SILVA, QNP 5,CJ. "R",LT.22-CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000067/98);
JOSÉ HENRIQUE FILHO, QD 15,CJ. "B",LT 19-GAMA (PROC. Nº 048.000048/98);
JOSÉ TRAJANO FILHO, QNN 6, CJ. "J",LT 38- CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000082/98);
JOSÉ VALDEMAR DE SOUZA, QNO 13,CJ. "A", LT 46-CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000131/98);
JOSEFA BORBA NEVES, QNN 6, CJ. "H", LT.47-CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000090/98);
LIBERINO JOSÉ CAIXETA, QNL 5, CJ."F", CS 9-TAGUATINGA (PROC. Nº 040.001311/98);
LOURIVAL FRANCISCO DE SOUZA, QNN 10,CJ. "H",LT 19-CEILÂNDIA (PROC. Nº 040.000620/98);
LUIZA MEDEIROS, Q 15, CJ. "E", CS 9- SOBRADINHO (PROC. Nº 040.016163/98);
MANOEL COSTA RIBEIRO, QNO. 16, CONJ. 48, LOTE 16,CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000044/98);
PEDRO IVO DE MOURA, QNP 26, CJ. "T",LT 35 -CEILÂNDIA (PROC. Nº 046.000077/98);
RAIMUNDO P. DE ANDRADE, QD 13, CJ."F", LT.21- ST. SUL-GAMA (PROC. Nº 044.000136/98);
SÉRGIO BARBOSA, QD 38, LT 11, ST. LESTE-GAMA (PROC. 044.000089/98);
ZACARIAS P. AGUIAR, QD 3, CJ "D", LT 6, VILA BURITIS-PLANALTINA (PROC. Nº 040.001294/98).
Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100 de 29.11.94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 44-DAT/SUREC/SEFP, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1998

Credencia empresa a promover intervenção técnica nos equipamentos.

O Diretor do Departamento de Arrecadação e Tributação, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria de Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições legais e fundamentado pelo disposto na Portaria nº 799 de 30/12/97 e Decreto nº 18.955 de 22/12/97, e pelo constante do Processo nº 040.001.243/98, resolve:
Credenciar, para área do Distrito Federal, a empresa "NIHON TELEMÁTICA LTDA", inscrita no CF/DF sob o nº 07.353.600/001-31 e no CGC nº 00.748.088/0001-24, situada à SHCN CL Quadra 306, bloco "A", loja 40 - Térreo, para promover intervenção e lacração de equipamento fiscal ECF-IF, Marca EAGLE, Modelo PRINTER 2000 ECF-IF, através de seu técnico MARY CRISTINA DAYRELL, CPF nº 468.143.541-53 e C.I. nº 986.152 - SSP/DF.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DO DIRETOR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 096, de 11/09/95, resolve:

Excluir o item nº 04 do Ato Declaratório nº 029/97 - DAR/DAT/SUREC/SEFP, publicado no DODF nº 182, do dia 22 de setembro de 1997.

Excluir o item nº 02 do Ato Declaratório nº 002/98 - DAR/DAT/SUREC/SEFP, publicado no DODF nº 026, do dia 06 de fevereiro de 1998.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 27 de fevereiro de 1998

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, AUTORIZO as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Imposto	Valor em R$
040.013.065/97	Ana Maria Alves Dagoberto Fortunato	ITBI	105,52
042.000.962/97	Deslani Hilandy Ferreira Gomes	Taxa de Expediente	52,76
040.011.988/97	Lafayete Oliveira Galvão	IPTU/TLP	958,01
040.014.739/97	Renato Luiz Belineti Naegele	ITBI	1.184,35

SEBASTIÃO QUINTILIANO

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESPACHOS DA PRESIDENTE
Em 2 de fevereiro de 1998

Recurso Voluntário nº 003/98
Recorrente : **DIVA BARROZO FERNANDES BORGES**
Recorrida : Subsecretaria da Receita
DIVA BARROZO FERNANDES BORGES, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.003949/92, pertinente à Reclamação Contra Lançamento de multa e acréssimos moratórios incidentes sobre o ITBI, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 27 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 33). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 10 de Novembro de 1997 (pág. 32), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com o artigo, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94.. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 3 de fevereiro de 1998

Recurso Voluntário nº 766/97
Recorrente : **ANTÔNIO FRANCISCO COELHO**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XII
ANTÔNIO FRANCISCO COELHO, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 142.000599/97, pertinente ao Auto de Infração nº 1580/97, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 30 de Outubro de 1997 (documentos de fls. 13). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 15 de Outubro de

1997 (recibo de fls. 11), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 4 de fevereiro de 1998

Recurso Voluntário nº 696/97
Recorrente : PAPELARIA SÃO PAULO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Advogado : JÚLIO CÉZAR ALVES RIBEIRO
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
PAPELARIA SÃO PAULO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.010707/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1280/96, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 25) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 24 de Setembro de 1997 (documentos de fls. 126). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 19 de Setembro de 1997 (fls. 123), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 730/97
Recorrente : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA
Advogado : PAULO HENRIQUE SILVEIRA FERNANDES NONATO
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.000412/97, pertinente ao Auto de Infração nº 30/97, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 87) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 27 de Outubro de 1997 (documentos de fls. 264). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 20 de Outubro de 1997 (fls. 163), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 732/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **PAPELARIA SÃO PAULO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.010707/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1280/96, de 26 de Junho de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 737/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **TAGUABOX COMÉRCIO DE VIDROS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA**
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.011075/97, pertinente ao Auto de Infração nº 1601/97, de 21 de Julho de 1997, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 738/97
Recorrente : ARMARINHO MILANO LTDA
Advogado : JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
ARMARINHO MILANO LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.009980/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1358/96, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 193) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 22 de Setembro de 1997 (documentos de fls. 227). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 1 de Setembro de 1997 (fls. 223), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 743/97
Recorrente : **J.R. PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA-ME**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
J.R. PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA-ME, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.010069/96, pertinente ao Auto de Infração nº 40861/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 24 de Setembro de 1997 (documentos de fls. 116). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 3 de Setembro de 1997 (recibo de fls. 111), evidenciando-se, assim, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO**, negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 759/97
Recorrente : **PLANALTO PAPÉIS LTDA**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
PLANALTO PAPÉIS LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.013848/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1801/96 - DFE, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 31 de Outubro de 1997 (documentos de fls. 70). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 20 de Outubro de 1997 (pag. 69), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 764/97
Recorrente : COMERCIAL DE ALIMENTOS ALTAMIRA LTDA
Advogado : JOSÉ DINART BARBOSA MENANDRO
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
COMERCIAL DE ALIMENTOS ALTAMIRA LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.006135/97, pertinente ao Auto de Infração nº 833/97, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 121) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 3 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 124). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 10 de Outubro de 1997 (fls. 123), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se. .

Recurso Voluntário nº 768/97
Recorrente : ELETRÔNICA DO LAGO LTDA
Advogado : JOSÉ CARLOS DA MOTTA AMARAL E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
ELETRÔNICA DO LAGO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.002816/97, pertinente ao Auto de Infração nº 210/97, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 196) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 8 de Setembro de 1997 (documentos de fls. 167). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 18 de Agosto de 1997 (fls. 164), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 769/97
Recorrente : ELETRÔNICA OSAKA LTDA
Advogado : JÚLIO CÉZAR ALVES RIBEIRO
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
ELETRÔNICA OSAKA LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.006002/96, pertinente ao Auto de Infração nº 719/96 - DFE, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 19) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 15 de Outubro de 1997 (documentos de fls. 53). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 9 de Outubro de 1997 (fls. 52), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se

Recurso Voluntário nº 770/97
Recorrente : **LINEA BELLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÓVEIS**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
LINEA BELLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÓVEIS, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.010414/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1318/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 10 de Outubro de 1997 (documentos de fls. 35). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 22 de Setembro de 1997 (pag. 34), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 782/97
Recorrente : **CONDOMÍNIO DO BLOCO G SQS 416**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
CONDOMÍNIO DO BLOCO G SQS 416, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.004648/96, pertinente ao Auto de Infração nº 8609/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 26 de Junho de 1997 (documentos de fls. 16). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 10 de Junho de 1997 (recibo de fls. 14), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 5 de fevereiro de 1998

Recurso Voluntário nº 286/97
Recorrente : **TEMPERO MINEIRO**
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
TEMPERO MINEIRO, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.004657/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 17370/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de Março de 1997 (documentos de fls. 07). Embora tempestivo, **DEIXO DE RECEBÊ-LO, negando seguimento ao feito**, com suporte no artigo 10, inciso

XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 16.106, de 30/11/94, porquanto o recorrente não fez prova da legitimidade da sua representação, embora notificada a fazê-lo (documento de fls. 19,11,97). Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 612/97
Recorrente : **LEMAN CONSTRUÇÕES E MINERAÇÃO LTDA**
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XI
LEMAN CONSTRUÇÕES E MINERAÇÃO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 139.001374/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 090/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 4 de Março de 1997 (documentos de fls. 09). Embora tempestivo, **DEIXO DE RECEBÊ-LO, negando seguimento ao feito,** com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 16.106, de 30/11/94, porquanto o recorrente não fez prova da legitimidade da sua representação, embora notificada a fazê-lo (documento de fls. 15). Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 776/97
Recorrente : **AUTO CENTER BRASÍLIA PNEUS LTDA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XI
AUTO CENTER BRASÍLIA PNEUS LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 139.000382/97, pertinente ao Auto de Infração nº 560/97, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 18 de Setembro de 1997 (documentos de fls. 13). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 29 de Agosto de 1997 (recibo de fls. 09), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 799/97
Recorrente : **ANTÔNIO CORRADI**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
ANTÔNIO CORRADI, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 146.000319/94, pertinente ao Auto de Infração nº 10429/94, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 27 de Setembro de 1995 (documentos de fls. 07). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 28 de Agosto de 1995 (recibo de fls. 03), evidenciando-se, portanto, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO**, negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535. de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Em 9 de fevereiro de 1998

Recurso Voluntário nº 718/97
Recorrente : **REECE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
REECE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.004645/96, pertinente ao Auto de Infração nº 473/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 8 de Setembro de 1997 (documentos de fls. 165). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 21 de Agosto de 1997 (pag. 160), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se

Recurso de Ofício nº 734/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **REECE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.004645/96, pertinente ao Auto de Infração nº 473/96, de 25 de Março de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 774/97
Recorrente : CONTERC-CONSTRUÇÃO TERRAPLANAGEM E CONSULTORIA LTDA
Advogado : JOSÉ CARLOS DA MOTTA AMARAL
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
CONTERC-CONSTRUÇÃO TERRAPLANAGEM E CONSULTORIA LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 136.000947/96, pertinente ao Auto de Infração nº 19139/92, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 46) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 29 de Setembro de 1997 (documentos de fls. 226). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 22 de Setembro de 1997 (fls. 225), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 807/97
Recorrente : **AUTO ELÉTRICA COLOMBO LTDA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-VIII
AUTO ELÉTRICA COLOMBO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 136.000248/97, pertinente ao Auto de Infração nº 136/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 11 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 11). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 30 de Outubro de 1997 (recibo de fls. 10), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 10 de fevereiro de 1998

Recurso de Ofício nº 01/98
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **PANDA VEÍCULOS S/A**
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.011944/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1456/96, de 1 de Agosto de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 06/98
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB**
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.007460/97, pertinente ao Auto de Infração nº 976/97, de 26 de Maio de 1997, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 07/98
Recorrente : **SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.007460/97, pertinente ao Auto de Infração nº 976/97, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 24 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 106). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 5 de Novembro de 1997 (pag. 105), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 08/98
Recorrente : NENEN'S CHOPP COMÉRCIO INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA LTDA
Advogado : JOSÉ DINART BARBOSA MENANDRO
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
NENEN'S CHOPP COMÉRCIO INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.014499/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1969/96, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 57) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 23 de Outubro de 1997 (documentos de fls. 55). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 3 de Outubro de 1997 (fls. 53), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 09/98
Recorrente : FRANCISCO RESTAURANTE LTDA
Advogado : CARLOS CELSO DA SILVA
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
FRANCISCO RESTAURANTE LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.002320/97, pertinente ao Auto de Infração nº 175/97, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 59) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 17 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 75). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 5 de Novembro de 1997 (fls. 74), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 27/98
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA**
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.004227/96, pertinente ao Auto de Infração nº 948/96 - DFE, de 27 de Fevereiro de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 28/98
Recorrente : VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA
Advogado : OSWALDO RABELLO MENDES JÚNIOR
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.004227/96, pertinente ao Auto de Infração nº 948/96 - DFE, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 81) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 8 de Dezembro de 1997 (documentos de fls. 109). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 20 de Novembro de 1997 (fls. 108), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se. .

Recurso de Ofício nº 31/98
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **NOPEITO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA**
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.010415/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1297/96, de 26 de Junho de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 32/98
Recorrente : NOPEITO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
Advogado : SÉRGIO LEVERDI CAMPOS E SILVA
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
NOPEITO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.010415/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1297/96, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 93) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 16 de Dezembro de 1997 (documentos de fls. 119). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 26 de Novembro de 1997 (fls. 118), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 35/98
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S/A**
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.004442/97, pertinente ao Auto de Infração nº 504/97 - DFE, de 28,03,97, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 36/98
Recorrente : ALGOÓLEO LUBRIFICANTES E PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA
Advogado : VALDECIR PAGANI
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
ALGOÓLEO LUBRIFICANTES E PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 043.001738/96, pertinente ao Auto de Infração nº 24874/96, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 28) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 13 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 54). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 11 de Novembro de 1997 (fls. 52), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 37/98
Recorrente : **LÚCIO ANTONIO IVAR DO SUL**
Recorrida : Subsecretaria da Receita
LÚCIO ANTONIO IVAR DO SUL, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.011831/97, pertinente à Reclamação Contra Lançamento do IPTU, exercício de 1997, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 22 de Janeiro de 1997 (documentos de fls. 34). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 16 de Janeiro de 1998 (pág. 33), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com o artigo, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94.. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 39/98
Recorrente : PÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Advogado : DJALMA NOGUEIRA DOS SANTOS FILHO
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
PÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.001677/95, pertinente ao Auto de Infração nº 14667/95, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 35) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 11 de Julho de 1997 (documentos de fls. 32). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 23 de Junho de 1997 (fls. 30), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 42/98
Recorrente : **FRANCY PEDONE**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XVI
FRANCY PEDONE, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 146.000049/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1737/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 29 de Dezembro de 1997 (documentos de fls. 06). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 9 de Dezembro de 1997 (recibo de fls. 05), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 11 de fevereiro de 1998

Recurso Voluntário nº 20/98
Recorrente : DIPLOMATA TURISMO LTDA
Advogado : ANÍSIO BATISTA MADUREIRA
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP
DIPLOMATA TURISMO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.012133/96, pertinente ao Auto de Infração nº 1565/96, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 81) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 26 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 120). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 10 de Novembro de 1997 (fls. 119), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 21/98
Recorrente : **COMERCIAL ATACADISTA UNIÃO LTDA**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
COMERCIAL ATACADISTA UNIÃO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.001312/96, pertinente ao Auto de Infração nº 064/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 24 de Outubro de 1997 (documentos de fls. 408). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 7 de Outubro de 1997 (pag. 407), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 13 de fevereiro de 1998

Recurso Voluntário nº 815/97
Recorrente : **REVOLLO E REVOLLO LTDA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
REVOLLO E REVOLLO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.004041/97, pertinente ao Auto de Infração nº 1164/97, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 18 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 08). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 10 de Novembro de 1997 (recibo de fls. 10), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se. .

Em 16 de fevereiro de 1998

Recurso Voluntário nº 751/97
Recorrente : **MILLEN ACESSÓRIOS J. MIL MARTINS**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
MILLEN ACESSÓRIOS J. MIL MARTINS, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.004040/97, pertinente ao Auto de Infração nº 1163/97, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 11 de Novembro de 1997 (documentos de fls. 14). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 10 de Novembro de 1997 (recibo de fls. 13), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 802/97
Recorrente : **LIDERANÇA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
LIDERANÇA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.003773/96, pertinente ao Auto de Infração nº 17980/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de Setembro de 1997 (documentos de fls. 17). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 22 de Setembro de 1997 (recibo de fls. 15), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

CONCEIÇÃO ÁLVARES TEIXEIRA DE CASTRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 27, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições, resolve:
I. Retificar a Portaria nº 16, de 09.02.98, publicada no D.O.D.F. nº 28, de 10.02.98, página 13, no que concerne à composição da Comissão de Sindicância instituída pelo referido instrumento, encarregada de apurar a demora no andamento do processo nº 082.12204/94, que passa a ser a seguinte:
- Presidente: ERCI SOUZA MACHADO;
- Secretária: LUIZABETE BATISTA TAVARES DE SOUZA;
- Membro: TEREZA ANTÔNIA DO SANTOS.
II. Restabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a Comissão concluir o respectivo trabalho e manter as demais disposições da supracitada Portaria.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 29, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13/05/75, resolve:
I. Retificar a Portaria nº 15, de 06.02.98, publicada no D.O.D.F. nº 28, de 10.02.98, página 13, referente à instituição da Comissão de Tomada de Contas Especial para apurar os fatos de que trata o processo nº 082.003260/95, a qual passa a ter a seguinte composição: BOAVENTURA DAVID DE SOUZA, Presidente, IVONE MARQUES TEIXEIRA, membro e RICARDO VILLELA ALVES, membro.
II. Restabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a Comissão concluir o respectivo trabalho e manter as demais disposições da supracitada Portaria.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 30, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 38/98, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.014.274/94, resolve:
I - Autorizar a alteração de denominação do Jardim de Infância Tagarela para ESCOLA TAGARELA, localizada no QNP 14, Conjunto "V", Casas 26, 28, 29 e 30, Setor P Sul, Ceilândia-Distrito Federal, mantida pelo Jardim de Infância Tagarela LTDA.
II - Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, com adoção da Proposta Curricular e da Grade Curricular aprovadas pelo Parecer nº 38/98-CEDF.
III - Validar os atos escolares referentes ao curso ora autorizado, com base no Regimento Escolar.
IV - A ESCOLA TAGARELA está sujeita a inspeção do ensino, nos termos da legislação vigente.
V - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº 082.017415/95(*)INTERESSADO: ESCOLA TEC. FED. DE SÃO PAULO;
ASSUNTO: RESSARCIMENTO.
À vista das instruções contidas no processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94, e de acordo com as disposições do Decreto 17.954 de 30/12/96, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão e liquidação da Nota de Empenho no valor de R$ 1.901,05 (um mil novecentos e um reais e cinco centavos) a favor da Escola Técnica Federal de São Paulo, conforme proposição da DOC/FEDF, devendo a despesa correr à conta do Programa de Trabalho 08.007.0021.8502.0001, fonte 130, elemento 31.90.92.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 32, de 16.2.98.

Em 26 de fevereiro de 1998

PROCESSO Nº : 030.002083/92
INTERESSADO: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE INOCENTE
HOMOLOGO o Parecer nº 11/98-CEDF, de 26.01.98, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é por:
- autorizar, por 4 anos, o funcionamento da Escola de 1º Grau Eficaz, situada na EQNM 5/7, Lote A, Ceilândia Sul, DF, para ministrar o Ensino Fundamental (1º Grau), de 1ª à 8ª série;
- aprovar a Proposta Curricular para o Ensino Fundamental (1º Grau), com a Grade Curricular que se constitui anexo do referido parecer;
- validar os atos escolares praticados pelo estabelecimento de ensino, referentes ao curso de 1º Grau, de acordo com o Regimento Escolar;
- determinar que a escola faça as correções necessárias nos Objetivos Específicos e Conteúdos Programáticos de Matemática, conforme análise feita no referido parecer do CEDF.

PAULO BRASILEIRO DO VALLE FILHO
Adjunto

ALERTA PREVENTIVO
PERÍODO DE CHUVA
Evite retirar a camada vegetal dos barrancos; ela protege contra erosões e deslizamentos

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR
Em 20 de fevereiro de 1998

De conformidade com o que dispõe o artigo 26 de Lei 8.666/93 e as peças que instruem o(s) processo(s) abaixo, ratifico os procedimentos adotados pelo Diretor de Administração Geral/ISDF, referente ao reconhecimento dos atos de inexigibilidade e autorização de despesa em favor da(s) interessada(s) indicada(s), relativo à(s) Nota(s) de Empenho que especifica:

Processo	Interessado	Nº NE	Valor R$
062000025/98	TELEBRASILIA	00028/98	3.696,00
062000026/98	CAESB-CIA. DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA	00029/98	5.152,00

A inexigibilidade de licitação está fundamentada no artigo 25, "caput" da lei 8.666/93

MÁRIO CÉSAR ALTHOFF

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 18 de fevereiro de 1998

ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
PROCESSO: 073.002980/97
INTERESSADO: Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF

Conforme instruções contidas no presente processo e o disposto no artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I do art. 38 combinado com os incisos II e IV do art. 39 do mesmo diploma legal, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho, Notas de Lançamento e Ordem Bancária no valor de R$ 97,00 (noventa e sete reais) em favor da EDITORA PINI LTDA.

Publique-se e encaminhe-se ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS, para as providências necessárias, à conta da dotação de despesa 3490.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES do orçamento desta Fundação.

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 27 de fevereiro de 1998

PROCESSO: 011.000.026/98
INTERESSADO: DEFER/ Serviço de Pessoal
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, nos termos do Artigo 26, da Lei 8.666/93, a inexigibilidade de Licitação em favor do Banco Regional de Brasília - BRB, *com o objetivo de atender despesa com aquisição de Vales Transportes, para servidores deste Departamento, no mês de* março/98. A Inexigibilidade foi fundamentada no que dispõe o Caput do artigo 25 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, tendo em vista o constante do processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Educação Física Esportes e Recreação - DEFER.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 26 de fevereiro de 1998

PROCESSO Nº : 210.000.072/98
INTERESSADO: IBRAHIM FARAH NETO e Outros.
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista dos documentos constantes deste processo, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão da respectiva Nota de Empenho, bem como o seu pagamento, no valor de R$ 18.047,93 (dezoito mil e quarenta e sete reais e noventa e três centavos) em favor de Ibrahim Farah Neto e Outros, com fulcro no Artigo 80, 81 e Incisos II e IV do Artigo 39, do Decreto nº 16.098/94, correndo a despesa à conta da dotação própria, elemento de Despesa 31.90.92.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as providências complementares.

RODRIGO ROLLEMBERG

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO Nº 110
1867ª SESSÃO, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 1998

PROCESSO Nº : 111.000.202/98-5
INTERESSADO: SEMED/TERRACAP
ASSUNTO: Retificação do valor do item "a" da Decisão nº 103/98-DIRET, de R$ 23.346,56 para 25.346,56.
RELATOR – Diretor - OTÁVIO DE CARVALHO FRANCO
A Diretoria, acolhendo o voto do relator, DECIDE retificar o valor do item "a" da Decisão nº 103/98-DIRET, de R$ 23.346,56 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) para R$ 25.346,56 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de fevereiro de 1998

Despacho nº 60/98 - DGA (AA)
Processo nº 26/97
Assunto: reconhecimento de dívida por despesas exercícios anteriores.
Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
No uso da competência a mim delegada no inciso VII do artigo 1º da Portaria-TCDF nº 001, de 02 de janeiro de 1997, RECONHEÇO a dívida por despesas de exercícios anteriores, referente à cessão de servidor, no valor de R$ 11.877,96 (onze mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos), em favor da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, com fulcro no artigo 37 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com os artigos 80 e 81 do Decreto-GDF nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, e, em decorrência, AUTORIZO o respectivo pagamento, condicionado à existência de recursos na dotação orçamentária própria.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento Administrativo, para as devidas providências.

JOSÉ GERALDO DE LANA TÔRRES

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 19.053, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui a Comissão de Estudos que especifica.

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, NO EXERCÍCO DO CARGO DE GOVERNADORA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **DECRETA**:

Art. 1º Fica criada na Secretaria de Governo, Comissão Especial de Estudos, com a finalidade de elaborar decreto de regulamentação da Casa Abrigo.
Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior, será composta dos seguintes membros:
I. Elzira Maria do Espírito Santo, do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal;
II. Maria das Graças Campos, do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal;
III. Ludimila de Ávila Pacheco, da Secretaria de Governo do Distrito Federal;
IV. Archimedes Machado Cunha, da Defensoria Pública do Distrito Federal;
V. Silvia Tavora Kacowicz, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;
VI. Kátia Maria Barreto do Souto, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal;
VII. Maria Natividade G. da Silva Teixeira Santana, da Secretaria de Educação do Distrito Federal;
VIII.Maria Inês Freitas de Oliveira, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;
IX. Irani Franco Riella da Fonseca, da Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal.
Art. 3º A Comissão deverá ser instalada em cinco dias, a partir da publicação deste Decreto, cabendo a coordenação ao Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal.
Art.4º A Comissão terá o prazo de sessenta dias, contados da data de sua instalação, para concluir seus trabalhos.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de Fevereiro de 1998
110º da República e 38º de Brasília
ARLETE SAMPAIO

DECRETOS DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no exercicio do cargo de Governadora, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Tornar sem efeito o Decreto de 13 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 32, de 16 de fevereiro de 1998, que exonerou MARISTELA DA COSTA MARQUES CABRAL matrícula nº 45.640-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Gerência de Habitação da Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal;
Tornar sem efeito o Decreto de 13 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 32, de 16 de fevereiro de 1998, que exonerou, por ter sido nomeada para outro Cargo ISABEL REGINA BRASIL PASCHOAL matrícula nº 8.501-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14 de Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;
Tornar sem efeito o Decreto de 13 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 32, de 16 de fevereiro de 1998 que nomeou ISABEL REGINA BRASIL PASCHOAL matricula nº 8.501-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Gerência de Habitação da Secretaria da Criança e Assistência Social;
Tornar sem efeito o Decreto de 13 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 32, de 16 de fevereiro de 1998, que exonerou, a pedido, JEROLINO JOSÉ DA SILVA do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-07, de Assistente do Serviço de Internação Provisória do Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;
Tornar sem efeito o Decreto de 13 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 32, de 16 de fevereiro de 1998, que nomeou CLAUDIO ZORZO para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-07, de Assistente do Serviço de Internação Provisória do Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;
Tornar sem efeito o Decreto de 13 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 32, de 16 de fevereiro de 1998, que nomeou ARLETE DOS SANTOS MARTINEZ para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14, de Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Exonerar, MATISTELA DA COSTA MARQUES CABRAL matrícula nº 45.640-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Gerência da Habitação da Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal;
Exonerar, por ter sido nomeada para outro Cargo ISABEL REGINA BRASIL PASCHOAL matrícula nº 8.501-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14 de Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;
Nomear ISABEL REGINA BRASIL PASCHOAL matrícula nº 8.501-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Gerência de Habitação da Secretaria da Criança e Assistência Social;
Exonerar, a pedido, JEROLINO JOSÉ DA SILVA do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-07, de Assistente do Serviço de Internação Provisória do Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;
Nomear CLAUDIO ZORZO para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-07, de Assistente do Serviço de Internação Provisória do Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;
Nomear ARLETE MARTINEZ DOS SANTOS para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14, de Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, WASHINGTON LUIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA, do Cargo em Comissão de Assessor, do Posto de Atendimento Regional da Administração Regional de São Sebastião, Símbolo DFA-10, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Nomear MARISTELA DA COSTA MARQUES CABRAL, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, do Posto de Atendimento Regional da Administração Regional de São Sebastião, Símbolo DFA-10, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

EXONERAR, o servidor CAIO JÚLIO BITTENCOURT, do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-09, da Assessoria de Planejamento Estratégico, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, a partir de 13.02.98.

Exonerar, a pedido, **LARISSA BORTONI DIAS**, matrícula nº 1322-6, do Cargo em Comissão, Código DFA-10, de Produtor, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeada para exercer outro cargo, **MALCIA IVONE AFONSO**, matrícula nº 1337-4, do Cargo em Comissão, Código DFA-09, de Redator, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Nomear **MALCIA IVONE AFONSO**, matrícula nº 1337-4, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-10, de Produtor, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Nomear **MARISA ALVES ROMÃO PEREIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-09, de Redator, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, REGINA MAURA FAGUNDES COUTO KUMMEL, matrícula nº 40.203-6, do Cargo em Comissão de Secretário Executivo, Símbolo DFA-10, do Gabinete da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a contar de 1º de março de 1998.

Exonerar, por estar sendo nomeada para outro cargo, MARIA DE FÁTIMA PEREIRA BARBOSA,, matrícula nº 43.118-4, do cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear MARIA DE FÁTIMA PEREIRA BARBOSA, matrícula nº 43.118-4, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Executivo, Símbolo DFA-10, do Gabinete da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear CAROLINE BARBOSA RIBEIRO, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

I - NOMEAR, VILMA FERREIRA MARTINS, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, matrícula nº 33.569-X, para o cargo em comissão de Encarregado do Terminal de Teleprocessamento, Símbolo DFA-03, do Centro de Estudos da Procuradora-Geral do Distrito Federal.

II - EXONERAR, MARIA ELISA HECHT NUNES LEMOS, a pedido, Analista de Administração Pública, matrícula nº 23.290-4, do cargo em comissão de Chefe da Biblioteca Jurídica, símbolo DFG-08, do Centro de Estudos, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

III - EXONERAR, JONATAS COELHO DE LIMA, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, matrícula nº 34.375-7, do cargo em comissão de Encarregado do Terminal de Teleprocessamento, símbolo DFA-03, do Centro de Estudos, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

IV - DESIGNAR, JONATAS COELHO DE LIMA, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, matrícula nº 34.375-7, para responder pelo expediente do Serviço de Biblioteca Jurídica, símbolo DFG-08, do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal

V - EXONERAR, JOSÉ CARLOS SIGMARINGA SEIXAS, a pedido, matrícula nº 47.654-4, do cargo em comissão de Assessor de Relações Públicas, símbolo DFA-12, do Gabinete do Procurador-Geral, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a partir de 18.02.98.

VI - NOMEAR, PATRÍCIA HELENA GROSSI, para o cargo em comissão de Assessora de Relações Públicas, símbolo DFA-12, do Gabinete do Procurador-Geral, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, IVAN AMADO, matrícula nº 90.601-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento Agropecuário da Secretária de Agricultura do Distrito Federal, a partir de 01/03/98.
Nomear JOSÉ MELO DE ASSIS FONSECA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento Agropecuário da Secretária de Agricultura do Distrito Federal.

Exonerar, por motivo de ter sido nomeada para outro cargo, **LUZIA HELENA GOMES DE SOUSA**, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão III (Administradora), Matrícula Nº 118.879-8, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Aplicação de Provas da Divisão de Seleção do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **LUZIA HELENA GOMES DE SOUSA**, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão III (Administradora), Matrícula Nº 118.879-8, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Registro e Movimentação da Divisão de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, por motivo de ter sido nomeado para outro cargo, **JOSÉ BELMIRO RAMOS**, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 119.852-1, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Registro e Movimentação da Divisão de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ BELMIRO RAMOS**, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 119.852-1, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Registro da Seção de Registro e Movimentação da Divisão de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, por motivo de ter sido nomeado para outro cargo, **MARIA DO CARMO RAMOS DOS SANTOS**, Matrícula Nº 136.727-7, do Cargo em Comissão de Secretária do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **MARIA DO CARMO RAMOS DOS SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Aplicação de Provas da Divisão de Seleção do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, por motivo de nomeação para outro cargo, **JOSÉ EVILAÇO DE AGUIAR**, Matrícula Nº 136.735-8, do Cargo em Comissão de Encarregado de Registro da Seção de Registro e Movimentação da Divisão de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ EVILAÇO DE AGUIAR**, Matrícula Nº 136.735-8, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti
R$ 87,12

Remessa via Correios
R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

A VICE -GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governadora, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI e XXVII, , da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR **GEÓRGIA GLACIE ALMEIDA DE SOUSA**, matrícula nº 90.850-9, do Cargo em Comissão de Secretário-Executivo, Símbolo DFA-10, do Gabinete da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

NOMEAR **ISADORA JINKINGS MELO SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário-Executivo, Símbolo DFA-10, do Gabinete da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

ARLETE SAMPAIO

CASA MILITAR

PORTARIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVIII artigo 36, do Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:
AUTORIZAR o afastamento do Distrito Federal com destino à cidade de PALMAS/TO, do MAJOR QOPM PAULO ROBERTO HIROFUMI I - matrícula 49.460/7, nos dias 04 e 05 de março de 1.998, a serviço da Assessoria para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Governador do Distrito Federal.

PAULO CESAR ALVES DOS SANTOS- CEL QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

O Administrador Regional do Riacho Fundo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo inciso XI do art. 43 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.245, 28/dezembro/94, publicado no DODF nº 250, 29/dezembro/94, resolve:
I - Reconhecer Dívida em nome do servidor ABÍLIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA FILHO, mat. 48.690-6, no valor de R$ 1.138,00 (Hum mil cento e trinta e oito reais), por motivo de exoneração do cargo.
II - Encaminha-se à DAG para as providências cabíveis.

PEDRO CÂMARA LEÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

O Administrador Regional do Riacho Fundo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo inciso XI do art. 43 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.245, 28/dezembro/94, publicado no DODF nº 250, 29/dezembro/94, resolve:
I - Reconhecer Dívida em nome do servidor DWIGHT ELISENHOWER CHAVES, mat. 48.069-X, no valor de R$ 169,02 (Cento e sessenta e nove reais e dois centavos), por motivo de exoneração do cargo.
II - Encaminha-se à DAG para as providências cabíveis.

PEDRO CÂMARA LEÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998
O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXIII do Artigo 53 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve:

Constituir nos termos do Artigo 5l, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, comissão especial de licitação composta dos servidores Luis Carlos da Silva, Analista de Orçamento, matrícula nº 44.941-5, Maria de Lourdes Queiroz Silva, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 30.825-0, Nílvea Ribeiro Lopes, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 30.730-0, sob a presidência do primeiro, para proceder os trabalhos relativos a abertura e julgamento de Convite nº 07/98 destinado a aquisição de material de Expediente conforme Processo nº 132.000423/98.

Constituir nos termos do Artigo 5l, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, comissão especial de licitação composta dos servidores Lourival Oliveira da Silva, Técnico de Finançaas e Controle, matrícula nº 25.114-3, Ilma Silveira de Lima Fernandes, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 31.271-1, Fátima Regina de C. Portilho, Técnico de Orçamento e Finanças, matrícula nº 30.891-9, sob a presidência do primeiro, para proceder os trabalhos relativos a abertura e julgamento de Convite nº 06/98 destinado a aquisição de material de Expediente conforme Processo nº 132.000435/98.

Constituir nos termos do Artigo 5l, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, comissão especial de licitação composta dos servidores José de Ribamar Matos Júnior, Analista de Orçamento, matrícula nº 44.058-2, Lourival Oliveira da Silva , Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 25.114-3, e Fátima Regina de C. Portilho, Técnico de Orçamento, matrícula nº 30.891-9, sob a presidência do primeiro, para proceder os trabalhos relativos a abertura e julgamento de Convite nº 05/98 destinado a aquisição de material elétrico conforme Processo nº 132.000425/98.

Constituir nos termos do Artigo 5l, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, comissão especial de licitação composta dos servidores Maria de Lourdes Queiroz Silva, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 30.825-0, Lourival Oliveira da Silva , Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 25.114-3, e Ilma Silveira de Lima Fernandes, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 31.271-1 sob a presidência do primeiro, para proceder os trabalhos relativos a abertura e julgamento de convite nº 04/98 destinado a aquisição de ferramentas conforme Processo nº 132.000424/98.

Constituir nos termos do Artigo 5l, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, comissão especial de licitação composta dos servidores Wagner Martins Ramos, Diretor da Divisão Regional de Agricultura, matrícula nº 25.326-5, Francisco Agrício Pereira de Araújo, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 25.952-7, Nílvea Ribeiro Lopes, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 30.730-0, sob a presidência do primeiro, para proceder os trabalhos relativos a abertura e julgamento de Convite nº 01/98 destinado a aquisição de material agrícola conforme Processo nº 132.000393/98.

Constituir nos termos do Artigo 5l, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, comissão especial de licitação composta dos servidores Iraneide Alves Bezerra, Técnico de Orçamento, matrícula nº 30.830-7, Luís Carlos da Silva, Analista de Orçamento, matrícula nº 44.941-5, José Ribamar Matos Júnior, Analista de Orçamento , matrícula nº 44.058-2 e Ana Paula Cardoso da Silva, Chefe da Assessoria Técnica, matrícula nº 45.746-9, sob a presidência do primeiro, para proceder os trabalhos relativos a abertura e julgamento da Concorrência Pública destinada a ocupação do restaurante/lanchonete localizado no Parque Saburo Onoyama - Taguatinga - DF conforme Processo nº 132.000075/98.

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIAS DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 91, § 1º da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Autorizar a Reassunção de exercício aos servidores abaixo relacionados:

NOME: ROMEU AMANCIO DIAS
MATRÍCULA: 32.150-8
CARGO: Técnico de Administração Pública
CLASSE: 3ª
PADRÃO: II
PROCESSO: 040.001.231/98
VIGÊNCIA: 05.09.97
LOTAÇÃO: SEFP

NOME: MARIA LUCIA MIRANDA
MATRÍCULA: 31.220-7
CARGO: Técnico de Administração Pública
CLASSE: 2ª
PADRÃO: II
PROCESSO: 040.001.231/98
VIGÊNCIA: 13.10.97
LOTAÇÃO: SEFP

NOME: LUÍS ALENCAR BARROS
MATRÍCULA: 30.679-7
CARGO: Técnico de Administração Pública
CLASSE: 2ª
PADRÃO: II
PROCESSO: 040.001.231/98
VIGÊNCIA: 01.12.97
LOTAÇÃO: SEFP

NOME: LÚCIO JOSÉ DOS ANJOS
MATRÍCULA: 91.071-6
CARGO: Auxiliar de Administração Pública
CLASSE: 3ª
PADRÃO: I
PROCESSO: 030.003.641/97
VIGÊNCIA: 30.01.98
LOTAÇÃO: SETER

NOME: JURANDYR SILVA DOS SANTOS
MATRÍCULA: 16.029-5
CARGO: Auxiliar de Administração Pública
CLASSE: 3ª
PADRÃO: I
PROCESSO: 030.000.941/98
VIGÊNCIA: 18.02.98
LOTAÇÃO: SEA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso II, do artigo 1º, do Decreto nº 339, de 12 de dezembro de 1967, e na forma prevista no artigo 84, § 1º da Lei 8.112, de 11/12/90, e ainda o que consta do Processo nº 040.001.231/98, resolve:
Autorizar a reassunção de exercício à servidora Denise Pierre, matrícula nº 43.178-8, Analista de Finanças e Controle, 3ª Classe, Padrão II, a partir de 05/12/97.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 20, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda o que consta do artigo 15, Parágrafo Único, do Decreto Nº 14.648, de 23 de março de 1993,resolve:
Homologar o resultado final da avaliação do Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores de que trata o artigo 4º, do Decreto Nº 14.648, de 23 de março de 1993:

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MAT	NOME	CAT	CONCEITO	DT ING	DT EFT DT HOM
37.110-6	PASCHOAL EUCLIDES CINTRA	AUD.TRI	7,00 EXCELENTE	13.06.96	13.12.97

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

MAT	NOME	CAT	CONCEITO	DT ING	DT EFT DT HOM
47.213-1	ALDAIR NUNES DE ALMEIDA	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	12.02.96	12.08.97
47.337-5	ADILSON DA SILVA SALES	TEC.A.P.	6,30 EXCELENTE	15.02.96	15.08.97
47.147-X	ALESSANDRA A. VASCONCELOS	TEC.A.P.	6,58 EXCELENTE	07.02.96	07.08.97
48.201-3	ALEXANDRE J. S. T. LOPES	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	17.06.96	17.12.97
47.054-6	ALEXANDRE SOARES	TEC.A.P.	6,30 EXCELENTE	19.01.96	19.07.97
47.388-X	ALICE SOUSA NUNES	TEC.A.P.	6,44 EXCELENTE	22.02.96	22.08.97
47.622-6	ALISSON MORAIS GIANNI	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	15.03.96	15.09.97
48.356-7	ANA MARIA FREIRE DIAS	TEC.A.P.	5,88 EXCELENTE	15.07.96	15.01.98
47.182-8	ARUTANA VIEIRA RIVETTI	TEC.A.P.	6,44 EXCELENTE	12.02.96	12.08.97
47.419-3	BRAULISTEDE P. DE SOUZA	TEC.A.P.	4,84 BOM	20.03.96	20.09.97
47.259-X	CLAUDIA DE SOUZA AZANEU	TEC.A.P.	6,44 EXCELENTE	13.02.96	13.08.97
47.135-6	CLEITON SOUZA DOS SANTOS	TEC.A.P.	6,16 EXCELENTE	05.02.96	05.08.97
47.140-2	CRISTIAN BARROS LEITÃO	TEC.A.P.	6,72 EXCELENTE	12.02.96	12.08.97
47.417-7	CRISTIANE R. DA SILVA	TEC.A.P.	5,88 EXCELENTE	28.02.96	28.08.97
48.295-1	DIOGNES ALVES MORAIS	TEC.A.P.	5,74 EXCELENTE	28.06.96	28.12.97
47.078-3	ELAINE C. P. GONÇALVES	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	19.01.96	19.07.97
48.215-3	ELISANGELA C. B. CAVALCANTE	TEC.A.P.	5,64 EXCELENTE	18.06.96	18.12.97
47.122-4	EPIFANIO M. DE ANDRADE	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	05.02.96	05.08.97
47.524-6	EUCLIDES PIRES DA SILVA	TEC.A.P.	6,44 EXCELENTE	07.03.96	07.09.97
47.184-4	FRANCINILSON R. DA SILVA	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	09.02.96	09.08.97
47.125-9	FRANCISCO O. SAMPAIO	TEC.A.P.	6,02 EXCELENTE	02.02.96	02.08.97
47.265-4	HELDER DE LIMA MACEDO	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	13.02.96	13.08.97
47.598-X	JOBSON JOSÉ DOS SANTOS	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	14.03.96	14.09.97
48.265-X	JOELICE C. DE FREITAS	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	27.06.96	27.12.97
48.227-7	JOSÉ ROMILDO SOARES	TEC.A.P.	6,44 EXCELENTE	20.06.96	20.12.97
47.121-6	LEONEL ALVES DE OLIVEIRA	TEC.A.P.	5,10 BOM	02.02.96	02.08.97
47.123-2	LUIZ MARCELO D. MARTINS	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	02.02.96	02.08.97
48.224-2	MARCOS MOURA SILVA	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	20.06.96	20.12.97
48.228-5	PAULO PAIVA CAVALCANTE	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	20.06.96	20.12.97
47.297-2	RICARDO C. NASCIMENTO	TEC.A.P.	6,44 EXCELENTE	13.02.96	13.08.97
48.229-3	ROBERTO C. Q. ROCHA	TEC.A.P.	6,16 EXCELENTE	20.06.96	20.1297
48.214-5	ROSANA CARLOS S. MOREIRA	TEC.A.P.	5,38 EXCELENTE	18.06.96	18.12.97
47.048-1	SAMUEL B. DOS SANTOS	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	15.01.96	15.07.97
47.156-9	VALDECI VIEIRA LIMA	TEC.A.P.	6,72 EXCELENTE	08.02.96	08.08.97
48.278-1	VALDEMIR SANTOS NOVAIS	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	27.06.96	27.12.97
47.212-3	WAGNER RODRIGUES DA SILVA	TEC.A.P.	5,88 EXCELENTE	12.02.96	12.08.97
47.137-2	WESLON SANTOS TEIXEIRA	TEC.A.P.	7,00 EXCELENTE	05.02.96	05.08.97

TORQUATO FERNANDO LIMA
Interino

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DA RECEITA

ORDEM DE SERVIÇO N.º 8 - SUREC/SEFP, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

1 - Criar grupo de trabalho composto dos servidores JOSÉ LUIZ MAGALDI DE OLIVEIRA, matrícula n.º 46.343-4, MARCO ANTONIO LIMA LINCOLN, matrícula n.º 46.341-8, ANANIAS LOPES ZEDES, matrícula n.º 46.260-8, TARCISIO MOTA DA SILVA, matrícula n.º 30.179-5, ZELMA HELENIR GARCIA, matrícula n.º 30.328-3 e PEDRO ANTONIO E SILVA, matrícula n.º 46.216-0, para, sob a coordenação do primeiro e no prazo de 60 (sessenta) dias, recalcular os débitos referentes a ICMS e ISS vencidos até 31/12/91e inscritos em dívida ativa a partir de 01/01/92, utilizando-se, para tanto, o SAFi 7.

1.1 - Sendo detectada diferença, deverão ser procedidas as devidas alterações nas respectivas CDA's.

2 - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 28, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no Art. 1º do Decreto nº 13.993, de 11.06.92, e no Art. 51 da Lei nº 8.666/93, resolve:
1 - Constituir Comissão Permanente de Licitação para realizar procedimentos licitatórios, nas modalidades de DISPENSA DE LICITAÇÃO, INEXIGIBILIDADE e CONVITE, objetivando a aquisição de bens e contratação de serviços com recursos orçamentários destinados à Coordenação de Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria de Educação, no exercício de 1998.
1.2 - Designar, para compor a referida Comissão, os seguintes membros:
. PAULA AMÉLIA VELOSO DE OLIVEIRA, matrícula 20.169-6, Presidente;
. JANETE PEREIRA DA SILVA, matrícula 30.930-3, Vice-Presidente;
. ANTONIO BATISTA DE OLIVEIRA, matrícula 55.391-3, membro;
. VALDIVINO MOREIRA DE ALMEIDA, matrícula 27.951-x, membro;
. REGINA MARIA SILVA BATISTA, matrícula 29.760-7, membro;

. CARLOS DA COSTA NEVES FILHO, 75.906-6, suplente;
. DORIVAN FERREIRA GOMES, matrícula 49.488-7, suplente;
. CRISTIANE BITES NYLANDER BRITO, matrícula 49.529-8, suplente;
. ROGÉRIO DE ARAÚJO AGUIAR, matrícula 31.119-7, secretário.
2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

DESPACHO DO SECRETÁRIO

REFERÊNCIA: Requerimento conjunto; INTERESSADOS: Diversos; ASSUNTO: Dispensa de Ponto.

AUTORIZO, por analogia, de acordo com a competência que me foi delegada pelo artigo 1º, inciso III, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, o afastamento para estudo no Distrito Federal, dos professores abaixo identificados, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, lotados em Unidades Públicas de Ensino, para freqüentar o I Curso de Especialização em Informática na Educação, coordenado pela Universidade de Brasília, pelos períodos a seguir discriminados, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção dos respectivos vencimentos e demais vantagens fixas:

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	PERÍODO DO AFASTAMENTO
Ana Lúcia Szerman	42.964-3	09/02/98 a 15/05/98
Ana Paula Rosa Garcia	48.702-3	02/02/98 a 15/05/98
Ângela Maria dos Santos	63.832-3	09/02/98 a 15/05/98
Charles Ramon Vieira	42.797-7	09/02/98 a 15/05/98
Edimilson Antônio de Oliveira	47.348-0	06/02/98 a 15/05/98
Fábia Kátia Pimentel Moreira	27.019-9	09/02/98 a 15/05/98
Hugo Fernando Varela Arredondo	75.856-6	09/02/98 a 15/05/98
Humberto Albuquerque Queiroz Brasiliense Filho	47.522-X	09/02/98 a 15/05/98
João Maria Alves da Rocha	44.210-0	02/02/98 a 15/05/98
Karenina Maria P. M. I. Mühlhofer	36.894-6	02/02/98 a 15/05/98
Márcia de Campos Lima	61.283-9	09/02/98 a 15/05/98
Patrícia Simões de Godoy	46.363-9	09/02/98 a 15/05/98
Rachel Souza Rabelo	31.897-3	02/02/98 a 15/05/98
Raimundo Nilton da Silva Ribeiro	56.540-7	02/02/98 a 15/05/98
Raquel Conceição de Souza	45.469-9	09/02/98 a 15/05/98
Rodrigo Batista Lobo	28.205-7	09/02/98 a 15/05/98
Rubens Eurípedes de Oliveira	54.397-7	02/02/98 a 15/05/98
Silvia Helena Rodrigues	31.104-9	09/02/98 a 15/05/98
Suleiman Gomes Kalil	75.614-8	09/02/98 a 15/05/98

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÕES DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
01.Retificar a instrução de 23 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 250, do dia 29 de dezembro de 1997, que concedeu aposentadoria a MARIA TERESA MATEUS GOTTSCHALL, matrícula nº 60.422-4, no cargo de Professor, Classe única, Nível 2-GT3, Padrão 15D, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar Nível 1-GT3, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.011833/97.

01.Conceder aposentadoria a ANGELA MARIA DA FROTA MATTOS FONTELES, matrícula nº 21.371-3, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 23F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "a", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a", e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.018709/97.
02.Conceder aposentadoria a JOAQUIM ANTONIO DA SILVA, matrícula nº 52.979-6, no cargo de Assistente de Educação/Serviços Especiais - Obras Civis, Classe especial, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.019175/97.
03.Conceder aposentadoria a MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA FARIA, matrícula nº 94.708-3, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os Artigo 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.014948/97.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.143 e seguintes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em vigor para os servidores do Distrito Federal, por força do art. 5º da Lei 197, de 04/12/91, do Distrito Federal, resolve:
01. Instituir Comissão e instaurar Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar: a)ABANDONO DE CARGO (art. 138 da Lei 8.112/90) em que teriam incorrido os servidores: CELSO RODRIGUES ROCHA, mat. 24.168-7, IOLETE AQUINO DE OLIVEIRA, mat. 20.443-9, JOÃO PEREIRA LISBOA, mat. 20.897-3; b) FALTA GRAVE (art. 116 e 117 da mesma Lei) em que teriam incorrido os servidores: MARCUS VINICIUS ALVES PINHEIRO, mat. 44.939-3, SÍLVIO JOSÉ MARTINS, mat. 21.662-3, JAMILE GERTRUDES BARREIRA RODRIGUES ALVES, mat. 49.230-2, CRISTIANO BATISTA DE ASSUNÇÃO, mat. 48.842-9, ADRIANA MARIA ALVES PINTO LOTTI, mat. 49.090-3, EURÍPEDES ALVES BARBOSA, mat. 23.638-1, PORFÍRIO GIL BATISTA PRADO, mat. 51.534-5, ADRIANE FABRÍCIO DA SILVA, mat. 43.804-9, CECÍLIA REGINA PINHO ROEDEL, mat. 81.419-9, RONEUDES BARBOSA SOUZA SILVA, mat. 47.674-9, WEBERSON FERREIRA SILVA, mat. 67.680-2; c)ACUMULAÇÃO ILÍCIA DE CARGOS (art. 118 da referida lei) em que teria incorrido a servidora HELOIZA HELENA COSTA PINTO, mat. 99.381-6; d) ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS E FALTA GRAVE (art. 118, 116, 117 da mesma lei) em que teria incorrido o servidor JOSÉ BASÍLIO LIMA FILHO, mat. 57.634-4, consoante os termos dos Processos Administrativos Disciplinares de números, respectivamente: 082.020633/96, 082.002163/96, 082.011895/97, 082.019273/96, 082.019692/96, 082.020848/96, 082.026303/94, 082.014890/96, 082.010630/96, 082.013625/96, 082.021494/96, 082.024109/95, 082.017350/96, 082.011438/97, 082.004288/90, 030.010331/90.
02. Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo de 60 (sessenta) dias pela Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina - CPSD, desta Fundação Educacional do Distrito Federal, composta pelos seguintes servidores: MARIA SUEDE DALVI TRAESEL, mat. 49.145-4, JOÃO ISAÍAS PEREIRA, mat. 73.585-X, JAIR LUIZ TAVARES, mat. 67.458-3 e ANA CARLA DI PACE MARANHÃO ARAÚJO, mat. 46.013-3, cabendo a presidência ao primeiro. Membros Suplentes: JAIR BAPTISTA LOPES, mat. 60.144-6, ALESSANDRA DE OLIVEIRA CORREIA SILVA, mat. 66.728-5 e MARIA DO SOCORRO FONSECA DE ALMEIDA, mat. 46.653-0.

JACY BRAGA RODRIGUES

ATO DO DIRETOR

RELAÇÃO DOS SERVIDORES EXONERADOS, A PEDIDO, DO QUADRO DE PESSOAL DA FEDF, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, DA LEI Nº 8.112/90:

- JOSÉ ANDRADE FILHO, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 33.154-6, Processo nº 082.001860/98, Data da Instrução: 26.02.98.
- KÁTIA SIMONE PIFFER, Cargo Efetivo: Professor MG1V, matrícula nº 34.782-5, Processo nº 082.001893/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 02.02.98.
- ADRIANA TUPINÁ ALMEIDA, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 33.648-3, Processo nº 082.001917/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 04.02.98.
- MOACYR FLÁVIO DE LIMA CARVALHO, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 33.527-4, Processo nº 082.001897/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 05.02.98.
- MANOEL DE OLIVEIRA PENA, Cargo Efetivo: Professor MG1Q-GT3, matrícula nº 67.753-1, Processo nº 082.001152/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 27.01.98.
- MARCELO PEREIRA FERREIRA, Cargo Efetivo: Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, matrícula nº 27.844-0, Processo nº 082.001597/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 02.02.98.
- MAURO ALVES PAIXÃO, Cargo Efetivo: Agente de Educação/Portaria, matrícula nº 28.835-7, Processo nº 082.001444/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 30.01.98.
- YEDA DE JESUS ALVES, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 35.653-0, Processo nº 082.000860/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 21.01.98.
- ARMANDO ANISIO GONÇALVES, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 36.322-7, Processo nº 082.001020/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 20.01.98.
- LUCIANA CALDEIRA DE OLIVEIRA, Cargo Efetivo: Professor MG1Q GT3, matrícula nº 46.319-1, Processo nº 082.001619/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 02.02.98.
- ADRIANA PEREIRA, Cargo Efetivo: Professor MG1Q GT3, matrícula nº 43.372-1, Processo nº 082.001554/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 02.02.98.
- ANA LÚCIA ANDRADE CAVALCANTE, Cargo Efetivo: Professor MG1Q GT3, matrícula nº 42.154-5, Processo nº 082.001569/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 02.02.98.
- MÁRIO COSTA FREITAS, Cargo Efetivo: Professor MG2Q GT3, matrícula nº 28.358-4, Processo nº 082.001354/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 29.01.98.
- PAULO ROBERTO MACARIO DE CARVALHO, Cargo Efetivo: Professor MG2Q-GT3, matrícula nº 24.912-2, Processo nº 082.001206/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 27.01.98.
- FRANCILENE ARAUJO VERAS, Cargo Efetivo: Professor MG2Q, matrícula nº 33.008-6, Processo nº 082.001720/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 03.02.98.
- EMERSON FERNANDES PACHECO, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 35.696-4, Processo nº 082.001708/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 03.02.98.
- CLÁUDIA DA SILVA CORRENTE, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 34.112-6, Processo nº 082.001034/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 29.01.98.
- CRISTIANO SAMPAIO BRÍGIDO, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 34.109-6, Processo nº 082.000685/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 19.01.98.
- JACIELMA FELIPE BRAS, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 33.167-8, Processo nº 082.001122/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 26.01.98.
- ÂNGELA IRENE FARIAS DE ARAÚJO LITZIG, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 35.623-9, Processo nº 082.001621/98, Data da Instrução: 26.02.98, a partir de 02.02.98.
- ROSANA FALCÃO, Cargo Efetivo: Professor MG3V, matrícula nº 32.698-4, Processo nº 082.001682/98, Data da Instrução: 26.02.98.

JACY BRAGA RODRIGUES

DESPACHOS DO DIRETOR

REFERÊNCIA: MEMO Nº 458/97-DREP; INTERESSADA: ISIDORA JOSÉ PEREIRA MAGALHÃES; ASSUNTO: CARGA HORÁRIA ESPECIAL.
Autorizo, a concessão de Carga Horária Especial de Trabalho a servidora ISIDORA JOSÉ PEREIRA MAGALHÃES, matrícula nº 36.597-1, para que a mesma atue na Seção de Assistência ao Educando - DRE de Planaltina, a partir de 25.02.98.

REFERÊNCIA: Memº Nº 010/98-SRH; INTERESSADA: ALESSANDRA SOARES CARDOSO MACHADO; ASSUNTO: CARGA HORÁRIA ESPECIAL.
Autorizo, a concessão de Carga Horária Especial de Trabalho à servidora ALESSANDRA SOARES CARDOSO MACHADO, matrícula nº 32.365-9, para que possa atuar em atividade técnico-pedagógica da DRE de Samambaia, a contar de 25.02.98.

REFERÊNCIA: MEMO Nº 022/98-DRE/SRH; INTERESSADO: VICENTE VILELLA DE C. JUNIOR; ASSUNTO: CARGA HORÁRIA ESPECIAL.
Autorizo, a concessão de Carga Horária Especial de Trabalho ao servidor VICENTE VILELLA DE C. JUNIOR, matrícula nº 34.044-8, para que possa atuar em atividade técnico-pedagógica na DRE do Guará, a partir de 25.02.98.

REFERÊNCIA: MEMº Nº 42/98; INTERESSADA: TÂNIA MARIA ALVES RIBEIRO; ASSUNTO: CARGA HORÁRIA ESPECIAL.
Autorizo, a concessão de Carga Horária Especial de Trabalho à servidora TÂNIA MARIA ALVES RIBEIRO, matrícula nº 35.530-5, para que possa atuar na Coordenação de Planejamento e Controle - CPC da DRE de Samambaia, a contar de 25.02.98.

REFERÊNCIA: MEMO Nº 43/98; INTERESSADA: ROSENI LUIZA DE SOUSA; ASSUNTO: CARGA HORÁRIA ESPECIAL.
Autorizo, a concessão de Carga Horária Especial de Trabalho a servidora ROSENI LUIZA DE SOUZA, matrícula nº 36.148-8, para que possa atuar na SMPS da DRE de Samambaia, a partir de 25/02/98.

PROCESSO Nº: 082.017518/97; INTERESSADO: GENIVAL FLOR DA SILVA; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR.
AUTORIZO a Licença para Trato de Interesses Particulares, prevista no art. 91 da Lei 8.112/90, relativamente ao servidor GENIVAL FLOR DA SILVA, matrícula nº 45.588-1, pelo período de 26.02.98 a 25.02.2001, nos termos do art. 5º da Lei 1.864 de 19/01/98.

PROCESSO Nº: 082.001999/98; INTERESSADO: EMY TAKADA; ASSUNTO: AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO COMISSÃO
AUTORIZO, com fundamento no Art. 120 da Lei 8.112 de 11.12.90, o Afastamento do servidor EMI TAKADA, matrícula nº 23.710-8, de seu cargo efetivo de Professor MG3V, com remuneração nos termos da IN nº 01/95-SRH/SEA e Pareceres nº 5.117/97- 1ª SPR e 428/97-CJ/GAG, a partir de 09.02.98, enquanto permanecer no exercício do Cargo Comissionado.

PROCESSO Nº: 082.018845/97; INTERESSADO: NAILDO ALVES; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR.
AUTORIZO a Licença para Trato de Interesses Particulares, prevista no art. 91 da Lei 8.112/90, relativamente ao servidor NAILDO ALVES, matrícula nº 99.668-8, pelo período de 26.02.98 a 25.02.2001, nos termos do art. 5º da Lei 1.864 de 19/01/98.

Processo nº :082.013406/97; Interessado: CENTRO DE ENSINO DARCY RIBEIRO; Assunto: DANOS PATRIMONIAIS DARCY RIBEIRO.
Considerando a documentação constante dos autos, aprovo parcialmente o relatório da Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina de fls. 65 a 75, e com base no art. 168, § único da Lei 8.112/90, aplico a pena de **SUSPENSÃO** de 5 (cinco) dias ao servidor EMIVAL RIBEIRO DOS SANTOS SERPA, matrícula nº 47.342-1, por infringência aos incisos I, II, III e VI do artigo 116 e inciso XV do artigo 117, ambos da Lei 8.112/90. A pena deverá ser convertida em multa, na base de 50% (cinqüenta por cento) por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço, como prevê o § 2º fo art. 130 da referida Lei.

Processo nº :082.018384/96; Interessada: MARTA PADILHA DE BENEVOLO; Assunto: ABANDONO EMPREGO.
Considerando a documentação apontada nos autos, registra-se que o servidor **MARTA PADILHA DE BENEVOLO**, matrícula nº 60.555-7, inobservou normas legais e regulamentares, contidas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, vindo portanto, configurar o abandono de cargo, razão pela qual aplico a pena disciplinar de **DEMISSÃO** ao supramencionado servidor, nos termos do artigo 132, incisos II do citado diploma legal.

PROCESSO Nº: 082.001172/98; INTERESSADO: RAIMUNDO NONATO FERREIRA DA SILVA; ASSUNTO: AFASTAMENTO CARGO PROFESSOR.
AUTORIZO, com fundamento no Art. 120 da Lei 8.112 de 11.12.90, o afastamento do servidor RAIMUNDO NONATO FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 58.768-0, de seu cargo efetivo de Professor, com remuneração, nos termos da IN nº 01/95-SRH/SEA e Pareceres nº 5.117/97-1ª SPR e 428/97-CJ/GAG, a partir de 09.02.98, enquanto permanecer no exercício do cargo em comissão.

JACY BRAGA RODRIGUES

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE JANEIRO DE 1998

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1997, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III "b" da Lei nº 8112/90, resolve:
Conceder licença nojo ao servidor Paulo Waldir Gama, matrícula 99772-2, pelo período de 05/02/98 a 13/02/98.

JOSÉ ALVARES DA COSTA

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

Nome:	Matrícula:	Exercício:	Quinqüênio(s)
MARIA RITA CARDOSO RIBEIRO	42.664-4	DRE/TAGUATINGA	1º 09.07.90 a 08.04.97
SONIA DARLENE P. TAVARES	47.447-9	DRE/BRAZLANDIA	1º 24.06.92 a 23.06.97
JOSE RIBAMAR DA MOTA LIMA	53.925-2	DRE/TAGUATINGA	3º 10.03.92 a 09.06.97
KARLA MARCIA FERNANDES CALDAS	54.679-8	DRE/TAGUATINGA	3º 11.03.92 a 10.03.97
ITIRO KOTAMA	77.953-9	DRE/TAGUATINGA	1º 04.04.89 a 03.06.94
HELENA MARIA DE OLIVEIRA	95.376-8	DRE/CEILANDIA	4º 13.11.89 a 12.11.94
JOSE GAUDENCIO DE ANDRADE	98.966-5	DRE/CEILANDIA	2º 02.02.92 a 01.02.97

CLAUDIA BRAGA SAMPAIO
Substituta

DIVISÃO REGIONAL DO ENSINO DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 555 de 04 de março de 1996, e tendo em vista o que dispõe o Artigo 2º, do Decreto nº 18.445, de 15 de julho de 1997, resolve:
Designar os servidores abaixo relacionados, para substituirem os titulares dos cargos em comissão a seguir especificados:
SWAMI SILVA, matrícula 73.297-4, Especialista de Assistência a Educação - Secretária Escolar, para substituir o Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 50 de Taguatinga, FRANCISCO BALDUINO AGUIAR FILHO, matrícula 67.682-9, por motivo de férias do titular no período de 02/02/98 a 03/03/98.
EVANIA GONTIJO P. DE LIMA, matrícula 23.042-1, Especialista de Assistência a Educação - Apoio Técnico Administrativo, para substituir a Chefe de Secretaria Escolar da Escola Normal de Taguatinga, GHISLAINE MARIA DE ANDRADE , matrícula 76.541-4, por motivo de férias da titular, no período de 02/02/98 a 03/02/98.

Designar o servidor abaixo relacionado, para substituir o titular do cargo em comissão a seguir especificado:
SUELY KAZUKO HAYASHI E SOUSA, matrícula 41.754-8, Professor Nível 1 Quarenta Horas, para substituir a partir de 16/02/98 a Vice-Diretora LEONOR ALVES COELHO, matrícula 62.357-1, Professora Nível 1 Quarenta Horas - GT3, por motivo de licença gestante no período de 05/12/97 a 03/04/98 seguido de férias.

MARIA LÚCIA VIEIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 555 de 04 de março de 1996, e tendo em vista o que dispõe o Artigo 2º, do Decreto nº 18.445, de 15 de julho de 1997, resolve:
Designar o servidor abaixo relacionado, para substituir o titular do cargo em comissão a seguir especificado:
ANDREA BRITO ALVES, matrícula 29.073-4, Especialista de Assistência a Educação - Secretário Escolar, para substituir o Chefe de Secretaria Escolar MÁRIO MARCOS MOTA, matrícula 68.639-5 no período de 09.01.98 a 08.02.98 por motivo de férias do titular.

MARIA LÚCIA VIEIRA

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 20 de fevereiro de 1998

Processo : 062.000.090/98
Interessado : SANTUZZA CARNEIRO FERNANDES PINTO.
Assunto : Dispensa de Ponto
AUTORIZO, nos termos do Artigo 1º do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, a dispensa de ponto da servidora SANTUZZA CARNEIRO FERNANDES PINTO, matrícula nº 524217-2, no período de 02 a 05 de março de 1998, para participar, na cidade de Manaus-AM, do XXXIV Congresso de Medicina Tropical, sem ônus para o Instituto de Saúde, exceto o vencimento e vantagens a que faz jus a servidora

Processo : 062.000.091/98
Interessado : ANTONIO LEITÃO TORRES DE ARAÚJO.
Assunto : Dispensa de Ponto
AUTORIZO, nos termos do Artigo 1º do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, a dispensa de ponto do servidor ANTÔNIO LEITÃO TORRES DE ARAÚJO, matrícula nº 23396-3, no período de 02 a 05 de março de 1998, para participar, na cidade de Manaus-AM, do XXXIV Congresso de Medicina Tropical, sem ônus para o Instituto de Saúde, exceto o vencimento e vantagens a que faz jus o servidor.

MARIO CESAR ALTHOFF

ALERTA PREVENTIVO
PERÍODO DE CHUVA
Não cavar fossas ou buracos próximos a construções ou barrancos

SECRETARIA DE OBRAS

PORTARIA Nº 12, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve : Designar os servidores **SILVANA FAUSTINA GUSMÃO**, matrícula n.° 33.002-7, **ANDREIA YAMIM RODRIGUES DA CUNHA**, matrícula n.° 43.496-5 e **CLÉGIO SILAS DIONÍSIO**, matrícula n.° 38.750-2, para , sob a presidência do primeiro e no prazo de 60 (sessenta) dias, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada à apuração dos fatos constantes do processo n.° **030-001228/98**.

HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 7, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.061, de 24 de setembro de 1993, e tendo em vista o disposto no artigo 2º, incisos I, II e III e parágrafo único, do Decreto nº 19.031, de 12 de fevereiro de 1998, e ainda as indicações feitas pelos órgãos e entidade representantes, resolve:

1 - Designar, para compor a comissão especial criada pelo Decreto nº19.031, de 12 de fevereiro de 1998, os membros a seguir relacionados:

1.1 - ADÔNIS RIBEIRO GONÇALVES, DANILO SÉRGIO CAVALCANTI OLIVEIRA e DARIO CANELLA TAVARES FILHO, na qualidade de representantes do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal;

1.2 - FÁBIO MARTINO DOS SANTOS, na qualidade de representante dos Departamento de Trânsito do Distrito Federal; e,

1.3 - CELSO JOSÉ FERREIRA e GERALDO ALVES DE MOURA, na qualidade de representantes dos transportadores escolares.

2 - A coordenação da Comissão de que trata o item anterior será exercida por ADÔNIS RIBEIRO GONCALVES, representante do DMTU-DF.

3 - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para o desenvolvimento e conclusão dos trabalho.

4 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE LUDUVICE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 131, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, resolve:

Designar JACINTA DE FÁTIMA E OLIVEIRA, matrícula 23.549-0, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância Interna III - NCB/COSIPE/SSP.

Dispensar EDIRCE MARIA DA LUZ EMERICK, matrícula 26.441-5, do Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância Interna III - NCB/COSIPE/SSP.

ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR

PORTARIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, resolve:

Designar AMARILDO VALÉRIO DE PAULA, matrícula nº 23.450-8, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-02, de Assistente da Divisão de Manutenção de Veículos da Secretaria de Segurança Pública, a partir de 05.02.98.

Dispensar AGNALDO NOVATO CURADO FILHO, matrícula nº 23.413-3, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-02, de Assistente da Divisão de Manutenção de Veículos da Secretaria de Segurança Pública, a partir de 05.02.98.

Designar PEDRO ROBERTO DA SILVA NUNES, matrícula nº 26.434-2, para substituir IMELSON CARVALHO RODRIGUES, Chefe da Seção de Vigilância e Escolta da Divisão de Vigilância-CIR/COSIPE, Código DFG-02, no período de 02.02.98 a 02.04.98, em virtude de Licença para Tratamento de Saúde.

ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo ítem I, alínea "c", da Portaria nº 032/SSP-DF, de 06 de novembro de 1996, resolve:

I - Conceder Adicional de Décimos, previsto no artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 09/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, a servidora abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	DÉCIMOS		
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	TOTALIZAÇÃO
NOME: Nádia Ferreira Penna MAT.: 30.826-9 PROCESSO: 050.	1/10 DFG 02 1/10 DFG 02	26.08.96 26.08.97	1/10 DFG 02 2/10 DFG 02

EDSON CAIXETA DE APULA
Substituto

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE PESSOAL

PORTARIA DE 17 FEVEREIRO DE 1998

O CORONEL QOBM/COMBATENTE DIRETOR DE PESSOAL DO CBMDF, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do Art. 49, combinado com o Art. 19, do Regulamento de Organização Básica do CBMDF, Aprovado pelo Decreto nº 16.036, de 04/Nov./94, e o Art. 1º, letra "A" da Portaria nº 32, de 02/Mai./1996, resolve:

CONCEDER, nos termos do artigo nº 132, parágrafo 1º, letra "B" e parágrafo 2º, do mesmo artigo do Estatuto, Aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, a Medalha de Mérito Por Tempo de Serviço instituída pelo Decreto nº 6.043, de 24 de maio de 1906, aos seguintes Bombeiros Militares do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL pelos bons e relevantes serviços prestados:

a) - Medalha de OURO, por contar, mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço: o PRIMEIRO SARGENTO BM: ELIAS GONÇALVES DOS SANTOS SILVA, Mat. 01567-9;

b) - Medalha de PRATA, por contarem mais de 15 (quinze) anos de serviço: o PRIMEIRO SARGENTO BM: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, Mat. 03335-9; os SEGUNDOS SARGENTOS BM: AB-DINEGUI DE ANDRADE MARIANO, Mat. 03188-7 e JOCENY PEREIRA DA SILVA, Mat. 03782-6; o TERCEIRO SARGENTO BM: LUIZ ALBERTO LOPES, Mat. 03191-7; e os CABOS BM: ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS, Mat. 03179-8, EMIVALDO BARBOSA BARROS, Mat. 03497-5 e JOSÉ MÁRIO VIEIRA DO AMARAL, Mat. 03626-9;

c) - Medalha de COBRE, por contarem mais de 10 (dez) anos de serviço: os TENENTES CORONÉIS QOBM/COMBATENTES: SILVÉRIO FREIRE DE CARVALHO FILHO, Mat. 0208-9 e ERIC ARRUDA VILLELA, Mat. 0211-9; os MAJORES QOBM/COMBATENTES: JOSÉ FLÁVIO RÓS, Mat. 0214-3 e HÉLIO SADAÓ SAKAMOTO, Mat. 0217-8; o PRIMEIRO TENENTE QOBM/COMBATENTE: ANTÔNIO ALMEIDA DE BRITO, Mat. 0274-7; o TERCEIRO SARGENTO BM: SILAS SARAIVA SANTOS, Mat. 05473-4; o CABO BM: ANTONIO JOSÉ NASCIMENTO DOS SANTOS, Mat. 04472-5 e os SOLDADOS BM: ISAC FERREIRA RIBEIRO, Mat. 04755-4 e EDMILSON BATISTA DE ANICETO, Mat. 05752-5.

LISANDRO DOS SANTOS CHIAREL FILHO - Cel. QOBM/COMB

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, letra "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994: resolve: : **AGREGAR** ao respectivo Quadro, a contar de 26 de fevereiro de 1998, o Major FRANCISCO CARLOS DA SILVA NIÑO – Mat. 50.018/6, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 77, § 1º, inciso I, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter sido colocado à disposição da Casa Militar do Governo do Distrito Federal, em função de natureza militar.

ANIBAL PERSON NETO – CORONEL QOPM

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Conceder Licença Nôjo de 08 (oito) dias consecutivos, no período de 22/01/98 a 29/01/98, ao servidor **JOÃO FRANCISCO DE ARAÚJO CUNHA,** matrícula nº 21.360-8 , Técnico de Administração Pública, pelo falecimento de seu irmão, **MANOEL OLIMPIO DE ARAÚJO CUNHA,** falecido em 22/01/98, de conformidade com o artigo 97, item III, alínea "B" da Lei nº 8.112, de 11/12/90.

LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÕES DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, do inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 081.003022/97, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES, matrícula nº 271-2, no Cargo de Técnico de Administração Pùblica, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal da Fundação Cultural do Distrito Federal, com base no artigos 186, inciso III, alínea "c", e 189, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e parágrafos 4º e 6º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com a vantagem previstas nas Leis nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, artigo 62, da Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterada pelas Leis nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 081.002945/97, resolve:
CONCEDER APOSENTADORIA a FRANCISCO PAULO DA SILVA, matrícula nº 166-X, no Cargo de Técnico de Atividades Culturais, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal da Fundação Cultural do Distrito Federal, com base nos artigos 186, inciso III, alínea "c", e 189, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinando com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e parágrafos 4º e 6º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com vantagem prevista nas leis nºs 6.732, de 04 de dezembro de 1979, artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterada pelas Leis nº 8.911, de 11 de julho de 1994 e nº 1004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

INSTRUÇÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1998

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:
Designar MIGUEL BATISTA RIBEIRO NETO, matrícula nº 1377-3, Chefe de Gabinete, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal, código DFG-14, para substituir no período de 26.02.98 a 27.03.98, NILSON RODRIGUES DA FONSECA, matrícula nº 1307-2, Diretor Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, por motivo de seu afastamento em gozo de férias relativas ao exercicio de 1998.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada no item 2, da Instrução nº 01 de 24 de março de 1995, resolve:
Conceder, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.112/90, c/c o artigo 1º da Lei nº 221 de 27/12/91, Licença-Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado:
PROCESSO Nº : 081.001945/96
NOME: ROBERTO CRISPIM DA SILVA
QUINQUÊNIO: 2º- 13.09.92 a 14.10.97

NILSON RODRIGUES DA FONSECA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 19 de fevereiro de 1998

Concedo, com base no artigo 197, inciso I, da Lei nº 8.112/90, c/c o artigo 2º, inciso I, do Decreto nº 12.740/90, tendo em vista a competência que lhe foi delegada no item 2, da Instrução nº 01 de 24 de março de 1995, Salário-Família ao servidor abaixo relacionado:
PROCESSO Nº : 081.000283/98
INTERESSADO : JOSÉ EVANGELISTA DA SILVA JÚNIOR
ASSUNTO: Concessão de Salário-Família, a partir de 10.02.98, pela dependente ROSÂNGELA DE FREITAS MOLINA, (esposa), nascida em 11.05.65.

NILSON RODRIGUES DA FONSECA

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PORTARIAS DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 27, alínea IV do Decreto 16.258, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
1 - Alterar a composição da Comissão de Habilitação para exame de documentação das Instituições de Qualificação Profissional, instituída pela Portaria de 20 de fevereiro de 1998, publicada no DODF nº 37, de 25 de fevereiro de 1998, página 63, que passa ter os seguintes itens:
1.1 - Instituir Comissão para exame de documentação e cadastramento das Instituições de Qualificação Profissional, conforme disposição do Edital de Convocação nº 01/98, publicado no DODF Nº 14, de 21.01.98, página 70;
1.2 - Como membros efetivos:
EDGARD ANTÔNIO LEMOS ALVES, matrícula nº 48.873-9;
MÔNICA APARECIDA DE SOUSA, matrícula nº 37.053-3;
CONCEIÇÃO DAS GRAÇAS VIEIRA DANTAS VAZ, matrícula nº 48.400-8;
VALDENY GOMES DE CARVALHO, matrícula nº 30.076-4;
ELIZABETH APARECIDA CANEDO COSTA, matrícula nº 30.972-9;
IVANICE OLIVEIRA VELAME, matrícula nº 91.050-0;
1.3 - A Presidência da Comissão será exercida por EDGARD ANTÔNIO LEMOS ALVES e , em suas faltas e impedimentos eventuais por ELIZABETH APARECIDA CANEDO COSTA;
1.4 - A referida Comissão encaminhará dentro do período de 05.03.98 a 12.03.98, para aprovação do Senhor Secretário de Trabalho, Emprego e Renda, parecer conclusivo sobre o perfil técnico/jurídico das instituições para atendimento das exigências do Programa de Qualificação Profissional de 1998;
2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e de acordo com a Lei nº 1.815, de 08.01.98, resolve:

CESSAR o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, na categoria de Assistente da servidora **ANTONIA SIQUEIRA DA SILVA**, matrícula nº 48.110-6, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, a partir de 16.02.98.

O SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item XI, do artigo 27 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 16.258, de 29 de dezembro de 1994, resolve: Conceder o adicional de DÉCIMOS, previsto no Art 1º da Lei nº 1.004 de 11 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996, com alteração da fórmula de cálculo pela Lei nº 1.141, de 11.07.96, o servidor abaixo relacionado:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	RESUMO DA CONCESSÃO			TOTALIZAÇÃO TRANSFORMAÇÃO	
	FRAÇÃO	CÓDIGO	VIGÊNCIA	LEI 8.911/94	LEI 1.004/96
NOME: JOSÉ MAURO MARTINS MATRÍCULA : 91.061-9 PROCESSO: 101.001.627/94	1/10 1/10	DFA-03 DFG-09	21.10.96 21.10.97	3/5 DFG-10 1/5 DFA-03	6/10 DFG-10 3/10 DFA-03 1/10 DFG-09

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1998

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Conceder Licença-Prêmio por assiduidade, nos termos do art. 87, Lei n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990, o servidor abaixo relacionado:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	QUINQÜENIO
68.010-9	RICARDO DIAS RAMAGEM	ANAL.DE ADM.PÚBLICA	1º-31/08/92 a 30/08/97

ARTHUR OSCAR GUIMARÃES

INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:
Criar Comissão Especial de Licitação para contratação de Empresa de Consultoria para realização dos estudos de Zoneamento Ambiental da Área de Proteção Ambiental - APA de Cafuringa, criada pelo Decreto n.º 11.123, de 10.06.88, Tomada de Preços n.º 01/98, composta pelos seguintes servidores: CARLOS GUTERRES PARADA JÚNIOR, matrícula 00.173-2 ; LUIZ GUSTAVO MEE DO NASCIMENTO, matrícula 00.171-6 ; LUIZALICE BÁRBARO GUIMARÃES LABARRERE, matrícula 38.084-9; PAULO CÉSAR MAGALHÃES FONSECA, matrícula 38.051-2.
A Presidência da Comissão será exercida pelo servidor CARLOS GUTERRES PARADA JÚNIOR.

ANTÔNIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 36, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998(*)

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU/DF, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no processo nº 094.001.012/97, resolve:
1 - DESIGNAR o CHEFE DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO (*), sob a supervisão do CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS, como EXECUTOR do Contrato nº 22/98, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção de aparelhos de FAC-SÍMILE, deste SLU/DF, competindo-lhes, dentre outras inerentes, as seguintes atribuições:
a) acompanhar a execução dos Contratos, em conformidade com o Edital, com as propostas das contratadas e de acordo com os instrumentos contratuais;
b) propor a aplicação de penalidades em decorrência do inadimplemento contratual;
c) atestar as notas fiscais referentes a prestação de serviços realizadas e instruir os respectivos processos de pagamento;
d) exercer o controle financeiro dos Contratos e das Notas de Empenhos;
e) solicitar suplementação de recursos, observando-se, rigorosamente, os valores globais estimado do Contrato e os valores já autorizados para empenhamento;
f) exercer o controle e a observância dos prazos de vigência do Contrato.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original no DODF nº 37, de 25.02.98, pág. 64.

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 26 de fevereiro de 1998

PROCESSO Nº : 094.000.090/98
INTERESSADO : PAULO CESAR MACHADO PARISI
ASSUNTO : CONCESSÃO DE DIÁRIA DE VIAGEM
Tendo em vista a autorização do Senhor Secretário-Adjunto de Governo na Solicitação de Autorização nº 09/98-SLU/DF, ficam concedidas 2,5 (duas e meia) diárias de viagem ao servidor PAULO CESAR MACHADO PARISI, matrícula nº 84.145-5, Chefe da Assessoria de Informática, no montante de R$ 371,13 (trezentos e setenta e um reais e treze centavos), destinadas a cobrir as despesas relativas a hospedagem, alimentação e locomoção local, face seu deslocamento à São Paulo/SP, no período de 03 a 05.03.98, com a finalidade de visitar a LIMPURB/SP e a LOGOS ENGENHARIA, objetivando conhecer o sistema informatizado de balanças, para fins de implantação no SLU/DF.

REFERÊNCIA : REQUERIMENTÓ DE SOLANGE HELENA DE DEUS - 84.017-3
ASSUNTO : Concessão de Licença para tratar de interesses particulares
CONCEDO à servidora em referência Licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 03 (três) anos), *amparado pelo artigo 5º*, da Lei nº 1.864/98, a partir de 1º.03.98.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1998
O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X, do artigo 53, do Decreto nº 15.561 de 12 de abril de 1994, com base nos Decretos nº 17.603, artigo 2º, de 15 de agosto de 1996 e nº 18.445 de 15 de julho de 1997, resolve:
Designar a servidora ANDRÉA MENDONÇA DE MOURA, matrícula nº 91.423-1, para substituir o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS LEITÃO, matrícula nº 85.208-2, Gerente de Circulação e Projetos Especiais, Símbolo DFG-12, da Diretoria de Estudos e Projetos Especiais, Símbolo DFG-12, da Diretoria de Estudos e *Projetos, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, no período de 26.02.98 à 12.03.98*, em virtude de férias do titular..

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY

QUANDO O ASSUNTO É GERAR QUALIDADE DE VIDA, A CEB NÃO POUPA ENERGIA.

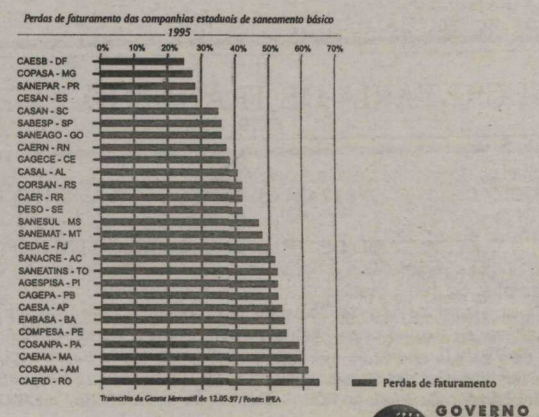
Até o final de 97, a Companhia Energética de Brasília terá investido cerca de 39 milhões de reais em obras de melhorias no fornecimento de energia elétrica em todo o Distrito Federal.
Estarão concluídas as subestações de Santa Maria, Águas Claras e Paranoá e as ampliações de outras já existentes, além de construídos aproximadamente 560 quilômetros de redes elétricas urbanas e rurais e instalados mais de 6 mil novos pontos de luz.
Ainda este ano, a CEB foi a segunda maior arrecadadora de ICMS no Distrito Federal e recebeu menção honrosa na Premiação Nacional de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica.
A Companhia Energética de Brasília também foi eleita pela revista Exame a melhor empresa do setor elétrico brasileiro no ano de 96. Título que se repetiria em 97, se os critérios de avaliação da Edição Maiores e Melhores não tivessem sido modificados.
Como se não bastasse, as ações da CEB estão entre as mais valorizadas dos últimos 12 meses na Bolsa de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tudo isso prova que uma estatal também pode ser altamente lucrativa quando bem-administrada. Com uma diferença: quando uma empresa como a CEB gera lucro, toda a comunidade sai ganhando.

CEB
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR GDF

CAESB
A EMPRESA DE SANEAMENTO MAIS EFICIENTE DO PAÍS.
Mais uma conquista do Governo Democrático e Popular.

Para atingir a meta de 100% de abastecimento de água no Distrito Federal, a Caesb está implantando um grande programa para redução das perdas, com a recuperação de reservatórios, estações de tratamento e maior agilidade na manutenção de milhares de quilômetros de rede.
O resultado desse trabalho é visível no comparativo ao lado.
Mas esse programa só será totalmente vitorioso se contar com uma participação importante: a sua. Fique de olho nos vazamentos em sua casa e evite, de toda forma, o desperdício.



caesb

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR GDF

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 6/98

PROCESSO Nº: 137.000.276/98

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios (café e açúcar para RA-X.

A Comissão Permanente de Licitação torna público a todos os interessados que, realizará no dia 06 de março de 1998, às 10:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, no edifício Sede da Administração Regional do Guará - Área Especial do CAVE - Guará II, a sessão de recebimento dos envelopes de documentação e propostas, relativos ao processo de licitação em epígrafe, cujos editais encontram-se à disposição, no horário de 09:00 às 17:00h.

Guará-DF, 26 de fevereiro de 1998

ANA AMÉLIA CARDOSO PESCARA
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 15/97

PROCESSO Nº 136.001.278/97. DF/RA VIII x POLIGRAMA URBANIZAÇÃO E OBRAS LTDA. Re-ratificação. Objetiva adequar a cláusula referente aos prazos. A cláusula oitava passa a ter a seguinte redação: 8.1. O prazo de vigência será de 90 dias corridos, a partir da data de sua assinatura, o prazo para inicio das obras, e serviços será de até 05 dias corridos, contados do recebimento da respectiva ordem de serviço, 8.2. O prazo para inicio das obras e serviços será de até 05 dias corridos, contados da data de recebimento da O.S. 8.3. O prazo de execução dos serviços será de 20 dias corridos a partir da O.S. 8.4. O prazo para recebimento provisório é de 20 dias. 8.5. Serão recebidas definitivamente após o decurso do prazo de 40 dias, fica incluído o item 10.4 com a seguinte redação: " A contratada se obriga a manter sua qualificação, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida". **VIGÊNCIA**: O presente termo de re-ratificação entrará em vigor na data de sua assinatura. **RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato em referência. **DATA DA ASSINATURA**: 10/02/98. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal, Osvaldo Dalvi, na qualidade de Administrador Regional, pela contratada, João Bosco Amaro da Silva, na qualidade de Sócio.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

EXTRATO DE CONTRATO (*)
PADRÃO Nº 10/96

Extrato do Contrato de Execução de Obras para o Distrito Federal nº 02/97, nos termos do Padrão nº 10/96 - PROCESSO: 135.001405/97/97 - PARTES: DF/RA-VI X PROTEL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. - OBJETO: execução da obra de Reforma das Quadras polivalentes 6,7, e 8 e pista de Skate, Módulo Esportivo de Planaltina-DF, compreendendo fornecimento e instalação de alambrados, reforma de piso, substituição de equipamentos, demolição de suportes de concreto armado. - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 8046022814950002 - FONTE DE RECURSOS: 004 - EVENTO: 400091 - CÓDIGO U.O.: 11108 - SUBELEMENTO DA DESPESA: 459051 - NOTA DE EMPENHO 97NE00398 - EMITIDA EM: 15/12/97 - MODALIDADE: Ordinário - VALOR : R$ 16.660,00 (dezesseis mil, seiscentos e sessenta reais) - FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 026/97-CPL-RA-VI - VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 16.660,00 (dezesseis mil, seiscentos e sessenta centavos) - VIGÊNCIA: O Contrato entrará vigência de 15.12.97 a 28.01.98, prorrogada por mais 15 (quinze) dias úteis (vencimento: 18.02.98), devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração - DATA DE ASSINATURA: 15.12.97 - SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: WILMAR LACERDA, na qualidade de Administrador Regional de Planaltina-DF - Pela Contratada: JOSÉ BATISTA CORREA, na qualidade de Responsável Técnico.

(*) Republicado por ter saído com omissão de dados, do original, no DODF nº 20, de 29-1-98, pág. 31.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA

Extrato do Contrato de Cessão de Uso na forma de parceria – DF/RA-VI X MARIA EVANGELINA CORREIA-ME – OBJETO: Cessão de uso em caráter provisório do espaço compreendido como Av. Independência para instalação de 04 (quatro) Outdoors, medindo 9,00m de largura por 3,00m de altura, somando-se um total de 27m² com valor calculado em R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) por mês. PATROCÍNIO: A Microempresa Maria Evangelina Correia-ME, denominada Cessionária, em contrapartida fará os serviços de colocação e retirada de faixas de publicidade da Administração Regional, dentro do perímetro urbano. VALOR (mensal): R$ 228,00 (duzentos e vinte e oito reais), para colocação e retirada de 57 (cinqüenta e sete) faixas. Em caso de colocação de faixas em número inferior a 57 (cinqüenta e sete), a quantidade que faltar ficará como um crédito para a etapa posterior, a critério da Administração Regional. DATA DA ASSINATURA: 26.01.98 – VIGÊNCIA: O Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, por um período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: WILMAR LACERDA, na qualidade de Administrador de Planaltina-DF – Pela Contratada: MARIA EVANGELINA CORREIA-ME, na qualidade de Proprietária.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do disposto no parágrafo 2º, do Art. 51, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, convoca a população para ampla Audiência Pública a ser realizada no dia 30 de março de 1998, às 15:00 (quinze) horas, no Auditório dos Pioneiros, na Administração Regional de Taguatinga, Setor Central de Taguatinga Praça do Relógio, para apreciação prévia do interesse público na desafetação de área pública em torno do Lote "B" da EQNM 34/36, medindo 2.850 m² e em torno do Lote "A" da EQNM 38/40 com a mesma medida, para categoria de bens dominiais destinado à ampliação dos lotes acima mencionados, respeitando-se o disposto no parágrafo 3º do Art. 51, da lei Orgânica do Distrito Federal. As plantas e demais informações estão a disposição dos interessados na GEPLAN da RA-III.

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO
Administrador

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/98

Proc./Inter.: 030.008.549/98 - Secretaria de Governo
Objeto: Locação de veículos automotores.
A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, torna público o resultado do julgamento da documentação da licitação em epígrafe, como segue:
Empresa Habilitada: IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA.
Empresa Inabilitada: ROSÁRIO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, por não apresentar o Balanço Patrimonial devidamente encerrado do exercício anterior, estando em desacordo com o item 4.1.3 do Ato convocatório

Brasília, 26 de fevereiro de 1998
LEOLINO CEZAR DE A. CAMPOS
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 2/98-CL

Objeto: aquisição impressos.
Proc./Inter.: 030.000.535/98 - Secretaria de Administração
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração, comunica aos interessados que após análise da licitação em epígrafe, promoveu o seguinte resultado de julgamento:
1) Desclassificar a proposta da empresa Metroprint Ind. de Form. Ltda., por não cumprir corretamente o item 3.1 alínea "g" ponto"03" do Ato Convocatório (apresentou prova de quitação com a Fazenda do Distrito Federal com prazo de validade vencido).
2) Desclassificar o item 06 da empresa Columbia Gráfica e Editora Ltda, por não cumprir o item 3.1 alínea "e" do edital (conter especificação de forma clara e completa de cada item cotado);
3) Propor a adjudicação e homologação dos itens para as empresas a seguir:
- Athalaia Gráfica e Edit. Ltda. - item 07;
- Palmas Edit. Graf. e Pap. Ltda. - item 06;
- Troform Formulário Contínuo Ltda. - itens 01, 02, 03 e 04;
- Cidade Graf. e Edit. Ltda. - item 05.

Brasília, 26 de fevereiro de 1998
LEOLINO CEZAR DE A. CAMPOS
Presidente da Comissão

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 10/97
NOS TERMOS DO PADRÃO N.º 13/96

PROCESSO N.º 031.000132/97 - PARTES: DF/IDR X XEROX DO BRASIL S/A - OBJETO: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1998, conforme Lei n.º 1.814, de 07.01.98 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002121010001 - FONTE DE RECURSOS: 120 - U.O . : 13901 - NATUREZA DA DESPESA: 349039 - NOTA DE EMPENHO N.º 011, no valor de R$15.348,00(Quinze mil trezentos e quarenta e oito reais), emitida em 04.02.98, sob o evento 400091, na modalidade estimativa - DA VIGÊNCIA: o presente Termo entra em vigor na data de sua assinatura - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo - DATA DE ASSINATURA: 04 de fevereiro de 1998 - PUBLICAÇÃO: no DODF as expensas da Administração - SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: JOSÉ FERNANDO SANTOS, na qualidade de Superintendente Substituto - Pela Contratada: SAMUEL BATISTA D'AVILA , na qualidade de Procurador.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 13/97
NOS TERMOS DO PADRÃO N.º 13/96

PROCESSO N.º 031.000264/97 - PARTES: DF/IDR X XEROX DO BRASIL S/A - OBJETO: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1998, conforme Lei n.º 1.814, de 07.01.98 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002121010001 - FONTE DE RECURSOS: 120 - U.O . : 13901 - NATUREZA DA DESPESA: 349039 - NOTA DE EMPENHO N.º 015, no valor de R$15.000,00(Quinze mil reais), emitida em 06.02.98, sob o evento 400091, na modalidade estimativa - DA VIGÊNCIA: o presente Termo entra em vigor na data de sua assinatura - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo - DATA DE ASSINATURA: 06 de fevereiro de 1998 - PUBLICAÇÃO: no DODF as expensas da Administração - SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: JOSÉ FERNANDO SANTOS, na qualidade de Superintendente Substituto - Pela Contratada: SAMUEL BATISTA D'AVILA , na qualidade de Gerente de filial.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 2/98 - CPL

PROCESSO N.º : 040.002.801/98
OBJETO : Impressão de DAR (Documento de Arrecadação) em formulário contínuo.
DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA : 10/03/98.
LOCAL : SBN, Quadra 02, Bloco "A", Ed. Vale do Rio Doce, Sobreloja.
HORÁRIO : 10H00Min
TIPO : MENOR PREÇO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CPL/SEFP, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, a abertura do *Convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Secretaria de* Fazenda e Planejamento, Sobreloja, Comissão de Licitação nos dias úteis, das 9:00 às 17:00 h. Outras informações pelos telefones (061) 3128200 / 3128281.

Brasília, 27 de fevereiro de 1998
FERNANDO CABRAL VIANA FILHO
Presidente da CPL

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS

EDITAL Nº 28-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO TERMO ADITIVO Nº 211/97 AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.368/97 - DFE, de 12/06/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **BRASIL COM. DE DERIVADO DE PETRÓLEO LTDA,** sem inscrição no CF/DF, com a seguinte descrição: Durante a elaboração da réplica à impugnação ao AI Nº 1.368/97, ao examinar as Guias de Recolhimento-GNR's e as Notas Fiscais apresentadas foram constatados pagamentos e que algumas das Notas Fiscais apresentadas na defesa não haviam sido incluídas nos levantamentos originais, sendo, então, elaborados novos Demonstrativos, um de Retificação (fls.1607/11) para considerar os pagamentos efetuados, e outro (fls. 1612/18), para incluir essas Notas Fiscais, que alteram os valores contidos no Demonstrativo original (fls. 07 a 10), e essas correções levaram a um acréscimo do valor do imposto devido, descrito no inciso III do Item 03 (fls.01), passando-o, originalmente, de R$ 120.942,28 para R$ 160.629,27 (fls. 1619) e que após a aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis nesse inciso III, o valor total do crédito tributário do Auto de infração nº 1.368/97 passou de R$ 2.319.630,59 (fls. 1620) para R$ 2.405.238,66 (fls. 1621), correspondendo a um acréscimo de R$ 85.608,07, motivo pelo qual foi lavrado o presente Termo Aditivo. Portanto, os Itens 03 e 05 (fls. 01) do Auto de Infração nº 1.368/97 são retificados; ao Item 07 são anexados os novos Demonstrativos, e os demais Itens ficam ratificados: comercializou combustíveis e lubrificantes para contribuintes estabelecidos no Distrito Federal e não recolheu aos cofres do Tesouro do Distrito Federal o ICMS devido por substituição tributária nos valores originais de: I – R$ 225.318,04, no período de nov/94 a set/95, proveniente de vendas sem o recolhimento do imposto, cujo valor foi destacado a menor na nota fiscal; II – R$ 402.211,61, no período de 02/10/95 a 15/05/96, proveniente de simulação de vendas interestaduais; III – R$ 160.629,27, no período de 10/05/96 a 20/03/97, proveniente de vendas sem o recolhimento do imposto, cujo valor foi destacado corretamente na nota fiscal. Após aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, o crédito tributário soma R$ 2.405.238,66 (dois milhões, quatrocentos e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos).

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	788.158,92
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	106.274,80
3 – JUROS DE MORA	166.980,95
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	1.343.823,99
TOTAL (R$)	2.405.238,66
TOTAL POR EXTENSO: (Dois milhões, quatrocentos e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos).	

INTIMAÇÃO: fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%; no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50% (Lei complementar nº 10, de 11 de julho de 1996). (Auditor Autuante: Raimundo Nonato de Sousa, mat.: 25.219-0; Rosana Rocca do Amaral, mat.: 28.541-2; Wilson José de Paula, mat.: 46.214-4 e João Wagner de F. Quaresma – mat.: 46.351-5).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 32-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 592/97 - DFE, de 27/03/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **M. DE FÁTIMA O. DA SILVA ME,** inscrição no CF/DF Nº 07.344.385/001-71, com a seguinte descrição: 1. O contribuinte deixou de recolher o imposto devido referente ao mês de janeiro/95, resultando no seu desenquadramento de ofício do regime de microempresa que trata o Decreto nº 14.681/93, a partir do mês de março/95, de acordo com o art. 10 do mesmo Decreto. 1.1. Tendo em vista o desenquadramento do regime de microempresa, o contribuinte deixou de recolher ICMS devido referente aos meses de março/95 a abril/96 no valor original de R$ 223,11. 1.2. Fica aplicada a multa por descumprimento de obrigação tributária principal de 100% devido a não escrituração das notas fiscais enumeradas em demonstrativos. 2. O contribuinte cometeu a seguinte infração por descumprimento de obrigação acessória, cabendo multa no valor de R$ 536,50: 2.1. Não apresentou as notas fiscais utilizadas ou não pelo contribuinte para acobertar saídas de mercadorias, cuja exibição é obrigatória, de números de série 151 a 200; 2.2. Não escriturou as notas fiscais, relacionadas em demonstrativo, nos livros fiscais próprios de acordo com notificação. Após aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme demonstrativos, o crédito tributário soma R$ 1.107,77 (Um mil, cento e sete reais e setenta e sete centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 1: Dec. 16.102, de 30/11/94, Art. 70, § 1º, III – Multa: Art. 465, II, "b"(100%). 2.1. Dec. 16.102, de 30/11/94, Art. 73, §1º, VIII – Multa: Art. 472, II, "b". 2.2. Dec. 16.102, de 30/11/94, Art. 174 e 175 – Multa: Art. 473, I.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	223,11
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	39,40
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	262,51
4 – JUROS DE MORA	46,25
5 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	536,50
TOTAL (R$)	1.107,77
TOTAL POR EXTENSO: (Um mil, cento e sete reais e setenta e sete centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da ciência. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% (Lei Complementar nº 10, de 11/07/96). No caso de recolhimento, fica notificado o contribuinte a apresentar o Documento de Arrecadação na Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal. (Auditor Autuante: Dario Paulo de Sousa Júnior, mat.: 46.194-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 33-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.477/97 - DFE, de 26/06/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PNEUMÁXIMO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.313.770/003-82, com a seguinte descrição: O contribuinte escriturou no livro Registro de Entradas, créditos fiscais indevidamente, decorrente das compras de mercadorias regidas pela substituição tributária segundo convênio ICMS 85/93, nos seguintes meses, a saber: novembro/93, dezembro/93, janeiro/94, maio/94, junho/94, julho/94, agosto/94, setembro/94, outubro/94 e dezembro/94. INFRINGÊNCIA LEGAL: Convênio ICMS-85 de 10/09/93; Decreto 15.131 de 20/10/93; Decreto 3.992 de 13/12/77 – Art. 41, III; Decreto 15.470 de 28/02/94 – Art. 484; Decreto 16.102 de 30/11/94 – Art. 441. Multas: Decreto 3.992 de 13/12/77 – Art. 481, I; Decreto 15.470 de 28/02/94 – Art. 537; Decreto 16.102 de 30/11/94 – Art. 466.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	21.077,89
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	25.894,25
3 – JUROS DE MORA	17.283,17
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	46.972,14
5 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	111.227,45
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e onze mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da ciência. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% (Lei Complementar nº 10, de 11/07/96). (Auditor Autuante: Geraldo Portela Jr., mat.: 46.230-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 34-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 041047, de 18/09/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **STEPHANI SEMICONDUTORES ELETRÔNICOS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.320.393/001-64, com a seguinte descrição: 1. Em diligência à empresa acima, no endereço constante no Cadastro Fiscal, SGAS, QD. 606, Cj. F, Parte, não foi localizada a empresa, o que constitui infração ao Art. 15 do Decreto 16.128, de 06.12.94. O telefone da empresa constante no Cadastro Fiscal está incorreto. Não constam dados ref. recolhimentos tributários a partir de 1995 apesar de a empresa ter recebido autorização de impressão de notas fiscais em janeiro/95 e em maio/96. A inscrição no CF/DF está com pendências por exclusão de contabilista, sem a correspondente substituição.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1) TRIBUTO:
2) CORREÇÃO MONETÁRIA
3) JUROS DE MORA

4)	LEGISLAÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA	
MT.	DEC. 16.128,	95		IV			107,30	
MJ.	06.12.94							TOTAL DA MULTA
								107,30

05) TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
POR EXTENSO: CENTO E SETE REAIS E TRINTA CENTAVOS

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte/responsável, retro qualificado, intimado a recolher o crédito tributário acima demonstrado ou, querendo, apresentar defesa escrita no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da data da ciência, sob pena de revelia, e ainda informado de que dispõe de 60 (sessenta) dias para liberação de mercadorias apreendidas, sendo que esse prazo é reduzido para 24 (vinte e quatro) horas, quando se tratar de produtos perecíveis. (Auditor Autuante: Nivaldo Pavanini Parra, mat.: 46.189-X).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 35-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.007/97 - DFE, de 22/09/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **LOTÉRICA RODOFERROVIÁRIA LTDA,** inscrição nº 094.160-3, com a seguinte descrição: deixou de recolher aos cofres do Distrito Federal o ISS no valor original de Cr$ 187.640,69, proveniente de imposto lançado e não recolhido nos meses de agosto e setembro de 1992. O valor acima após aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme demonstrativos, totaliza um crédito tributário no valor R$ 109,35 (cento e nove reais e trinta e cinco centavos). Os Termos de Início e de Conclusão de Fiscalização foram lavrados em formulários avulsos cujas primeiras vias passam a integrar o presente Auto. Processo de Baixa de Inscrição nº 040.000.792/97. INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 01 – Dec. 3.522/76, art. 34, II. Multa: art.132.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	0,01
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	51,82
3 – JUROS DE MORA	31,61
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	25,91
5 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	109,35
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e nove reais e trinta e cinco centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da ciência. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50% (Lei Complementar nº 10, de 11/07/96). (Auditor Autuante: Hilda Sanches de Sena, mat.: 24.460-0).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 36-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.698/97 - DFE, de 01/08/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **FIANÇA EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.307.373/001-20, com a seguinte descrição: deixou de recolher aos cofres do Distrito Federal, o ISS nos valores originários, conforme abaixo descrito: - Cr$ 277.148.629,30 (Duzentos e setenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove cruzeiros e trinta centavos); R$ 3.458,90 (Três mil, quatrocentos e cinqüenta e oito reais e noventa centavos) referente a imposto lançado e não recolhido ou recolhido a menor, respectivamente aos períodos de jan/92, fev/92, mar/92, abril/92, ago/92 e set/92; ago/95, jun/96, jul/96 e dez/96. Após aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme demonstrativos, o crédito tributário soma R$ 460.990,69 (Quatrocentos e sessenta mil, novecentos e noventa reais e sessenta e nove centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 3.522/76 – art. 34, II. Multa: Art. 132; Dec. 15.922/94, Art. 43, I, "a". Multa: Art. 93, II, "a". Dec. 16.128/94, art. 43, I, "a". Multa: Art. 94, II, "a".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	3.559,64
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	213.447,43
3 – JUROS DE MORA	135.480,11
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	108.503,51
5 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	460.990,69
TOTAL POR EXTENSO: (Quatrocentos e sessenta mil, novecentos e noventa reais e sessenta e nove centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da ciência. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%, conforme Lei Complementar nº 10, de 11/07/96. (Auditor Autuante: Alfeu Geraldo Boff, mat.: 46.507-0).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 37-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.154/97, de 27/05/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **MARCO ANTÔNIO PETTERAZZI,** inscrição no CF/DF Nº 07.312.479/001-70, com a seguinte descrição: Deixou de recolher aos cofres do Distrito Federal o Imposto Sobre Serviços no exercício de 1993, devidos pela prestação de serviços como profissional autônomo de nível superior, no total de seis UPDF's. O crédito tributário após aplicação das penalidades regulamentares cabíveis totalizou R$ 692,35 (seiscentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Arts. 34, II do Decreto 3.522/76. Multa: Art. 132 (50%) do Decreto 3.522/76.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	8,75
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	343,63
3 – MULTA	176,18
4 – JUROS DE MORA	163,79
5 – MULTA ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	692,35
TOTAL POR EXTENSO: (Seiscentos e noventa e dois reais e trinta e cinco reais).	

INTIMAÇAO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGENCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%. (Auditor Autuante: Wagner Pinheiro Paschoal, mat.: 46.248-9).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 38-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 041283, de 22/05/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **NEY JAKSON BESERRA,** sem inscrição no CF/DF, com a seguinte descrição: Promoveu o início das atividades sem a devida inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal. Diploma Legal: Dec. 16.102/94 – Art. 23. Multa: Art. 478, IV, "a".

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO								
1) TRIBUTO:								
2) CORREÇÃO MONETÁRIA								
3) JUROS DE MORA								
4)	LEGISLAÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA	
MT.	Dec. 16.102/94	478	-	IV, "b"			321,90	TOTAL DA MULTA
MJ.								321,90
05) TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO								321,90
POR EXTENSO: Trezentos e vinte e um reais e noventa centavos								

INTIMAÇÃO: Fica o contribuinte/responsável, retro qualificado, intimado a recolher o crédito tributário acima demonstrado ou, querendo, apresentar defesa escrita no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da data da ciência, sob pena de revelia, e ainda informado de que dispõe de 60 (sessenta) dias para liberação de mercadorias apreendidas, sendo que esse prazo é reduzido para 24 (vinte e quatro) horas, quando se tratar de produtos perecíveis. (Auditor Autuante: Orandi Moreira, mat.: 46.508-9; Carlos Afonso N. Loureiro, mat.: 46.221-7).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 39-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.505/97 - DFE, de 02/07/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **JOSÉ MARIA DO NASCIMENTO REPRESENTAÇÕES LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.341.562/001-03, com a seguinte descrição: da análise dos documentos apresentados foram observados os seguintes fatos, conforme abaixo descrito: 3.1- deixou de apresentar documentos fiscais, de exibição obrigatória, solicitados em notificação, sujeitando-se portanto à multa acessória de 5 UPDF. Vale ressaltar que este AI interrompe a prescrição dos Créditos Tributários referentes à notificação não atendida (art. 174, incisos "I" e "III" do CTN). Após aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis e da multa acessória convertida em reais, o crédito Tributário soma R$ 536,50 (Quinhentos e trinta e seis reais e cinqüenta centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: 3.1 – Decreto 16.128/94, Art. 84, inciso I, Multa: Art. 95, inciso "V", alínea "c".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
5 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	536,50
TOTAL (R$)	536,50
TOTAL POR EXTENSO: (Quinhentos e trinta e seis reais e cinqüenta centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Wanduil Antônio da Silva, mat.: 46.332-9).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 42-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.917/97 - DFE, de 04/09/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **IFEMP INSTITUTO DE FOMENTO EMPRESARIAL,** inscrição no CF/DF Nº 07.300.827/001-05, com a seguinte descrição: recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal multa acessória de R$ 107,30 (cento e sete reais e trinta centavos), por não ter providenciado a baixa de inscrição no prazo legal. INFRINGÊNCIA LEGAL: Decreto 16.128/94, Art. 21 – Multa Acessória: 95, IV, "a".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	107,30
TOTAL (R$)	107,30
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e sete reais e trinta centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Marcelo Rossi de Castilho, mat.: 46.212-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 43-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.639/97 - DFE, de 22/07/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **VAPORE COM. E REPRES. LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.357.799/001-86, com a seguinte descrição: recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal multa acessória de R$ 128,76 (cento e vinte e oito reais e setenta e seis centavos), pelo atraso na escrituração do Livro Registro de Apuração do ICMS. INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 16.102/94, Art. 184, caput, § 2º - Multa Acessória: Art. 473, II.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	
4 – JUROS DE MORA	
5 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	128,76
TOTAL (R$)	128,76
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e vinte e oito reais e setenta e seis centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Marcelo Rossi de Castilho, mat.: 46.212-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 44-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.638/97 - DFE, de 22/07/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **VAPORE COM. E REPRES. LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.357.799/001-86, com a seguinte descrição: recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal multa acessória de R$ 203,87 (duzentos e três reais e oitenta e sete centavos), pelo atraso na escrituração do Livro Registro de Serviços Prestados. INFRINGÊNCIA LEGAL: Decreto 16.128/94, art. 68, caput, § 1º. – Multa: Art. 95, V, "h".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	
4 – JUROS DE MORA	
5 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	203,87
TOTAL (R$)	203,87
TOTAL POR EXTENSO: (Duzentos e três reais e oitenta e sete centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Marcelo Rossi de Castilho, mat.: 46.212-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 45-DFE/DFT/SUREC/SERFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.946/97 - DFE, de 29/08/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **REGINA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.319.697/001-18, com a seguinte descrição: 1 – deixou de recolher ao Erário do Distrito Federal o ICMS no valor de Cr$ 968.243,76 (Novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e três cruzeiros e setenta e seis centavos), correspondentes aos valores levados a lançamento nos livros próprios referentes aos meses de janeiro, fevereiro, julho, setembro e dezembro de 1992; janeiro, abril, junho e julho de 1993, conforme ICMS – Demonstrativo Imposto Escriturado não Recolhido; 2 – deixou de recolher ao Erário do Distrito Federal o ICMS no valor de CR$ 137.609,24 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e nove cruzeiros reais e vinte e quatro centavos), correspondentes aos valores levados a lançamento nos livros próprios referentes aos meses de outubro de 1993, conforme ICMS - Demonstrativo Imposto Escriturado não Recolhido; 3) deixou de recolher ao Erário do Distrito Federal o ICMS no valor de CR$ 25,58 (Vinte e cinco cruzeiros reais e cinqüenta e oito centavos), correspondentes aos valores levados a lançamento nos livros próprios referentes ao mês de junho de 1994, conforme ICMS – Demonstrativo Imposto Escriturado não Recolhido; 4) deixou de recolher ao Erário do Distrito Federal o ICMS no valor de R$ 9.962,54 (Nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinqüenta e quatro centavos), correspondentes aos valores levados a lançamento nos livros próprios referentes aos meses de novembro de 1994; janeiro, fevereiro, agosto, setembro e novembro de 1995; janeiro, março, abril, maio, agosto e setembro de 1996; fevereiro e março de 1997, conforme ICMS – Demonstrativo Imposto Escriturado e não Recolhido; 5) o valor do crédito tributário, após a atualização monetária e imposição dos demais acréscimos legais, somou o montante de R$ 23.837,66 (vinte e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 1) Dec. 3.992/77 – Art. 82 – Multa: Art. 480, inciso I; Item 2) Dec. 3.992/77, art. 82 – Multa: Art. 480, inciso I; Item 3) Dec. 15.470/94, Art. 70, inciso I – Multa: Art. 536, inciso II, alínea "a"; Item 4) Dec. 16.102/94, Art. 70, inciso I – Multa: Art. 465, inciso II, alínea "a".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	10.012,23
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	3.516,64
3 – JUROS DE MORA	3.543,35
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	6.764,74
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	23.837,66
TOTAL POR EXTENSO: (Vinte e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida. (Auditor Autuante: Marcelo Pereira de R. Bonna, mat.: 36.750-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 46-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO TERMO ADITIVO Nº 172/97 DE 16/09/97, AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 310/97 - DFE, de 05/03/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PIZZARIA E RESTAURANTE JCV LTDA**, CF/DF nº 07.360.649/001-48, com a seguinte descrição: Aos 16 dias do mês de setembro de 1997, no Serviço de Auditoria Tributária da DFE, lavrei o presente Termo Aditivo a fim de efetuar a retificação descrita abaixo: 1) retificá-lo no que se refere a DISPOSIÇÃO(ÕES) LEGAL(IS) INFRINGIDA(S) E PENALIDADE(S) APLICÁVEL(EIS) (INCISO VI), onde se lê: Art. 171 e 70, I § 1º, III; leia-se Arts. 171, 174 e 70 Inciso I, § 1º Inciso III do Decreto 16.102/94. 2) Retificá-lo no que se refere ao Valor do Crédito Tributário (Inciso VII).

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$	R$
PRINCIPAL	378,55	508,38
CORREÇÃO MONET.	6,78	7,02
JUROS DE MORA	15,92	21,63
MULTA PRINCIPAL	385,36	515,40
MULTA ACESSÓRIA	321,90	321,90
TOTAL	1.108,54	1.374,33
TOTAL POR EXTENSO: (Um mil, trezentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos).		

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DO DIA ÚTIL SEGUINTE AO DA CIÊNCIA: fica o contribuinte INTIMADO a recolher o crédito tributário discriminado no campo acima ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% (setenta e cinco porcento), Lei complementar nº 10 de 11 de julho de 1996. (Auditor Autuante: Pedro Marcelino O . Neto, mat.: 46.231-4).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 47-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.367/97 - DFE, de 11/06/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PANIFICADORA E CONFEITARIA SILVIA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.322.539/001-42, com a seguinte descrição: deixou de recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal o ICMS lançado nos valores de Cr$ 5.487.074,85, relativo aos meses de janeiro/92 a julho/93, CR$ 8.738,13 referente ao período de agosto/93 a junho/94 e R$ 974,35 no intervalo de setembro/95 a dezembro/96, de acordo com demonstrativos. Os valores acima declinados foram atualizados monetariamente, acrescidos de multa e juros de mora, perfazendo o crédito tributário total de R$ 2.163,90 (dois mil, cento e sessenta e três reais e noventa centavos), conforme demonstrativo. INFRINGÊNCIA LEGAL: Decreto 3.992/77 aplicado ao ICMS por força do art. 2º do Decreto 11.526/89; Art. 82, inciso I. Multa: Art. 480, inciso I; Decreto 15.470/94, Art. 70, inciso I, "a". Multa: Art. 536, inciso II, "a". Dec. 16.102/94; Art. 70, inciso I. Multa: 465, inciso II, "a".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	979,38
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	292,27
3 – JUROS DE MORA	256,49
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	635,76
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	2.163,90
TOTAL POR EXTENSO: (Dois mil, cento e sessenta e três reais e noventa centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida 75%, e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50%. (Lei complementar nº 10 de 11/07/96). (Auditor Autuante: Antonino Eustáquio Moreira, mat.: 24.449-X).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 48-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO TERMO ADITIVO Nº 143/97 AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.487/97 - DFE, de 02/07/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ATACADÃO DE BEBIDAS GONÇALVES LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.306.323/001-71, com a seguinte descrição: Aos dois dias do mês de setembro de 1997, no Serviço de Auditoria Tributária da DFE, lavrei(amos) o presente Termo Aditivo com o objetivo de efetuar a retificação descrita abaixo: Alterar o valor contido no campo 03, Histórico, item I, letra "b", onde se lê "...R$ 527,64 (Quinhentos e vinte e sete reais e sete centavos)...", leia-se "...R$ 529,64 (Quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos)..."; Alterar o campo 03, Histórico, item I, letra "c", onde se lê "...confronto entre entradas e saídas e estoque (1994 e 1995)..." leia-se "...confronto entre entradas e saídas relativas ao período de 1995 e estoque inventário nos dias 31/12/94 e 31/12/94..."; Alterar o valor do crédito tributário, passando de R$ 2.933,36 (Dois mil, novecentos e trinta e três Reais

e trinta e seis centavos), para R$ 2.936,96 (Dois mil, novecentos e trinta e seis Reais e noventa e seis centavos), sofrendo um acréscimo de R$ 3,60 (Três reais e sessenta centavos) e o novo valor do Crédito está discriminado no campo 04 abaixo; Alterar o Campo 04, Das Infrações Legais, Das Multas Principais, item I-b, onde se lê "...28/02/94 a 29/11/94... de 30/11/94 até o momento;", leia-se "...03/03/94 a 30/11/94... de 01/12/94 até o momento;"; Alterar o Campo 04, Dos Diplomas Legais, item I-b, onde se lê "...28/02/94 a 29/11/94...de 30/11/94 até o momento;", leia-se "...03/03/94 a 30/11/94... de 01/12/94 até o momento;". O acréscimo no valor total do Crédito Tributário e demais alterações descritas acima foram feitas em razão das retificações solicitadas pela autoridade preparadora da DRG/DAT às fls. 62, que consistiram em: correção do valor registrado em 02/96, débito fiscal do DEMONSTRATIVO ICMS – Dados de Entrada – Débitos e Créditos Fiscais às fls. 10, o que, por conseqüência, levou à correção dos demonstrativos seguintes às fls. 11, 13, 14 e 15. Ficam, portanto, substituídos aqueles pelos do presente termo.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	979,99
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	262,35
3 – JUROS DE MORA	303,56
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	1.391,06
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	2.936,96
TOTAL POR EXTENSO: (Dois mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida 75%, conforme Lei complementar 10 de 11/07/96. (Auditora Autuante: Albaniza S. L. Marques, mat.: 32.330-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 49-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.318/97 - DFE, de 23/09/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **J M DA FONSECA - ME,** inscrição no CF/DF Nº 07.346.204/001-79, com a seguinte descrição: 1. O contribuinte deixou de recolher o imposto devido referente ao mês de dezembro/94, resultando no seu desenquadramento de ofício do regime de microempresa que trata o Decreto nº 14.681/93, a partir do mês de fevereiro/95 inclusive, de acordo com o art. 10 do mesmo Decreto. 1.1 Tendo em vista o desenquadramento do regime de microempresa, o contribuinte deixou de recolher ISS devido referente aos meses de fevereiro/95 a maio/97, no valor original de R$ 2.087,68. Após aplicação monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme demonstrativos, o crédito tributário soma R$ 4.398,35 (Quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I – Dec. 16.102, de 30/11/94 – Art. 70, § 1º, III. Multa: 465, II, "a".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	2.087,68
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	431,59
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	1.259,58
4 – JUROS DE MORA	619,50
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	4.398,35
TOTAL POR EXTENSO: (Quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. No caso de recolhimento, fica notificado o contribuinte a apresentar o Documento de Arrecadação na Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal. (Auditor Autuante: Dario Paulo de Sousa Júnior, mat.: 46.194-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 50-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.024/97 - DFE, de 16/05/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **MICRO MERCADO TABULEIRO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.306.285/001-10, com a seguinte descrição: I – foi desenquadrado do Regime de MICROEMRESA, em 01.12.93, por falta de pagamento de Tributo, mês de competência Outubro/93; II – Deixou de recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal (GDF) o ICMS, nos valores originais, a seguir discriminado: 1-a)Cr$ 496.243,68 (Quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e três cruzeiros e sessenta e oito centavos), referente aos meses de de janeiro/92, janeiro a abril/93, relativo a imposto escriturado e não recolhido ou recolhido a menor; b) CR$ 430.052,99 (Quatrocentos e trinta mil e cinqüenta e dois cruzeiros reais e noventa e nove centavos), referente aos meses de setembro a dezembro/93 e junho/94, relativo a imposto escriturado e não recolhido ou recolhido a menor; c) R$ 2.556,91 (dois mil, quinhentos e cinqüenta e seis reais e noventa e um centavos), referente aos meses de julho a novembro/94, relativo a imposto escriturado e não recolhido ou recolhido a menor; 2-a) Cr$ 17.467.086,48 (Dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e oitenta e seis cruzeiros e quarenta e oito centavos), referente a estoque apurado através de levantamento fiscal, não declarado no exercício de 1992; b) CR$ 5.214:242,92 (cinco milhões, duzentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e dois cruzeiros reais e noventa e dois centavos), referente a estoque apurado através de levantamento fiscal, não declarado no exercício de 1993; c) R$ 3.077,71 (três mil e setenta e sete reais e setenta e um centavos), referente a estoque apurado através de levantamento fiscal, não declarado no exercício de 1994; 3) CR$ 15.838,73 (quinze mil, oitocentos e trinta e oito cruzeiros reais e setenta e três centavos), referente aos meses de janeiro e fevereiro/94, relativo a notas fiscais emitidas e não escrituradas; 4) Multa acessória no valor de R$ 536,50 (quinhentos e trinta e seis reais e cinqüenta centavos), pelo extravio de documentos fiscais. Após a conversão de Cruzeiro e Cruzeiro Real para Real, aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme demonstrativos, o crédito tributário perfaz o montante de R$ 118.981,63 (cento e dezoito mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Inciso I: Art. 17, combinado com Art. 10, inciso IV do Dec. 14.681/93; Inciso II: Item I) – Art. 82, inciso I, 2, do RICM, aprovado pelo Decreto 3.992/77; Multa: Art. 480, I, Decreto 15.470/94; Art. 70, inciso I, alínea "a" do Decreto 15.470/94; Multa: Art. 536, II, "a" – Decreto 15.470/94; Art. 70, Inciso I, do Dec. 16.102/94. Multa: Art. 465, II, "a"- Decreto 16.102/94.Item 2) – Art. 82, Inciso I, 2, combinado com os Art. 121 e 448 do RICM, aprovado pelo Dec. 3.992/77; Multa: Art. 480, Inciso III, do Dec. 3.992/77. Art. 70, inciso I, alínea "a", combinado com os Art. 124 e 508, do Dec. 15.470/94. Multa: Art. 536, § 1º , do Dec. 15.470/94; Art. 70, I, combinado com os Art. 74, 453, 454, do Dec. 16.102/94; Multa: Art. 465, § 1º, do Decreto 16.102/94; Item 3) – Art. 70, I combinado com o art. 174, do Dec. 16.102/94; Multa: Art. 465, inc. II, "b" do Dec. 16.102/94. Item 4) – Art. 163, do Dec. 16.102/94. Multa: Art. 472, Inc. II, alínea "a" do Dec. 16.102/94.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	7.699,32
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	29.448,84
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	66.685,29
4 – JUROS DE MORA	14.611,68
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	536,50
TOTAL (R$)	118.981,63
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e dezoito mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida 75% (setenta e cinco porcento). (Auditores Autuantes: Fernando Antônio de R. Júnior, mat.: 46.276-4 e Gerivaldo Alves Magalhães, mat.: 46.245-4).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 51-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 93/98 - DFE, de 06/01/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **MERCADO E VERD. JACOBINA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.303.924/001-69, com a seguinte descrição: deixou de cumprir as seguintes obrigações: deixou de recolher o ICMS, no valor original de Cr$ 59.713,20 (Cinqüenta e nove mil, setecentos e treze cruzeiros e vinte centavos), período 07/93; CR$ 653.869,80 (Seiscentos e cinqüenta e três mil, oitocentos e sessenta e nove cruzeiros reais e oitenta centavos), período de 07 a 11/94, referente a imposto lançado e não recolhido, ou recolhido a menor, conforme apurado através do Livro Reg. de Apuração do ICMS e relacionados nos demonstrativos. Após a conversão monetária para Real, atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, o crédito tributário totaliza R$ 2.311,65 (dois mil, trezentos e onze reais e sessenta e cinco centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. nº 3.992/77, art. 82, I-2. Multa: Art. 480, I, (50%); Dec. nº 11.526/89, art. 2º; Dec. nº 15.470/94, art. 70 I, a, e Parag. 1º, III. Multa: Art. 536, II, a (50%); Dec. nº 16.102/94, art. 70. I. e Parag. 1º, III. Multa: Art. 465, II, a (50%).

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	578,15
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	618,01
3 – JUROS DE MORA	503,94
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	602,55
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	2.311,65
TOTAL POR EXTENSO: (Dois mil, trezentos e onze reais e sessenta e cinco centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%. (Auditor Autuante: Francisco Coelho Fontes, mat.: 28.592-7).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 52-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3.023/97 - DFE, de 17/12/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ELÇOM – ELETROTÉCNICA E CONSTRUÇÕES ELETROMECÂNICAS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.305.609/002-75, com a seguinte descrição: I) – promoveu a integração dolosa ao movimento comercial do Distrito Federal de mercadorias, cujo valor tributável soma Cr$ 204.846.000,00 (Duzentos e quatro milhões e oitocentos e quarenta e seis mil cruzeiros), armazenadas sem a competente documentação fiscal, o que ocasionou o não recolhimento do ICMS, no montante de Cr$ 34.823.820,00 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte cruzeiros), ou R$ 12,66 (Doze reais e sessenta e seis centavos) no padrão monetário atual. II) – Não promoveu a inscrição do estabelecimento, utilizado como depósito das mercadorias, no cadastro de contribuintes de ICMS; Obs.: 1) O imposto gerado pela infração do item I, após submetido aos acréscimos legais, convertido para o atual padrão monetário e adicionado à multa prevista no item II, perfaz um crédito tributário de R$ 54.789,31 (Cinqüenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos). 2) Atribuída a condição de responsável pelo pagamento do imposto ao contribuinte retroqualificado, nos termos do artigo 19, inciso VI, item 03 do RICMS, aprovado pelo Decreto 3.992/77, aplicável ao ICMS por força do Decreto 11.526/89; 3) A presente atuação deu-se em razão de ter sido julgado nulo o AIA 26.842/92, lavrado por Fiscais Tributários em 02/07/92; INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I – Art. 131 e 294, Multa: Art. 480, inciso III, Dec. 3.992/77. Item II – Art. 90, inciso I; Multa: Art. 514, Dec. 3.992/77.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	12,66
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	14.927,78
3 – JUROS DE MORA	29.880,88
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	9.860,69
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	107,30
TOTAL (R$)	54.789,31
TOTAL POR EXTENSO: (Cinqüenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%; se optar pelo parcelamento a multa será reduzida em 50%. (Auditores Autuantes: Giovani Leal da Silva, mat.: 25.243-3 e Ivan Meirelhes do Amaral, mat.: 46.226-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 53-DFE/DFT/DUREC/SEFP. DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 97/98 - DFE, de 19/01/98, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ANA CLAUDIA DE MEDEIROS,** inscrição no CF/DF Nº 07.356.022/001-02, com a seguinte descrição: Deixou de comunicar formalmente à repartição fiscal de sua circunscrição as alterações relativas as informações constantes em sua Ficha Cadastral, constatadas através de Diligência Fiscal realizada em 15/01/98. Aplica-se ao contribuinte, por esta infrigência, multa acessória de R$ 339,69 (trezentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 19, inciso I do Decreto 14.681 de 27/04/93. Penalidades Cabíveis: art. 24 do Dec. 14.681 de 27/04/93.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	
4 – JUROS DE MORA	
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	339,69
TOTAL (R$)	339,69
TOTAL POR EXTENSO: (Trezentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Jorge Antônio Gonçalves da Silva, mat.: 40.772-0).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 54-DFE/DFT/SUREC/SEFP. DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.939/97 - DFE, de 10/12/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **CORSICA MODAS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.332.746/003-83, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado efetivou a mudança de endereço sem comunicar tal fato à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. Deve, assim, recolher multa acessória no valor de R$ 107,30 (cento e sete reais e trinta centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 16.102/94, art. 26. Multa: art. 478, inciso II, alínea "b".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	107,30
TOTAL (R$)	107,30
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e sete reais e trinta centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditores Autuantes: Hilda Sanches de Sena, mat.: 24.460-0; Hélida Lozi Ferreira, mat.: 25.222-0).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 55-DFE/DFT/SUREC/SEFP. DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.942/97 - DFE, de 10/12/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **LOLE BARI MODAS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.308.203/001-08, com a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado efetivou a mudança de endereço sem comunicar tal fato à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. Deve, assim, recolher multa acessória no valor de R$ 107,30 (cento e sete reais e trinta centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Dec. 16.102/94, art. 26 – Multa: Art. 478, inciso II, alínea "b".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	107,30
TOTAL (R$)	107,30
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e sete reais e trinta centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditores Autuantes: Hélida Lozi Ferreira, matr.: 25.222-0, Hilda Sanches de Sena, matr.: 24.460-0).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 56-DFE/DFT/SUREC/SEFP. DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.069/97 - DFE, de 11/11/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **AGROVILA COM. E REPR. DE PROD. AGROP. LTDA,** inscrição Nº 07.123.561-2, com a seguinte descrição: I – Deixou de recolher aos cofres do GDF, o ICMS, nos valores originais de Cr$ 3.529.800,00 e R$ 1.533,37 relativos ao imposto lançado e não recolhido nos períodos de 1992, 1994 e 1995. Após a conversão para moeda atual, aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme demonstrativos, o crédito tributário soma R$ 7.291,94. INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I: Dec. 3.992/77, art. 82, I, 2 – Multa: Art. 480, II; Dec. 15.470/94, art. 70,I – Multa: art. 536, II, "b"; Dec. 16.102/94, art. 70, I. – Multa: Art. 465, II, "b".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	1.533,37
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	1.468,24
3 – JUROS DE MORA	1.288,72
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	3.001,61
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	7.291,94
TOTAL POR EXTENSO: (Sete mil, duzentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50% (Lei complementar nº 10 de 11 de julho de 1996.) (Auditores Autuantes: Enadete A. de Oliveira Lins, mat.: 24.457-0 e Humberto Montania Netto, matr.: 46.307-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 58-DFE/DFT/SUREC/SEFP. DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.671/97 - DFE, de 27/10/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **DROGARIA MARQUEZA LTDA,** inscrição Nº 07.335.702/001-06, com a seguinte descrição: O contribuinte supraqualificado deixou de recolher o ICMS lançado nos respectivos livros fiscais nos valores originários de Cr$ 13.145.792,04 ref. aos meses de abril, maio e julho/93; CR$ 307.868,70 ref. aos meses de agosto/novembro/93 e fevereiro, abril/junho/94; R$ 99,57 referente aos meses de abril e julho/95. Após acréscimos relativos à atualização monetária e penalidades legais o crédito tributário apurado resultou no montante de R$ 2.112,44 (dois mil, cento e doze reais e quarenta e quatro centavos), conforme demonstrativos. INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I: Lei nº 1.254/96 – Art. 46, Multa: Art. 65, II, "a". Item 2 – Dec. 16.102/94 – Art. 70, I. Multa: Art. 465, II, "a". Item 3. Dec. 3.992/77, art. 82 – Multa: Art. 480, I. Item 4: Dec. 15.470/94, Art. 70 – Multa: Art. 536.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	216,30
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	861,32
3 – JUROS DE MORA	496,05
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	538,77
5 – MULTA ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	2.112,44
TOTAL POR EXTENSO: (Dois mil, cento e doze reais e quarenta e quatro centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50% (Lei complementar nº 10 de 11 de julho de 1996.) (Auditor Autuante: Antônio Carlos Borges Machado, matr.: 28.596-X).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 59-DFE/DFT/SUREC/SEFP. DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.873/97 - DFE, de 28/11/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **COMERCIAL DE ALIMENTOS JAL LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.326.715/001-15, com a seguinte

descrição: Deixou de cumprir as seguintes obrigações: Deixou de recolher o ICMS, no valor original de Cr$ 1.365.167,72 (hum milhão, trezentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e sete cruzeiros e setenta e dois centavos), período de 01 a 07/93; CR$ 1,74 (hum cruzeiro real e setenta e quatro centavos), período de 08 e 10/93 e R$ 30,23 (trinta reais e vinte e três centavos), referente a imposto lançado e não recolhido e também recolhido a menor, conforme apurado através do Livro Reg. de Apuração do ICMS e relacionados em demonstrativos. Recolher Multa Acessória no valor de R$ 536,50 (quinhentos e trinta e seis reais e cinqüenta centavos). Após a conversão monetária para Real, atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, o crédito tributário totaliza R$ 789,89 (Setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Infringiu o Art. 82, I – 2, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Dec. nº 3.992/77, aplicado ao ICMS, por força do Art. 2º do Dec. nº 11.526/89; Art. 10 IV, e 17, Dec. 14.681 de 27/04/93. Art. 70, I, "a" parágrafo 1º III, Decreto nº 15.470/94; Multa: 50% Art. 480, I Dec. nº 3.992/77; 50% Art. 536 II, "a", Dec. nº 15.470/94; cinco UPDF, Art. 24 Parágrafo Único Dec. 14.681/93.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	30,72
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	98,15
3 – JUROS DE MORA	60,12
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	64,40
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	536,50
TOTAL (R$)	789,89
TOTAL POR EXTENSO: (Setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%. (Auditor Autuante: Francisco Coelho Fontes, mat.: 28.592-7).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 60-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.816/97 - DFE, de 20/11/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **DELANE-COMERCIO E REP. DE CEREAIS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.305.019/001-16, com a seguinte descrição: I – Emitiu Nota Fiscal e não lançou e conseqüentemente não recolheu o ICMS, por ocasião das vendas realizadas nos meses de abril, maio e junho/97, nos valores originários de R$ 19.202,40; 38.404,80 e 1.780,80 respectivamente, conforme Demonstrativo e cópia das Notas Fiscais. Após conversão para moeda atual, aplicação monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme demonstrativos, o crédito Tributário soma R$ 123.481,05 (Cento e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinco centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 1) Lei 07/88 – Art. 39. Dec. 3.992/77, art. 82, Inciso I. Multa: 480, Inciso I; Dec. 15.470/94, art. 70, Inciso I. Multa: 536, Inciso II, letra "b"; Dec. 16.102/94. Art. 70, parágrafo 1º, Inciso III. Multa: 465, Inciso II, letra "b".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	59.388,00
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00
3 – JUROS DE MORA	4.705,05
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	59.388,00
5 – MULTA ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	123.481,05
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinco centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50% (Lei complementar nº 10 de 11 de julho de 1996). (Auditor Autuante: Sônia Maria de Andrade Santos, mat.: 25.227-1).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 61-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.319/97 - DFE, de 23/09/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **SODIS SOCIEDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE CONGELADOS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.357.911/002-32, com a seguinte descrição: 1. O contribuinte deixou de recolher o ICMS escriturado no valor de R$ 399,24, referente aos meses de maio/96 e março/97. Após aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, conforme demonstrativos, o crédito tributário soma R$ 661,97 (seiscentos e sessenta e um reais e noventa e sete centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I – Dec. 16.102/94, de 30/11/94, art. 70, § 1º, III. Multa: 465, II, "a".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	399,24
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	13,76
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	206,49
4 – JUROS DE MORA	42,18
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	661,67
TOTAL POR EXTENSO: (Seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da ciência. No caso de recolhimento, fica notificado o contribuinte a apresentar o Documento de Arrecadação na Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal. (Auditor Autuante: Dario Paulo de Sousa Júnior, mat.: 46.194-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 62-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.028/97 - DFE, de 14/05/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **MORAIS & LOIOLA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.333.559/001-82, com a seguinte descrição: Constatou-se a cessação de atividade no local para o qual foi concedida a inscrição. Assim, deixou de requerer baixa de inscrição do Cadastro Fiscal do Distrito Federal até o último dia útil do mês subseqüente ao do encerramento das atividades do estabelecimento. Aplicou-se multa acessória no valor de R$ 107,30 (Cento e sete reais e trinta centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I – Dec. 16.102 de 30.11.94, art. 32, II, "d". Multa: Art. 478, II, "a". (1 UPDF) e Cancelamento de inscrição.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	
4 – JUROS DE MORA	
5 – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	107,30
TOTAL (R$)	107,30
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e sete reais e trinta centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Carlos A. S. Serrão, mat.: 46.353-1).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 63-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.843/97 - DFE, de 25/09/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **PROJETA ILUMINAÇÃO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07066816-7, com a seguinte descrição: Deixou de recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como a seguir especificado: 1. Cr$ 125.269,38 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e nove cruzeiros e trinta e oito centavos), referente a omissão de vendas à vista, no período de janeiro e fevereiro de 1991, conforme demonstrativos, que estabelecem comparativo entre controle paralelo de vendas à vista e os respectivos valores lançados nos livros DIÁRIOS; 2. Cr$ 16.952.509,32 (dezesseis milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, quinhentos e nove cruzeiros e trinta e dois centavos), referente a omissão de vendas à vista, no período de março de 1990 a dezembro de 1991, e de fevereiro a outubro de 1992, conforme demonstrativos, que estabelecem comparativo entre controle paralelo de vendas à vista e os respetivos valores lançados nos livros Diários. 3. Cr$ 125.718.706,00 (cento e vinte e cinco milhões, setecentos e dezoito mil, setecentos e seis cruzeiros), referente a omissão de vendas no período de 1º de janeiro a 31 de julho de 1993, conforme demonstrativos, os quais apontam divergências entre as vendas registradas em controles paralelos e as vendas lançadas no Livro Registro de Saídas. 4. CR$ 27.909,75 (vinte e sete mil, novecentos e nove cruzeiros reais e setenta e cinco centavos), referente a omissão de vendas no mês de agosto de 1993, conforme demonstrativos, o qual aponta divergência entre o livro Registro de Saídas e os controles paralelos, apreendidos no escritório da autuada e que passam a integrar o presente AIA. 5. Cr$ 112.468,83 (Cento e doze mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e oitenta e três centavos), referente a imposto lançado e não recolhido nos meses de setembro e outubro de 1991. INFRINGÊNCIA LEGAL: Lei 7/88, art. 41; c/c Regulamento do ICMS (aprovado pelo Decreto 3.992/77), art. 121, incisos I e II. Penalidade: Decreto-Lei 82/66, art. 189, inciso IV: (5 UPDF); Lei 7/88, art. 39; c/c Regulamento do ICMS (aprovado pelo Decreto 3.992/77), art. 82, item 2. Penalidade: Decreto-lei 82/66, art. 189, inciso V, alíneas "a" e "c" (200%). Aplicação: Decreto-lei 82/66, art. 191 (cumulatividade de multas). Código Tributário Nacional, art. 149, incisos V, VI e VII – Decreto-lei 82/66, art. 159 (lançamento de ofício); Código Tributário Nacional, art. 148 – Decreto-lei 82/66, art. 157 (arbitramento de base de cálculo).

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

TOTAL (R$)	160.406,72
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e sessenta mil e quatrocentos e seis reais e setenta e dois centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA: O contribuinte deverá pagar o crédito tributário ou apresentar defesa no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a data da ciência deste lançamento. As multas serão reduzidas segundo o dispositivo na lei complementar nº 4, (com redação da Lei Complementar nº 10/96), art. 62, § 3º (Lei 1.254/96, art. 65, § 3º). (Auditor Autuante: Gilsomar Silva Barbalho, mat.: 46.364-7).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 64-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 983/97 - DFE, de 21/05/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **GEO SONDA ELETRO-HIDRÁULICA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.334.893/001-71, com a seguinte descrição: Deixou de recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal ISS da forma que segue: I – R$ 529,43, nos meses de abril a setembro, novembro e dezembro de 1996 e janeiro e março de 1997, referente a notas fiscais emitidas e não escrituradas; II – R$ 1.280,30, nos meses de dezembro de 1995 e janeiro a abril, junho e agosto a outubro de 1996, referente a omissão de receita apurada pelo

confronto entre os livros fiscais e o extrato bancário e os contratos de prestação de serviços. Recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal multa pelo descumprimento de obrigação acessória de R$ 536,50, por recusar-se a exibir documentos fiscais. Após aplicação de correção monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, o crédito tributário totaliza o montante de R$ 5.922,53 (cinco mil, novecentos e noventa e dois reais e cinqüenta e três centavos), discriminado abaixo, e conforme demonstrativos. INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I – Dec. 16.128/94, art. 43, I; 68. Multa: 100%, (art. 94, II, "b". Item II – Dec. 16.128/94, art. 43, I, 46. Multa: 200%, (art. 94, § 1º). Multa Acessória: Dec. 16.128/94, art. 48. R$ 536,50, art. 95, V, "c".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	1.809,73
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	91,65
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	3.264,95
4 – JUROS DE MORA	219,70
5 – MULTA ACESSÓRIA	536,50
TOTAL (R$)	5.922,53
TOTAL POR EXTENSO: (Cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e cinqüenta e três centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%, e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50%. (Lei complementar nº 10 de 11/07/96). (Auditor Autuante: Marcelo Rossi de Castilho, mat.: 46.212-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 65-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 984/97 - DFE, de 21/05/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **GEO SONDA ELETRO-HIDRÁULICA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.334.893/001-71, com a seguinte descrição: Deixou de recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal ICMS da forma que segue: I – R$ 5.247,63, nos meses de setembro, novembro e dezembro de 1996, referente a notas fiscais emitidas e não escrituradas; II – R$ 1.088,00, nos meses de setembro e novembro de 1996, referente a omissão de receita apurada pelo confronto entre os livros ficais e propostas de fornecimento e os contratos de prestação de serviços. Recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal multa pelo descumprimento de obrigação acessória de R$ 536,50, por recusar-se a exibir documentos fiscais. Após aplicação de correção monetária, juros de mora e penalidades cabíveis, o crédito tributário totaliza o montante de R$ 15.070,76 (Quinze mil, setenta reais e setenta e seis centavos), discriminado no campo abaixo, e conforme demonstrativos. INFRINGÊNCIA LEGAL: Item I – Lei 07/88, art. 39, Lei 1.254/96, art. 46, 47, VI. Multa: 100% (65, II, "b"). Dec. 16.102/94, Art. 70, I; Art. 171, IX; Art. 174; 184. Multa: 100% Art. 465, II, "b". Item II – Lei 07/88, art. 39, 41. Lei 1.254/96, art. 46, 47, IV. Multa: 200% (65, II, "c"). Dec. 16.102/94, art. 70, II, "d", "2", 74, 171, IX. Multa: 200% (Art. 465, § 1º). Multa Acessória: Dec. 16.102/94, art. 73, § 1º, VIII; art. 162. Multa: R$ 536,50 (art. 472, II, "b").

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	6.335,63
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	94,34
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	7.550,02
4 – JUROS DE MORA	554,27
5 – MULTA ACESSÓRIA	536,50
TOTAL (R$)	15.070,76
TOTAL POR EXTENSO: (Quinze mil e setenta reais e setenta e seis centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%, e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50%. (Lei complementar nº 10 de 11/07/96). (Auditor Autuante: Marcelo Rossi de Castilho, mat.: 46.212-8).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 66-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1920/97 - DFE, de 08/09/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **COGUMELOS COM. DE SORVETES LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.317.568/005-73, com a seguinte descrição: O contribuinte deixou de recolher o ICMS quanto não emitiu documento fiscal em operação tributável de fornecimento de alimentos, (sorvete), no período de janeiro/96. INFRINGÊNCIA LEGAL: Decreto 16.102/94 – Art. 228; Art. 70, II, D, 2. Multa: Art. 465, § 1º.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	1.830,79
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	181,34
3 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	4.024,26
4 – JUROS DE MORA	382.30
5 – MULTA ACESSÓRIA	
TOTAL (R$)	6.418.69
TOTAL POR EXTENSO: (Seis mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%, e no caso de parcelamento a multa sobre o principal será reduzida em 50%. (Lei complementar nº 10 de 11/07/96). (Auditor Autuante: Geraldo Portela Jr., matr.: 46.230-6).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 67-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.584/97 - DFE, de 11/07/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ALESSANDRA MACHADO BORGES,** inscrição no CF/DF Nº 07.358.393/001-39, com a seguinte descrição: I – Deixou de comunicar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal o encerramento de suas atividades, não tendo sido localizada no local para o qual lhe fora concedida inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, CF/DF, conforme termo de diligência. Deverá, por este motivo, recolher multa acessória no valor de R$ 107,30 (cento e sete reais e trinta centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Decreto 16.102/94. Item I – Art. 30. Multa: Art. 478, II, "a".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	107,30
TOTAL (R$)	107,30
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e sete reais e trinta centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: André William N. Mendes, mat.: 46.337-X)

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 68-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.502/97 - DFE, de 20/05/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **CONSERVADORA DE IMÓVEIS PAMPULHA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.310.049/001-32, com a seguinte descrição: Não se encontrava no local para qual foi cadastrado. E não requereu baixa de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF. INFRINGÊNCIA LEGAL: Art. 21 do Dec. nº 16.128/94. Multas: Art. 95 – IV – "a" e "b" do Decreto nº 16.128/94.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	107,30
TOTAL (R$)	107,30
TOTAL POR EXTENSO: (Cento e sete reais e trinta centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Orlando Ribeiro de Souza, mat.: 28.551-X).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 70-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.391/97 - DFE, de 03/10/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **COUTINHO RODAS E PNEUS EQUIP. E ACESSÓRIOS LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.344.849/001-95, com a seguinte descrição: Em fiscalização para efeito de baixa, constatamos que o contribuinte deixou de recolher R$ 459,13 (quatrocentos e cinqüenta e nove reais e treze centavos) em imposto, apurado pelo lançamento no Livro Registro de Saídas, pois o mesmo não escriturou o Livro Registro de Entradas, nem o Livro Registro de Apuração do ICMS. INFRINGÊNCIA LEGAL: Lei 7/88, art. 44, c/c Regulamento do ICMS (aprovado pelo Decreto 15.470/94), PENALIDADE: art. 189 e 191, e com Regulamento do ICMS (aprovado pelo Decreto 16.102/94), art. 181 e 184. Decreto-lei 82/66, art. 189, inciso IV (1 UPDF); INFRINGÊNCIA LEGAL: Lei 7/88, art. 39; c/c Regulamento do ICMS (aprovado pelo Decreto 15.470/94) art. 70, inciso I, e com Regulamento do ICMS (aprovado pelo Decreto 16.102/94), art. 70, inciso I. PENALIDADE: Decreto-lei 82/66, art. 189, inciso V, alínea "a". 50% do imposto devido. APLICAÇÃO: Não foi concedido o benefício da espontaneidade porque o débito apurado de ofício devia ser do conhecimento do contribuinte antes do pedido de baixa. Optou-se pela alínea "a", do inciso V, do Art. 189, com base na interpretação benigna.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	489,28
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	174,34
3 – JUROS DE MORA	217,34
4 – MULTA (50%)	331,79
5 – MULTA ACESSÓRIA	107,30
TOTAL (R$)	1.320,05
TOTAL POR EXTENSO: (Hum mil, trezentos e vinte reais e cinco centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA: O contribuinte deverá pagar o crédito tributário ou apresentar defesa no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a data da ciência deste lançamento. As multa serão reduzidas segundo o disposto na lei complementar nº 4, (com redação da Lei Complementar nº 10/96), art. 62, § 3º (Lei 1.254/96, art. 65, § 3º). (Auditor Autuante: Gilsomar Silva Barbalho, mat.: 46.364-7).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 72-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.512/97 - DFE, de

01/07/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **COMERCIAL MADEIREIRA SÃO JOÃO LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.333.310/001-30, com a seguinte descrição: Da análise dos documentos apresentados foram observados os seguintes fatos, conforme abaixo descrito: 3.1 – Deixou de apresentar documentos fiscais, de exibição obrigatória, solicitados em notificação, sujeitando-se portanto à multa acessória de 5 UPDF. Após aplicação de atualização monetária, juros de mora e penalidades cabíveis e da multa acessória convertida em reais, o crédito Tributário soma R$ 536,50 (Quinhentos e trinta e seis reais e cinqüenta centavos). INFRINGÊNCIA LEGAL: Item 3.1. – Decreto 16.102/94, Art. 73, § 1º, inciso "VIII". Multa: Art. 472, inciso "II", alínea "b".

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – MULTA ACESSÓRIA	536,50
TOTAL (R$)	536,50
TOTAL POR EXTENSO: (Quinhentos e trinta e seis reais e cinqüenta centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. (Auditor Autuante: Wanduil Antônio da Silva, mat.: 46.332-9).

GIOVANI LEAL DA SILVA

EDITAL Nº 73-DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1.844/97 - DFE, de 25/09/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ELÉTRICA BRASÍLIA LTDA,** inscrição nº 07001311-0, com a seguinte descrição: Deixou de recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como a seguir especificado: 1.NCz$ 36.560,20 (trinta e seis mil, quinhentos e sessenta cruzados novos e vinte centavos), referente a omissão de vendas no período de janeiro a fevereiro de 1990, conforme demonstrativos, que demonstram divergências entre o controle paralelo de vendas à vista e os respectivos valores lançados nos livros Diários. 2. Cr$ 3.255.762,44 (três milhões, duzentos e cinqüenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e quarenta e quatro centavos), referente a omissão de vendas no período de março de 1990 a dezembro de 1991, conforme demonstrativos, que demonstram divergências entre o controle paralelo de vendas à vista e os respectivos valores lançados nos livros Diários. 3. Cr$ 21.296.302,39 (vinte e um milhões, duzentos e noventa e seis mil, trezentos e dois cruzeiros e trinta e nove centavos), referente a omissão de vendas no período de 1º de janeiro de 1992 a 20 de março de 1993, conforme demonstrativos, que demonstram divergências entre as vendas à vista dos controles paralelos e as vendas à vista lançadas no Livro Registro de Saídas nº 11. INFRINGÊNCIA LEGAL: Lei 7/88, art. 41; c/c Regulamento do ICMS (aprovado pelo Decreto 3.992/77), art. 121, inciso I e II. Penalidade: Decreto-lei 82/66, art. 189, inciso IV: (5 UPDF); Lei 7/88, art. 39; c/c Regulamento do ICMS (aprovado pelo Decreto 3.992/77), art. 82, item 2. Decreto-lei 82/66, art. 189, inciso V, alínea "c": 200%. Aplicação: Decreto-lei 82/66, art. 191 (cumulatividade de multas). Código Tributário Nacional, art. 149, incisos V, VI e VII – Decreto-lei 82/66, art. 159 (lançamento de ofício); Código Tributário Nacional, art. 148 – Decreto-lei 82/66, art. 157 (arbitramento de base de cálculo).

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

TOTAL (R$)	84.156,72
TOTAL POR EXTENSO: (Oitenta e quatro mil, cento e cinqüenta e seis reais e setenta e dois centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA: O contribuinte deverá pagar o crédito tributário ou apresentar defesa no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a data da ciência deste lançamento. As multas serão reduzidas segundo o disposto na lei complementar nº 4, (com redação da Lei Complementar nº 10/96), art. 62, § 3º (Lei 1.254/96, art. 65, § 3º). (Auditor Autuante: Gilsomar Silva Barbalho, matr.: 46.364-7).

GIOVANI LEAL DA SILVA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

RELAÇÃO DE PARCELAMENTOS
JANEIRO/98

PROCESSO	CONTRIBUINTE	TRIBUTO	VALOR EM R	PARCELAS
043.001.709/97	ABC DIST. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	ICMS	33.804,72	36
043.001.671/97	ADRIANO DE OLIVEIRA CAMPOS	ISS	2.424,24	21
040.012.980/97	AERO REPROGRAFIA LTDA	ISS	17.229,24	36
043.001.676/97	ALTERNATIVA PRODUÇÕES DE ALIMENTOS	ICMS	25.515,00	36
048.000.293/97	AMARILES VIANA FERRAZ	TLP	362,37	03
048.000.292/97	AMARILES VIANA FERRAZ	IPTU	973,84	08
040.011.089/97	AMERICAN SUL ATAC. DE ALIM. LTDA	ICMS	1.648,43	07
040.004.931/97	ANA LUCIA TAVARES VIDAL	ICMS	669,78	06
044.000.023/98	ANDRE DOS SANTOS LUZ	TLP	2.045,30	10
044.000.024/98	ANDRE DOS SANTOS LUZ	IPTU	1.169,80	10
048.000.609/97	ANDRE LUIS DA CUNHA	ISS	769,20	06
048.000.144/98	ANGELINE SCALIA	ISS	377,94	02
044.000.001/98	ANHANGUERA MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS	ICMS	19.830,90	30
048.000.271/97	ANTONIO ALVES CAVALCANTI	IPTU	512,88	04
047.000.239/97	ANTONIO RODRIGUES DANTAS	ICMS	9.919,80	36
040.014.748/97	ANTONIO SOUSA DE CARVALHO	ISS	4.834,44	36
040.013.557/97	AQUALAND ACESSORIA DESPORTIVA LTDA	ISS	9.115,20	36
043.000.026/98	ARLINDA NEVES FERREIRA DA CRUZ	ITCD	5.375,30	10
044.000.011/98	ASSISTÊNCIA EDUC. FILANTROP. EVANGÉLICA	TLP	880,32	04
044.000.010/98	ASSISTÊNCIA EDUC. FILANTROP. EVANGÉLICA	IPTU	632,44	02
048.000.620/97	AURELIANO PINTO DE MENEZES	TLP	230,40	02
048.000.619/97	AURELIANO PINTO DE MENEZES	IPTU	619,85	05
048.000.621/97	AURELIANO PINTO DE MENEZES	IPTU	507,36	04
040.006.556/97	B&B PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES	ISS	3.070,92	12
040.013.830/97	BAR E RESTAURANTE ELIZ LTDA	ICMS	1.066,68	09
040.013.028/97	BETH'S CLUB SCOTH BAR LTDA	ICMS	886,82	03
045.000.527/97	BRASFERTIL IND. E COM. DE FERTILIZANTES	ICMS	34.609,20	24
044.000.025/98	C.H.I. PIRES & CIA LTDA	ICMS	3.209,40	12
040.014.567/97	CARLIOSMAN CARNEIRO DA LUZ	ISS	2.268,22	19
048.000.261/97	CARLOS ALBERTO DE SOUSA VIEIRA	IPVA	1.211,00	05
048.000.155/98	CARLOS EDUARDO SANTOS	ISS	1.723,92	12
040.013.857/97	CASAS DA LAVOURA AGROP. GOIAS COM. IND.	ICMS	12.040,56	36
048.000.331/98	CETEST BRASILIA CONDICIONAMENTO DE AR	ICMS	81.087,48	36
044.000.537/97	CLEBER DO CARMO CORREIA	ICMS	5.313,60	36
048.000.303/97	CLEITON BOUGLEUX	IPTU	5.195,90	10
047.000.306/97	CLERES RESENDE PIRES	IPTU	10.734,80	10
040.012.890/97	COMERCIAL DE BEBIDAS 406 NORTE LTDA	ICMS	5.424,72	12
043.000.033/98	COMERCIAL DISCOS TAPES CENTRO OESTE	ICMS	28.036,08	36
049.000.061/97	COMERCIAL METALURGICA BEZERRA LTDA	ICMS	923,22	06
043.001.727/97	DALLAS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	ISS	10.169,64	36
048.000.323/98	DANIELA MARIA ZANELLO DE LOYOLA	IPVA	520,23	04
045.000.455/97	DEPÓSITO JUNIOR COM. DE MAT. CONST. LTDA	ICMS	19.949,04	36
044.000.017/98	DISTRIBUIDORA DE DOCES RIO LTDA	ICMS	2.745,12	12
046.000.811/97	DJALMA CORREIA BRAGA	ISS	968,52	07
040.006.563/97	DOIS A MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA	ICMS	5.800,68	27
040.014.298/97	DPR COMERCIO E REP. LTDA	ISS	6.464,70	10
040.015.470/97	DROGARIA MINERVA LTDA	ICMS	1.421,90	06
046.000.766/97	EDIVAR BATISTA BRAZ	ISS	4.706,52	12
048.000.480/97	EDSON HONORIO DOS SANTOS	IPTU	400,35	03
048.000.618/97	ESMERALDA SILVEIRA E REIS	IPTU	476,02	02
040.013.991/97	EXITOURS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO	ISS	4.614,96	12
040.015.317/97	FERNANDO DE CATRO VELLOSO	ISS	1.510,17	12
046.000.789/97	FERNANDO MATIAS FERREIRA	ISS	541,00	05
040.012.372/97	FERRAGENS ASA SUL LTDA	ICMS	37.285,56	36
040.013.130/97	FERRAGENS BRASIL SUL LTDA	ICMS	13.127,04	36
040.014.295/97	FIRMAR COMERCIO E REP. LTDA	ICMS	2.943,59	13
040.014.565/97	FOCCUS TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	ISS	1.220,50	05
040.015.168/97	GAREM ASSES. E CONSULT. E NEGOCIOS LTDA	ISS	1.473,66	06
048.000.490/97	GERALDO PAIVA PIRES	IPTU	1.234,20	10
040.014.000/97	GERMANA IND. E COMERCIAL LTDA	ICMS	27.675,36	36
040.004.421/97	GRÁFICA E EDITORA OLÍMPICA LTDA	ISS	41.943,30	42
040.014.788/97	GRANFORT REPRESENTAÇÕES DE GRANITOS	ICMS	1.777,30	07
048.000.611/97	GUSTAVO OCTAVIANO MARQUES	IPTU	2.237,50	10
048.000.526/97	HELENA BECK FIGUEIREDO SOUZA	IPTU	2.666,10	10
048.000.525/97	HELENA BECK FIGUEIREDO SOUZA	TLP	279,46	02
048.000.334/97	HUGO DA CUNHA NETO	IPTU	3.536,50	10
043.001.722/97	IMPER LINE LTDA	ISS	10.249,56	36
040.010.176/97	IND. E COM. MASSAS AUTOMOTIVAS BRASILIA	ICMS	1.370,70	05
040.014.965/97	ITALIAN OPTICA LTDA	ICMS	3.246,00	12
040.000.398/97	IVAN DE O. DELFORGE	IPTU	14.109,90	10
043.001.699/97	IVAN JOSÉ PIRES	ICMS	19.295,28	36
048.000.135/97	JLC DE JESUS & CIA LTDA	ICMS	1.376,34	06
048.000.466/97	JOANA LOUREIRO DA CUNHA	ISS	599,15	05
040.014.764/97	JOÃO HIRAM DE MENDONÇA E PAULA	ITBI	2.141,70	10
040.004.079/97	JOCELIO DUTRA MOTA	ISS	316,50	02
048.000.314/98	JORGE MARTINS VIEIRA	ISS	1.603,14	14
048.000.320/98	JOSÉ ALFREDO DO AMARAL	MULT	597,61	02
043.001.718/97	JOSÉ ALOYSIO TELLES RIBEIRO	IPTU	4.873,80	10
043.001.717/97	JOSÉ ALOYSIO TELLES RIBEIRO	TLP	987,04	08
040.014.035/97	JOSE FARANI	IPTU	22.920,80	10
048.000.294/97	JOSE FELIPE DOS SANTOS	IPTU	4.383,17	10
048.000.295/97	JOSE FELIPE DOS SANTOS	IPTU	12.421,79	10
047.000.277/97	JOSE FRANCELINO FERREIRA DOS SANTOS	ISS	1.319,22	06
042.000.016/98	JOSE JACINTO DE SOUZA FREITAS	TLP	947,99	08
042.000.017/98	JOSE JACINTO DE SOUZA FREITAS	IPTU	1.342,13	10
040.015.369/97	JOSE RAMOS TEIXEIRA	ISS	2.392,74	18
043.001.694/97	JTG DISCOS E FITAS LTDA	ICMS	7.747,95	35
048.000.613/97	JULIO CESAR RIBEIRO	IPTU	1.780,10	10
046.000.768/97	KENNEDY & WATANABE COM. MOV. AC. CAB.	ICMS	7.277,12	32
048.000.624/97	L JOHNOSON M. DAS NEVES	ICMS	783,75	03
040.015.485/97	L-2 COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	ISS	1.714,86	07
040.014.009/97	LABORCOLOR VÍDEO STUDIO PHOTO LTDA	ISS	8.389,80	36
044.000.031/98	LANCHONETE FAVO DE MEL LTDA	MULT	322,66	02
040.012.547/97	LANCHONETE GUARANI LTDA	ICMS	2.091,24	12
043.001.720/97	LIANA MARA DE VASCONCELOS REBOÚÇAS	ISS	571,96	04

048.000.263/97	LIBELE DE FRANCO ALCANTARA	ISS	4.055,80	35
047.000.169/97	LINALDO DE ARAUJO PERSIANO	IPTU	9.439,10	10
040.014.011/97	LIVRARIA SANTANA LTDA	ICMS	2.127,24	06
040.013.432/97	LOBA ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA	ISS	5.999,24	26
040.012.489/97	LR CHACARAS & JARDINS SERV. PAISAGISMO	ISS	27.500,76	36
040.012.488/97	LR CHACARAS & JARDINS SERV. PAISAGISMO	ICMS	2.384,30	10
042.001.422/97	LUBRIFICANTES ELIEZER LTDA	ICMS	7.156,48	32
048.000.128/98	LUIZ ALBERTO CALVOSO	IPVA	645,65	05
048.000.457/97	LUIZ CARLOS BARRETO SIQUEIRA	IPTU	2.198,40	10
042.001.421/97	LUNE LUBRIFICANTE LTDA	ICMS	3.539,84	16
040.015.179/97	MAGISTER CURSOS PREPARATÓRIOS LTDA	ISS	5.033,60	22
048.000.320/97	MARCIO ADRIANO DE SOUZA ARAUJO	ISS	1.318,24	11
048.000.114/98	MARCO ANTONIO FEITOSA MACHADO	IPTU	340,71	03
048.000.514/97	MARCO CESAR GALDINO DA SILVA	ISS	2.221,29	19
040.015.490/97	MARCOS FELIPE FERREIRA	IPTU	2.958,40	10
048.000.462/97	MARCUS VINICIUS CRUZ	IPVA	578,54	05
048.000.270/97	MARIA DA GLORIA P. R. DA COSTA	IPTU	604,70	05
048.000.269/97	MARIA DA GLORIA PINTO RIBEIRO DA COSTA	TLP	369,60	03
048.000.302/97	MARIA DE FATIMA BRAZ MARTINS	ISS	1.187,40	10
048.000.069/98	MARIA DE FATIMA RAFAEL DE AGUIAR RAMOS	IPTU	2.959,70	10
048.000.070/98	MARIA DE FATIMA RAFAEL DE AGUIAR RAMOS	TLP	400,38	03
048.000.297/97	MARIA DO CARMO DE ALMEIDA ROCHA	IPTU	3.594,70	10
048.000.311/98	MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA	IPTU	2.760,50	10
048.000.622/97	MARIA DO SOCORRO MORAIS DE LOYOLA	IPTU	1.521,60	10
048.000.312/98	MARIA DO SOCORRO SOUZA DE OLIVEIRA	TLP	376,35	03
043.001.568/97	MARIA LUZIA BARROS	IPVA	402,87	03
048.000.322/97	MARIA SALETE DE LIMA GARCEZ	ISS	2.827,20	24
048.000.601/97	MARIDILVA B. DE SOUSA	TLP	653,50	05
045.000.602/97	MARIDILVA B. DE SOUZA	IPTU	8.243,20	10
040.015.190/97	MARIO MARTINS FRANCO	ISS	962,56	08
043.001.723/97	MARLENE DIAS COLIDIO	IPTU	238,10	02
040.007.976/97	MARLON DA SILVA MAIA	ISS	739,98	06
044.000.033/98	MASSAS ALIMENTICIAS CAICO LTDA	ICMS	859,23	03
040.013.981/97	MERCADO PREDIGER LTDA	ICMS	1.063,14	06
044.000.008/98	METALURGICA ZANICHELLI LTDA	ISS	2.259,20	20
040.013.899/97	MGS COM. IMP. EXP. LTDA	ICMS	46.155,24	36
048.000.311/97	MICRONORTE BRASILIA EDIÇÕES CULTURAIS	ISS	1.986,00	08
044.000.002/98	MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS OLINDA LTDA	ICMS	5.557,08	12
046.000.827/97	MULTIKOR CINE FOTO LTDA	ISS	2.337,40	10
046.000.829/97	MULTIKOR CINE FOTO LTDA	ISS	2.056,95	09
040.014.682/97	NEGREIROS ADM. DE CONDOMINIOS	ISS	49.510,44	36
048.000.612/97	NELSON LOBO FERREIRA BORGES	ISS	1.436,52	12
046.000.805/97	NICE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	ICMS	708,06	03
048.000.193/97	OG PEREIRA DE SOUZA & CIA LTDA	ICMS	2.401,88	10
048.000.488/97	OLINDA MARIA DINIZ SILVA	ISS	2.907,36	24
048.000.608/97	ONEIDA ALVES DE OLIVEIRA	TLP	231,20	02
048.000.607/97	ONEIDA ALVES DE OLIVEIRA	IPTU	2.101,10	10
040.015.149/97	OPÇÃO RECURSOS HUMANOS LTDA	ISS	7.375,56	12
049.000.049/97	ÓTICA REAL LTDA	ICMS	4.664,12	19
048.000.290/97	OTICAS LASER LTDA	ICMS	4.074,12	18
040.013.571/97	OXIGÊNIO COMERCIAL DE CONFECÇÕES LTDA	ICMS	44.979,84	36
046.000.818/97	P B AUTO PEÇAS LTDA	ICMS	1.095,76	04
040.004.452/97	PAINEL DECORAÇÕES LTDA	ICMS	1.739,39	12
048.000.131/97	PALACIO DAS PERSIANAS LTDA	ISS	2.488,20	11
044.000.030/98	PAPELARIA E LIVRARIA GRAFITE COM. REP.	ICMS	5.247,91	23
040.013.511/97	PATRICIA SEIXAS ALVES	ISS	955,52	08
048.000.313/97	PAULO MENDELSSONH FERREIRA OTERO	ISS	2.827,44	24
048.000.497/97	PAULO SERGIO MARTINS	TLP	245,94	02
048.000.495/97	PAULO SERGIO MARTINS	TLP	435,75	03
048.000.498/97	PAULO SERGIO MARTINS	IPTU	7.572,10	10
048.000.496/97	PAULO SERGIO MARTINS	IPTU	2.850,80	10
044.000.003/98	PIRES ARAUJO COMERCIAL DE ALIMENTOS	ICMS	35.440,20	36
043.001.662/97	PRIMOR GRÁFICA EDITORA PAPEL LTDA	ISS	22.575,36	24
040.015.481/97	PRISCILA FERNANDES COSTA	ISS	4.211,52	08
040.013.449/97	PRISMA PROMOÇÕES E PRODUÇÕES LTDA	ISS	19.367,64	36
047.000.241/97	PROINEG TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ISS	59.196,24	36
048.000.264/98	RAIMUNDO SOBREIRA SOARES	IPTU	477,28	04
048.000.291/97	REGINA TEREZA DE BRITO PRIETO	IPTU	436,20	04
043.001.685/97	REGINALDO ALVES DE SOUZA	ICMS	1.579,37	13
048.000.337/97	RENATA OLIVEIRA BLAESE	ISS	1.198,98	09
040.013.737/97	RF COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA S/C LTDA	ISS	10.773,72	36
047.000.295/97	RIBSAN COM. DE ALIMENTOS LTDA	ICMS	802,26	03
048.000.117/98	RISONIZE DE SALES UCHOA COIMBRA	TLP	259,62	02
048.000.116/98	RISONIZE DE SALES UCHOA COIMBRA	IPTU	941,04	03
048.000.598/97	RODRIGO ULHOA RIBEIRO	IPVA	1.861,50	10
048.000.573/97	RONAM QUEIROZ MACHADO	ISS	769,20	06
048.000.528/97	ROSA LIA JACOME RIBEIRO	IPVA	728,10	03
048.000.616/97	ROSEANA NEVES BRAGA	IPTU	367,02	03
040.014.674/97	ROSEMARIE MONTEIRO GUEDES	ISS	675,35	05
040.012.471/97	ROSSI SCHALABITZ INFORMATICA LTDA	ICMS	399.495,96	36
046.000.002/98	SANTA BARBARA TURISMO E TRANSPORTES	ISS	1.677,97	07
040.015.077/97	SÃO LUCAS METALURGIA IND. COM. IMP. EXP.	ISS	2.644,32	12
040.013.399/97	SARAIVA & PEREIRA LTDA	ICMS	73.261,08	36
040.000.330/97	SCHYRLLENE LIMA LOPES	ISS	2.239,80	12
040.013.815/97	SCORPION INFORMÁTICA LTDA	ISS	53.229,96	36
040.013.265/97	SITRAN COMERCIO E IND. DE ELETRONICA	ICMS	8.088,07	05
040.014.499/97	SOCIARTE CENTER LTDA	ISS	1.957,36	08
048.000.586/97	SORAYA SOUZA DOS SANTOS	ISS	769,20	06
040.015.467/97	SPEED CAR AUTOMOVEIS LTDA	IPTU	4.048,90	10
040.015.256/97	SULAR SUPORTES E UTILIDADES DO LAR LTDA	ICMS	2.414,60	10
040.015.710/97	SUNA PRESENTES LTDA	ICMS	1.265,08	11
044.000.016/98	SUPERMERCADO MONTE REI LTDA	ICMS	18.126,36	36
040.015.132/97	THEOGENES JOSE FERREIRA DA CUNHA	ISS	1.066,77	09
043.001.684/97	TRANSPORTE FINK LTDA	ICMS	49.617,00	36
040.006.513/97	TUBE CONFECÇÕES LTDA	ICMS	5.352,72	24
048.000.253/98	VALDERES CAETANO P. DE ALMEIDA	IPVA	767,28	06
043.001.719/97	VALTER BATISTA CAMPOS	ISS	830,62	07
040.013.788/97	VANDA MARIA FONTENELE MOURÃO	IPTU	2.253,90	06
040.013.258/97	VANINE COMERCIO DE ROUPAS LTDA	ICMS	1.031,02	04
040.013.841/97	VENNUS COMERCIO DE MALHAS LTDA	ICMS	2.860,00	13
044.000.006/98	VERA LUCIA R. DE LIMA	IPTU	2.233,10	10
044.000.005/98	VERA LUCIA R. DE LIMA	TLP	2.704,30	10
040.015.020/97	VIAGENS EMPRESA DE REP. COMERCIAIS	ISS	3.808,40	16
048.000.250/98	VIDROBAN PEÇAS E ACESS. PARA AUTOS LTDA	ICMS	3.436,20	12
048.000.251/98	VIDROBAN PEÇAS E ACESS. PARA AUTOS LTDA	ISS	786,18	03
048.000.531/97	WAGNE STAUS SANTIAGO	ISS	3.409,77	21
048.000.599/97	WALMIR MEINICKE BARBOSA	ISS	777,66	06
043.001.708/97	WHITE E RED INFORMÁTICA E REP. LTDA	ISS	15.844,32	36
040.008.714/97	WILNA MARIA SOUZA ALVES	ISS	9.810,00	36
040.014.020/97	WORK DATTA COM. IMP. E REP. LTDA	ICMS	2.108,05	07

QTD. PROCESSOS 205 TOTAL $1.824.153,92

JOSÉ LUIZ MAGALDI DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão

DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA

EDITAL Nº 5-DRB/DAT/SUREC/SEFP. DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência legal e das suas atribuições regimentais, **DECLARA SUSPENSA**, com fundamento no art.29, inciso I, alínea "d" e no art.383 do Decreto n.º 18.955, de 22 de dezembro de 1997, a inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, do contribuinte abaixo relacionado, por descumprimento de 2 (duas) notificações consecutivas, bem como dá conhecimento que se inscrição permanecer suspensa por período superior a 90 (noventa) dias, contados do 10º (décimo) dia da publicação do presente Edital, será cancelada, na forma do art. 29, inciso II, alínea "d", do mesmo diploma legal.

RAZÃO SOCIAL	CF/DF	CGC
JOMAR ASSESSORIA LTDA	07.311.191/002-79	27.283.712/0005-45

DANILO ALVES

EDITAL Nº 6-DRB/DAT/SUREC/SEFP. DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência legal e das suas atribuições regimentais, **DECLARA SUSPENSA**, com fundamento no art.29, inciso I, alínea "c", item 2 e no art.383 do Decreto n.º 18.955, de 22 de dezembro de 1997, a inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, do contribuinte abaixo relacionado, por constatar a cessação de suas atividades no local para o qual foi inscrito, bem como dá conhecimento que se a inscrição que permanecer suspensa por período superior a 90 (noventa) dias, contados do 10º (décimo) dia da publicação do presente Edital, será cancelada, na forma do art. 29, inciso II, alínea "d", do mesmo diploma legal.

RAZÃO SOCIAL	CF/DF	CGC
AUTO ESCAPAMENTO PLANALTO LTDA	07.322.436/001-46	00.528.638/0001-08

DANILO ALVES

DIVISÃO DA RECEITA DE SOBRADINHO

EDITAL Nº 2-DRS/DAT/SR/SEFP. DE 20 DE FEVEREIRO DE 1998

O Chefe da Divisão da Receita de Sobradinho, do Departamento de Arrecadação e Tributação da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no artigo 33, II e parágrafos 1º e 2º do decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, após declarada a revelia nos termos do artigo 32, inciso 1, do referido decreto, intima o contribuinte abaixo relacionado a comparecer a esta divisão, sito à quadra 06, área especial nº 08 - Sobradinho-DF., no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente edital, a fim de comprovar o cumprimento das exigências descritas no auto de infração abaixo relacionado, sob pena de inscrição de débito em dívida ativa e da conseqüente cobrança judicial.

PROCESSO Nº	CONTRIBUINTE	Nº DO AI (A)
040.008.720/97	ADEMIR BAU MELLER	1008/97
040.004.398/97	ADERSON CIRILO SILVA COM.	649/97
040.004.397/97	AGROPECUÁRIA TROPICAL LTDA	638/97
040.006.114/97	ALTERNATINTAS E MAT. P/ CONSTRUÇÃO LTDA	912/97
040.009.582/97	ALVES E FRANÇA LTDA	1529/97
040.010.639/96	ANDERSON MAGAZINE LTDA	1292/96
040.003.830/97	ANTARES COM. DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA	496/97
040.003.831/97	ANTARES COM. DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA	497/97
040.006.395/96	ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO E CIA LTDA	838/96
040.002.676/97	ANTÔNIO PEDRO DA SILVA	041202/97
040.013.876/97	ASSECE-ASSOC. SERRANA DE CURSOS EDUC. LTDA	2002/97
043.001.530/95	ATLÂNTIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	28618/95
040.009.205/97	AUTO ITALIANA PEÇAS LTDA	1429/97
040.006.005/96	AUTO SCAPE TELES LTDA	733/96
040.014.337/96	AVELINO DE ALMEIDA	1904/96
040.015.263/96	BAR RESTAURANTE E CHURRACARIA CERRADO LTDA	1462/96
040.013.124/97	BEKA PNEUS COMÉRCIO E REP. LTDA	1300/97
040.012.358/97	BEKA PNEUS COMÉRCIO E REPRES. LTDA	1299/97
040.002.442/97	BIRACONT CONTABILIDADE LTDA	141/97
043.002.041/96	BRENO GONÇALVES DE MAGALHÃES	035322/96
040.015.559/96	CASA DO CONCRETO IND. E COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	2242/96
040.003.411/97	CASA DO PISO COM. DE MATERIAIS P/CONST. LTDA	455/97
040.006.111/97	CASAZUL MAT. P/ CONSTRUÇÕES E UTILIDADES LTDA	896/97
040.016.228/96	CLÍNICA MATERNO INFANTIL SOBRADINHO	2469/96
040.010.869/96	COLONIAL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	1344/96
040.010.871/96	COLONIAL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	1345/96
040.010.541/96	COMÉRCIO DE CEREAIS PARANÁ LTDA	1372/96
040.011.710/96	COMÉRCIO DE CEREAIS SOBRADINHO LTDA	1093/96
040.011.322/97	COMÉRCIO E REPRES. NUNES SANTANA LTDA ME	1593/97
040.005.722/97	COOPERATIVA AGRÍCOLA DO RIO PRETO LTDA	710/97
040.009.394/97	COOPERATIVA AGROP. DA REGIÃO DO DF LTDA	1204/97
040.009.393/97	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DO DF LTDA	1203/97
040.014.826/96	DEGUST FEST ALIMENTOS LTDA	2032/96
040.013.392/97	DEP. JÚNIOR COMÉRCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2250/97
040.013.587/97	DHS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2379/97
040.013.345/97	DM AUTOMÓVEIS LTDA	2234/97
040.010.697/97	DONNA COZINHAS E ARMÁRIOS LTDA	1608/97
040.003.416/97	DUNGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	454/97
040.011.699/97	E. F MÓVEIS LTDA - ME	1767/97
040.006.559/97	EDMILSON SILVA DE ALEXANDRIA	810/97
040.013.024/97	ELENGE ELÉTRICA E ENGENHARIA LTDA	2290/97
040.005.509/96	ELI DE ASSIS	394/96
040.011.559/96	EMPRESA DE TRANSPORTES PANTANAL LTDA	1412/96
040.004.223/97	ERMES MATSCHINSKI	644/97
040.016.353/96	FRANCIENE PEREIRA CLEMENTINA PIRES	1836/96
040.011.883/97	FRANCISCO DOS SANTOS ANDRADE	1295/97
043.001.438/96	FRANCISCO JOSÉ GOMES	034768/96
040.009.586/97	FRUTT SORVETERIA E LANCHONETE LTDA	1406/97
040.013.565/97	GILBERTO AGNES	2352/97
040.010.638/96	GRANJA BRASÍLIA IND. E COMERCIO LTDA	1365/96
040.004.429/97	GRANSUL COMERCIAL DE MADEIRAS LTDA	618/97
040.014.888/97	HALLEY INFORMÁTICA LTDA	2030/97
040.012.031/97	HÉLIO ROSA LEMOS ME	1641/97
040.003.539/97	ILDECI REIS DA COSTA - ME	461/97
040.011.009/96	J. M. PAPELARIA LTDA	1395/96
040.003.540/97	JOÃO PRADO CARVALHO ME	488/97
040.013.449/95	JOÃO PRADO DE CARVALHO ME	1002/96
040.004.199/97	JOAQUIM FLÁVIO ADM. E VENDA DE IMÓVEIS LTDA	558/97
040.004.215/97	JOBRAS PORTAS E JANELAS LTDA - ME	405/97
040.011.893/97	JONAS CÉLIO MONTEIRO COELHO	039715/97
040.009.065/97	JOSE DA SILVEIRA BASTOS	39529
040.016.587/96	JP SOM ELETRONICA LTDA	2606/96
040.013.474/97	KI-MAQUINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	1313/97
040.014.010/97	L PAR LANCHES LTDA	2508/97
040.013.588/97	LABORATÓRIO SANTA CRUZ LTDA	2362/97
040.005.741/97	LOJA GRANDE COM. IND. IMP. EXP. LTDA	832/97
040.008.956/96	LOTERIA TIO PATINHAS LTDA ME	918/96
040.012.686/97	LUIZ CÉSAR ARANTES	1855/97
043.001.915/96	LUIZ GERALDO RANGEL VILELA	035751/96
040.008.936/96	MADEIRÃO IND. COM. REP. LTDA	1168/96
040.009.106/97	MANOEL DA SILVA FREIRE ME	1216/97
040.010.822/97	MARIA DAS GRAÇAS GOMIDE NASSER	1654/97
040.005.743/97	MARIA DORALICE DE OLIVEIRA ME	740/97
040.006.024/96	MARIA FRANCISCA NEVES ME	345/96
040.011.781/97	MARMORARIA SOBRADINHO LTDA	1812/97
040.012.175/97	MASSA FALIDA DE JEVE MODA JOVEM LTDA	1864/97
040.006.382/96	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO 08 DE JULHO LTDA	835/96
040.006.393/96	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO MINEIRA LTDA ME	807/96
043.002.158/96	MAURICIO SEVERINO DE REZENDE	35556/96
040.001.857/96	MAZUL REPRES. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	104/95
040.011.073/97	MEC CONST. INCORP. E IMPR. IMOB. LTDA	1703/97
040.004.221/97	MENESES E PONTE LTDA	552/97
040.010.544/96	MIGUEL DE SOUZA CONFECÇÕES ME	1377/96
040.008.787/97	MINAS COMÉRCIO DE TINTAS LTDA	1067/97
040.003.722/96	MOREIRA E ROCHA LTDA ME	344/96
040.003.843/97	MÓVEIS COMETA LTDA	486/97
040.012.046/97	MULT-ATACADISTA DE FERRAGENS E UTIL. P/ O LAR	039546/97
040.003.844/97	MUNIR ASAD MUSA MARTINS GHANI -ME	523/97
040.010.201/97	NET'S TECNULOGIA CURSOS DE INFORMÁTICA LTDA	1434/97
040.008.792/97	NITROAR IND. E COM. DE PROD. AGRÍCOLA LTDA	1083/97
040.015.653/96	NOEDI MELLER CADORE	1947/96
040.013.270/97	NOSSA ÓTICA LTDA	1950/97
040.004.226/97	NOVO PISO COM. DE MATERIAIS P/ CONST. LTDA	601/97
040.003.412/97	PANIFICADORA E SUPERMERCADO RAMOS E SOARES LTDA	0456/97
040.011.557/96	PAULA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	1402/96
040.016.586/96	PAULO CEZAR DE SOUZA E SILVA ME	2241/96
040.014.570/96	PAULO EUGÊNIO FERNANDES DE SOUZA	1997/96
040.002.730/97	PLANTAR COM. E REPRES. AGROPCUÁRIA LTDA	333/97
040.008.760/97	POLI COMÉRCIO DE TINTAS LTDA	1081/97
040.005.403/97	PORTO E MENEZES LTDA	749/97
040.005.875/97	PREMOLDADOS TINTAS BOCAYUVA LTDA	835/97
043.000.989/95	RAMOS MAT. PARA CONSTRUÇÃO LTDA	28771/95
043.000.907/97	RESTAURANTE E LANCHONETE JOSCE LTDA	041318/97
040.006.121/97	RETIFICA DE MOTORES SOBRADINHO LTDA	642/97
040.013.342/97	RIVALDO DE SOUSA MENDES	2357/97
040.002.731/97	ROBERTO AQUIAR ATTUCH E JOSÉ ALVARO VASSALO	348/97
040.009.195/97	RORIZ PRÉ-MOLDADOS E REP. GAZ LTDA	1419/97
040.016.534/96	SAMIRA ASAD NIMER ME	2202/96
040.004.193/97	SANEAR IND. E COM. DE PROD. DE LIMP. HIG.E CONSERVAÇÃO LTDA	553/97
040.013.164/97	SIDINEY GIRARDI SANTOS	2333/97
040.002.677/97	SOBERANA MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	280/97
040.010.542/96	SOBRA JEANS COM. REPRESENTAÇÃO LTDA	1373/96
040.005.742/97	SOBRACON MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	829/97
040.002.757/97	STAK CONTABILIDADE LTDA	362/97
043.001.242/97	SUPERMERCADO ESTRELA LTDA	041016/97
040.010.157/97	SUPERMERCADO VIGOR LTDA (MASSA FALIDA)	1409/97
040.014.573/96	TAPEÇARIA BESSA LTDA	1598/96
040.002.596/97	TOME RODRIGUES DA COSTA	41201/97
040.003.842/97	TROPP-COURO CALÇADOS LTDA	484/97
040.005.736/97	UELERSON RAMOS	825/97
-040.014.339/96	UNIÃO MÓVEIS LTDA	1841/96
040.012.177/97	VELOCIM PNEUS COM. REP. LTDA	1870/97
040.006.127/97	VIVACOR VAREJÃO COMERCIAL DE TINTAS LTDA	779/97

CUSTÓDIO JOANES DE OLIVEIRA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Extrato do Convênio de Cooperação Técnica, celebrado entre a **COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN** e a **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SEPLAN/GO**. Objeto: Cooperação Técnica entre os partícipes para a realização de estudos na área de Demografia, conforme o projeto **BRA-94/P-03** "Programa de Demografia para a Região Centro-Oeste". Data da assinatura: 17 de fevereiro de 1998. Assinam pela **CODEPLAN**: Jorge Haroldo Martins – Diretor-Presidente, Sandra Louise Oliveira Santos Dantas - Diretora Administrativa e Financeira e Edgar da Silva Fagundes Filho - Diretor Técnico. Pela **CONTRATADA**: Ovídio Antônio de Ângelis - Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de Góias.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Extrato de Inexigibilidade de Licitação. Processo nº 121.141.801/98. Firma: **GEMPI - GESTÃO EMPRESARIAL E INFORMÁTICA LTDA**. Objeto: Aquisição de 01 (uma) cópia do Software ArcVew Internet Map Server. Valor: R$ 24.865,00 (vinte e quatro mil, e oitocentos e sessenta e cinco reais). Fundamento Legal : Inciso I - Art.25 da Lei n.º 8.666/93. Autorização: Sandra Louise Oliveira Santos Dantas - Diretora Administrativa e Financeira. Ratificado: Jorge Haroldo Martins - Diretor-Presidente.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/97 (*)

PROCESSO: 030.010170/96 PARTES: DF/SE X XEROX DO BRASIL LTDA. OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a alteração contratual com vistas a acréscimo de valor financeiro, nos termos do Inciso I, alínea "b" do art. 65, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e da justificativa de folha n.º 356. DA VIGÊNCIA: Este termo entra em vigência a partir da data de sua assinatura (22.12.97). DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. DO REGISTRO: Para eficácia do contrato, deverá o mesmo ser registrado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal e Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Antonio Ibañez Ruiz, na qualidade de Secretário de Educação, pela Contratada: Samuel Batista D'Avila, na qualidade Gerente de Filial.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF n.º 248, de 24/12/97, pág. 10803.

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/97-SE, republicado no DODF nº 26, de 06.02.98, página 29, da seguinte forma: DA VIGÊNCIA: "A vigência do contrato em referência, que finda em 31.12.97 fica prorrogado a partir desta data por 295 (duzentos e noventa e cinco) dias."

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 8/98 (*)

Processo: **082.004252/85** - Partes: FEDF x DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO - DEFER - Ass: 10.02.98 - Vigência: 31.12.99 - Objeto: Desenvolvimento de uma programação conjunta para apoiar as diversas modalidades esportivas de caráter educativo-cultural, voltadas para a integração escola-comunidade. - .Assinantes: p/ FEDF: **JACY BRAGA RODRIGUES** - p/ DEFER: **RAIMUNDO AUGUSTO OLIVEIRA LOBÃO.**

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF de 18.2.98, pág. 32.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/98

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que o Resultado de Habilitação da Tomada de Preços nº 04/98 - FEDF , encontra-se afixado no quadro de avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607 Projeção "D" 2º andar.

Brasília, 26 de fevereiro de 1998
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 268/96.

Processo: 062000052/96 - Partes: DF/ISDF X XEROX DO BRASIL LTDA. Objeto: A locação de 01 (uma) máquina copiadora, modelo X-5416, incluindo assistência técnica periódica e reposição de peças, conforme especificações contidas no Convite de fls. 12/16 e na proposta apresentada pela Contratada às fls. 29/32, que passam a integrar o presente termo. Da Prorrogação: A vigência do contrato que finda em 28/02/98, fica, a partir dessa data, prorrogada por 106 (cento e seis) dias. Da Despesa: A despesa incorrida no período correspondente à prorrogação ora efetuada, ocorrerá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901 Programa de Trabalho: 13.075.0021.8501.0038 Natureza da Despesa: 349039 Fonte de Recursos: 100 Prazo: 14/06/98 - Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF. Signatários: Pelo Distrito Federal: MÁRIO CÉSAR ALTHOFF, na qualidade de Diretor. Pela Contratada: SAMUEL BATISTA D"AVILA - na qualidade de Gerente. Testemunhas: Jackson Ulhoa de Moura e Markcileide Santos Soares de Souza.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA

Tipo de Licitação: menor preço; Regime de Execução: empreitada por preço unitário				
Edital nº	**Processo**	**Data**	**Horário**	**Objeto**
002/98	061011062/96	03/04/98	14:30	Construção da Unidade Mista em Recanto das Emas.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura da licitação em epígrafe prevista para o dia 18/03/98, às 09:00 horas, foi prorrogada para o dia 03/04/98, às 14:30 horas. O Edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 05/03/98 na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S. Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 horas.

CONVITES

Tipo de Licitação: menor preço; Regime de Execução: empreitada por preço unitário				
Edital nº	**Processo**	**Data**	**Horário**	**Objeto**
074/98	061008720/97	10/03/98	10:30	CABINE AUDIOMÉTRICA PARA EXAMES AUDITIVOS
075/98	061012099/97	10/03/98	14:30	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL, capacidade de pesagem de até 2.000 gramas, etc.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das Cartas Convites em epígrafe estão à disposição dos interessados não convidados, mediante a apresentação de Certificado de Registro Cadastral emitido por órgão ou entidade pública, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP: 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 horas.

TOMADAS DE PREÇOS

Tipo de Licitação: menor preço; Regime de Execução: empreitada por preço unitário				
Edital nº	**Processo**	**Data**	**Horário**	**Objeto**
018/98	061011757/97	17/03/98	09:00	Prestação de serviços, mediante contrato, de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de RAIOS-X de 500MA/125KV.
060/98	061009096/97	17/03/98	10:00	INTRODUTOR TP.HEMAQUETE C/BAINHA EM REVESTIMENTO METÁLICO GUIA J ACOPLADO E MECANISMO VALVULAR BF/outros, total de 08 itens.

A COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇAO DA FUNDAÇAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das licitações em epígrafe estão à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S. Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 horas.

Brasília, 27 de fevereiro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

AVISOS DE RECURSOS
CONCORRÊNCIA Nº 30/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL comunica aos interessados que a empresa LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA, LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA, E.M.S INDÚSTRIA FARMACÊUTICAL LTDA, HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA, ARISTON DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA, GREENPHARMA QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA, CROSARA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COM. E IND. LTDA, ITAFARMA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e FARMATI MEDICAMENTOS LTDA interpuseram recurso contra suas inabilitações referente a licitação aberta na modalidade de CONCORRÊNCIA 030/97, proc. 061010438/97.

CONCORRÊNCIA Nº 31/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL comunica aos interessados que as empresas LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA, BH FARMA COMÉRCIO LTDA, HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA, ARISTON DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA, GREENPHARMA QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA, LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COM. E IND. LTDA, ITAFARMA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, LABORATÓRIO FARMACÊUTICO ELOFAR LTDA e FARMATI MEDICAMENTOS LTDA interpuseram recurso contra suas inabilitações referente a licitação aberta na modalidade de CONCORRÊNCIA 031/97, proc. 061010439/97.

CONCORRÊNCIA Nº 32/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL comunica aos interessados que as empresas FARMATI MEDICAMENTOS LTDA, LABORATÓRIO FARMACÊUTICO ELOFAR LTDA, LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA, GREENPHARMA QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA, LABORATÓRIO NEO-QUÍMICA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA e HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA interpuseram recurso contra suas inabilitações referente a licitação aberta na modalidade de CONCORRÊNCIA 032/97, proc. 061010436/97.

CONCORRÊNCIA Nº 38/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇAO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que a empresa JP INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A interpôs recurso contra as habilitações das empresas SALBERGO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA e INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA S/A referente a licitação aberta na modalidade de CONCORRÊNCIA 038/97, proc. 061.010441/97.

Brasília. 27 de fevereiro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

COMUNICADO
TOMADA DE PREÇOS Nº 47/98

Proc. 061.012029/97
Objeto: Aquisição de Ciclosporina/outros

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que seja tornado sem efeito a publicação do DODF do dia 27/02/98, páginas 39 e 40, referente ao aviso de adiamento da licitação em epígrafe, ficando mantidos a data e horário da licitação bem como as demais condições do Edital.

Brasília. 27 de fevereiro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/98

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados na licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços 014/98, Proc. 061.009697/97 que foram **INABILITADAS** as firmas:01-WATER ENTERPRISES COMERCIAL LTDA por descumprir ao item 4.1 letra "b" do Edital (dos 12 atestados apresentados nenhum atendeu ao solicitado no referido item); 02-DMG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA por descumprir ao item 4.1 letra "n" do Edital (autorização de funcionamento somente para exportar e importar); 03-RIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA por descumprir ao item 4.1 letra "b" (os atestados de capacidade técnica apresentados constam números dos CGCs do emitente datilografado após a emissão dos mesmos e 04-LABORATÓRIO SANOBIOL LTDA por descumprir ao item 4.1 letras "b" e "e". Dessa forma, a Comissão fixou o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação da nova documentação, escoimadas das causas que justificaram as inabilitações nos termos do Artigo 48, inciso I, parágrafo I da Lei 8.666/93.

Brasília. 27 de fevereiro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTOS
CONVITES

Edital nº	Vencedoras	Itens
057/98	INTERLAB DISTRIB. DE PROD. CIENTÍFICOS S/A	02
	IMMUNOASSAY DIAGNÓSTICA DO CENTRO OESTE LTDA	03
	Obs. Item 01 foi revogado	
058/98	COMERCIAL HOSPITALAR EXPANSÃO LTDA	01

TOMADA DE PREÇOS

Edital nº	Vencedoras	Itens
004/98	VANGUARDA EQUIPAMENTOS HOSP. LTDA	01,21
	COFERMETA S/A	02,03,04,08,19
	LM ELETRICIDADE, ENGª E COM. LTDA	05,06,07,09,10,11,12,13,14,20
	CONSTRUCON MAT. CONSTR. SERVIÇOS LTDA	15,23,24,25
	BRASMÉDICA HOSP. E ORTOPÉDICA LTDA	16,22,26
	ULTRACENTRO COM. E REPR. LTDA	17,18
	VANGUARDA EQUIPAMENTOS HOSP. LTDA	desclassificada p/item 15
027/98	UNICOM PRODS. HOSP.LTDA	01,02,03
	Obs: Este resultado substitui o publicado em 18/02/98	
485/97	MEDICOR PROD. MED. HOSP. LTDA	01,03
	LAB.QUIM.FARM.BERGAMO LTDA	02,04
	LAB.NEO QUIMICA COM. IND.LTDA	05,08,10
	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA	06
	IND. FARMAC.RIOQUIMICA LTDA	07
	HIPOLABOR FARM.LTDA	11,17
	EUROFARMA LABS. LTDA	12
	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIM. FARM.LTDA	13,14
	UNIÃO QUIMICA FARM. NAC. S/A	15,16
	BLAUSIEGEL IND.COM.LTDA	18
	LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO LTDA	desclassificada p/item18
	Obs: Este resultado substitui o de fls. 980, alterando o item 09(revogado).	

Brasília. 27 de fevereiro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/97

PROCESSO: 101.001.025/97; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a BEBILAR- COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE BEBIDAS LTDA; OBJETO: Alterar a atividade e fonte constantes na Claúsula Segunda do Contrato, que passa a vigorar com os seguintes códigos: ATIVIDADE: 8501-0001 e FONTE 100 ; ASSINATURA: 26/02/98; VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 27/11/98; PUBLICAÇÃO: NO DODF às expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Maria José Vieira Féres; P/CONTRATADA: Stella Maris Moreira dos Santos.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/97

PROCESSO: 101.001.146/97; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a LAJESPLAN - PREMOLDADOS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA; OBJETO: Alterar a atividade e fonte constantes na Claúsula Segunda do Primeiro Termo Aditivo, que passa a vigorar com os seguintes códigos: ATIVIDADE: 8501-0001, 2150-0001 e FONTES: 100 e 220 ; ASSINATURA: 26/02/98; VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31/12/98; PUBLICAÇÃO: NO DODF às expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Maria José Vieira Féres; P/CONTRATADA: José Caboclo de Lima.

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.005.973/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 098/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "B"-504/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de construção de uma unidade de Centro de Ensino, localizado na Área Especial QR 412/414, em Samambaia-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma PROJEL LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados a partir de 21.01.98, vencendo-se portanto em 14.02.98. A vigência do Contrato nº 504/07, com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 14.08.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 19.01.98. PELA CONTRATADA: EDWIGES GONTIJO CAETANO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.009.374/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 133/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "B"-514/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Centro Educacional GISNO, localizado na SGAN, Quadra 908, Conjunto "B", em Brasília-DF (Lote 01). CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma CARNEIRO E ANTONIO LTDA. OBJETO: Alteração do valor contratual em decorrência da diminuição quantitativa do seu objeto, a redução será de R$ 4.566,34 (quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), passando o seu valor inicialmente pactuado de R$ 651.301,59 (seiscentos e cinquenta e um mil, trezentos e um reais e cinquenta e nove centavos), para R$ 646.735,25 (seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 02.02.98. PELA CONTRATADA: JOSÉ AÉRCIO SOUZA CARNEIRO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.009.590/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 116/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "C"-518/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma da Escola Classe 05, localizada na 2ª Avenida, entre Blocos 1460/1500, no Núcleo Bandeirante-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma CONSTRUTORA E INCORPORADORA PRATA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 08 (oito) dias corridos, contados a partir de 01.02.98, vencendo-se portanto em 08.02.98. A vigência do Contrato nº 518/97, com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 22.09.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 30.01.98. PELA CONTRATADA: GARIBALDE FLORES PINTO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.006.245/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 135/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "C"-529//97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Centro de Ensino 03 de Sobradinho, localizado na Quadra 06, Área Especial 02, em Sobradinho-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma ARTE CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 15 (quinze) dias corridos, contados a partir de 18.01.98, vencendo-se portanto em 01.02.98. A vigência do Contrato nº 529/97 tem o seu término previsto para 17.03.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 16.01.98. PELA CONTRATADA: BRUNO MIGUEL DI CARLO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.005.972/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 127/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "B"-534/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Centro de Ensino 04, localizado na EQNL 05/07 Lote 01 - Brasília-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma LA-DART CONSTRUÇÕES E INDUSTRIA DE PLÁSTICOS REFORÇADOS LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir de 26.01.98, vencendo-se portanto em 11.03.98. A vigência do Contrato nº 534/97, com o presente Termo Aditivo, fica prorrogada até 13.04.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 23.01.98. PELA CONTRATADA: MÁRCIO HÉLIO TEIXEIRA GUIMARÃES. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.006.731/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 118/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "A"-543/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Centro Interescolar 01, localizado no Setor Educacional, Lotes C e D (Lote nº 01), em Planaltina-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma PROJEL LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 20 (vinte) dias corridos, contados a partir de 15.01.98, vencendo-se portanto em 03.02.98. A vigência do Contrato nº 543/97, com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 26.06.98. DATA DA ASSINATURA: O termo sua assinatura em 14.01.98. PELA CONTRATADA: EDWIGES GONTIJO CAETANO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.006.279/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 128/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "B"-555/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Centro Educacional 03 do Guará, localizada na EQ 17/19, Lote B, Área Especial, no Guará II-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma SEMACON ENGENHARIA COMÉRCIO INDUSTRIA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de 01.02.98, vencendo-se portanto em 02.03.98. A vigência do Contrato nº 555/97, com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 25.03.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 30.01.98. PELA CONTRATADA: SÉRGIO VIEIRA RAMOS. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.006.373./97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Pre;os. nº 128/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E ASJUR/PRES. "C"-556/97 para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra do Centro de Ensino 08, localizado na EQ 13/15 Área Especial, Guará II --DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma DINÂMICA ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de 25.01.98., vencendo-se portanto em 23.02.98. A vigência do Contrato nº 556/97., com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 23.09.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 23.01.98. PELA CONTRATADA: MARIO ANDRADE VALOIS. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.006.278/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 120/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "B"-561/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Centro de Ensino 05. localizada na EQ 32/34-Guará II-DF, CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma CONSTRUTARA HABITAR LTDA. OBJETO. Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de 29.01.98, vencendo-se portanto em 27.02.98. A vigência do Contrato nº 561/97, com o presente Termo Aditivo, fica prorrogada até 27.09.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 28.01.98. PELA CONTRATADA: GERSON MARTINS FERREIRA. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e IRACY CECÍLIO GUIMARÃES JUNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.005.959/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 116/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASCAL/PRES. "C"-564/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Centro Educacional 06, localizado QNL 01 - Área Especial 01 - Taguatinga-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma CONSTRUTORA E INCORPORADORA PRATA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo

do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: o prazo para conclusão dos serviços fica prorrogado por mais 29(VINTE E NOVE) dias corridos, contados a partir de 31.01.98, vencendo-se portanto em 28.02.98. A vigência do Contrato principal e a do seu Termo Aditivo fica prorrogada até o dia 28.09.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 26.01.98. PELA CONTRATADA: GARIBALDI FLORES PINTO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.005.873/97 FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preço. nº 133/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada por preço global Engª DE. ASJUR/PRES. "B"-566/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Centro Educacional 01, localizado na QD 04, AE 02, Setor Sul , em Brazlândia-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma VILA BOA ENGENHARIA LTDA. OBJETO. Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de 01.02.98, vencendo-se portanto em 01.04.98. A vigência do Contrato nº 566/97, com o presente Termo Aditivo, fica prorrogado até o dia 27.07.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 29.01.98. PELA CONTRATADA: MELCHIADES JOAQUIM OLIVEIRA DINIZ. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.002.710/96. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 024/97-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "B"-567/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de construção de recinto para elefantes, localizado no Jardim Zoológico, em Brasília-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma TH – ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de 01.02.98, vencendo-se portanto em 01.04.98. A vigência do Contrato nº 567/97, com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 12.11.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 30.01.98. PELA CONTRATADA: JÂNIO RODRIGUES DOS SANTOS. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/.NOVACAP nº 112.008.517/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 023/97-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "A"-571/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de conclusão da reforma e ampliação da Escola Classe Ipê, localizada na DF 003, entrada a 7 Km do Trevo do Núcleo Bandeirante-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma SERED-SERVIÇOS DE EDIFICAÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 20 (vinte) dias corridos, contados a partir de 25.01.98, vencendo-se portanto em 13.02.98. A vigência do Contrato nº 571/97, com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 30.04.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 23.01.98. PELA CONTRATADA: PAULO CEZAR GONTIJO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.003.932/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 020/97-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "B"-572/97, objetivando a execução total sob o regime de empreitada por preço global, da conclusão da obra da Feira Permanente de Sobradinho II, em Sobradinho-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma GW-CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. OBEJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de 25.01.98, vencendo-se portanto em 23.02.98. A vigência do Contrato nº 572/97, tem o seu término previsto para 16.05.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em .23.01.98. PELA CONTRATADA: JOSÉ ANTÔNIO GOULART. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.002.781/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Concorrência Pública nº 007/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "G"-612/96, para execução total, sob o regime de empreitada por preços unitários, da execução dos serviços de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial, na Expsnsão das QNM 34, 36, 38, parte da QNM 40 e nas Quadras 01, 02 e 03 do Setor de Desenvolvimento Econômico, em Taguatinga-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma SERVENG-CIVILSAN S/A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 12 (doze) dias corridos, contados a partir de 15.01.98, vencendo-se portanto em 26.01.98. A vigência do contrato nº 612/96 e a dos seus Termos Aditivos fica prorrogado até o dia 17.08.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 12.01.98. PELA CONTRATADA: LAIZE DE FREITAS. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e JOSÉ HUMBERTO MATIAS DE PAULA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.002.568/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Concorrência nº 005/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "E"-616/96, para execução total, sob o regime de empreitada por preços unitários, da execução de (Lote 02) drenagem pluvial em Santa Maria Sul e pavimentação asfáltica e meios-fios nas Quadras 310, 309, 210 e 209, em Santa Maria-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma CAENGE-CONSTRUÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de 18.01.98, vencendo-se portanto em 18.03.98. A vigência do contrato nº 616/96, com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 17.05.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 16.01.98. PELA CONTRATADA: CÁSSIO AURÉLIO BRANCO GONÇALVES. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e JOSÉ HUMBERTO MATIAS DE PAULA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.003.005/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Concorrência nº 005/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "D"-618/96, para execução total, sob o regime de empreitada por preços unitários, da execução dos serviços de drenagem pluvial, em Santa Maria Sul--DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma CONSTRUTORA ARTEC LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, bem como sua vigência ficam prorrogados por mais 37(trinta e sete) dias corridos, contados a partir de 26.01.98, vencendo-se portanto em 03.03.98. A vigência do contrato nº 618/96 e dos seus termos tem o seu término previsto para o dia 27.05.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 23.01.98. PELA CONTRATADA: MAURO CÉSAR ALVES LACERDA. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e JOSÉ HUMBERTO MATIAS DE PAULA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.009.915/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 139/97/97-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. "A"-669/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da execução de obras no almoxarifado da Administração Regional do Riacho Fundo, localizado na Área Especial 09, Lote 03, no Riacho Fundo-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma SONDA ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir de 01.03.98, vencendo-se portanto em 30.03.98. A vigência do Contrato nº 669/97, com o presente Termo Aditivo, tem o seu término previsto para 30.09.98. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 18.02.98. PELA CONTRATADA: JOÃO MATHIAS DE SOUZA FILHO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.009.450/97. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 073/97-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Rerratificação ao Contrato de Empreitada Obra Engª D.E. ASJUR/PRES. 671/97, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma da Escola Classe 06 do Gama, localizada na EQ 09/19, Área Especial, Setor Leste, no Gama-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma CONSTRUTORA POLLO COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES LTDA. OBJETO: Rerratificar a Cláusula Primeira – Do Objeto do instrumento principal, que passa a ter a seguinte redação: "Constitui objeto do presente contrato, a execução total, sob o regime de empreitada, por preço global, da obra de reforma da Escola Classe 06 do Gama, localizada na EQ 09/19, Área Especial, Setor Oeste, no Gama-DF, pela EMPREITEIRA, de conformidade com as especificações contidas no Edital de Tomada de Preços nº 073/97-ASCAL/PRES e seus anexos, que juntamente com a proposta de fls. 200 a 210 do processo nº 112.009.450/97, passam a fazer parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições".. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 20.02.98. PELA CONTRATADA: ZENILDO BATISTA LEITE. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.000.611 /98. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 003/98-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços ASJUR/PRES nº 715/98. OBJETO: Prestação de serviços especializados de operação e manutenção de máquinas leves e pesadas, visando a conservação de áreas verdes urbanas em Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Taguatinga, Ceilândia, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Cruzeiro, Gama, Brazlândia, Samambaia, Santa Maria e Candangolândia, em Brasília-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para prestação dos serviços será de 04 (quatro) meses, contados a partir do 5º (quinto) dias após o recebimento da ordem de serviço externa e a vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. RECURSOS: Correrão por conta dos recursos procedentes do Evento 400091, UO 22201, Programa de Trabalho nº 10060032821630001, Fonte Recurso 104000000, Natureza de Despesa 349039 , conforme Nota de Empenho nº 98NE02777-Parcial, no valor de R$ 148.324,47 (cento e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos), emitida em 13.02.98, pela Diretoria Financeira da NOVACAP. VALOR: O valor será de R$ 593.297,88 (quinhentos e noventa e três mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos). DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 19.02.98. PELA CONTRATADA: JOSÉ CARVALHO DE ARAÚJO CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e JOSÉ HUMBERTO MATIAS DE PAULA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/98

O Presidente da Companhia Energética de Brasília - CEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante no Edital nº 002, de 05/01/98, publicado no DODF nº 3, de 06/01/98, comunica que ficam convocados para exames pré-admissionais (psicológico e médico), para o cargo de **ANALISTA**, com formação em **MEDICINA DO TRABALHO**, da Companhia Energética de Brasília - CEB, no período de **03/03/98 a 01/04/98**, das 8h30m às 12h e das 14h30m às 17h, no SGAS Quadra 904, Conjunto A, Bloco E, Sala 05, os candidatos abaixo relacionados:

INSCRIÇÃO	NOME	CLASS
000191	VALTENIR VASCO DA SILVA	6
000094	AMANCIO JOSE DE ARAUJO	7

Brasília, 27 de fevereiro de 1998
JOSÉ CARLOS VIDAL

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 5401. Ass.: 27.02.98. PROCESSO: 092.005751/97. PARTES: CAESB X BRASAL CAMINHÕES LTDA. Tomada de Preços TP nº 133/97-CAESB. OBJETO: Fornecimento de peças e acessórios referente ao Lote 01 do Anexo I do Edital (caminhões Volkswagen), por item cotado, por menor preço. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do código 12.302.202.202-9. VALOR: R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais). PRAZO: O prazo de entrega dos materiais será de acordo com o anexo I do edital, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: Expirar-se-á em 31/12/98, contado a partir da publicação do extrato do ajuste. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. Diretor Administrativo. P/BRASAL LTDA: Carlos Alberto Teixeira.

CONTRATO Nº 5402. Ass.: 27.02.98. PROCESSO: 092.005751/97. PARTES: CAESB X ALFA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTO PEÇAS LTDA. Tomada de Preços TP nº 133/97-CAESB. OBJETO: Fornecimento de peças e acessórios referente ao Lote 02 do Anexo I do Edital (veículos Volkswagen), por item cotado, por menor preço. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do código 12.302.202.202-9. VALOR: R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais). PRAZO: O prazo de entrega dos materiais será de acordo com o anexo I do edital, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: Expirar-se-á em 31/12/98, contado a partir da publicação do extrato do ajuste. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. Diretor Administrativo. P/ALFA LTDA: Gilson Roberto Ribeiro Barbosa.

CONTRATO Nº 5403. Ass.: 27.02.98. PROCESSO: 092.005751/97. PARTES: CAESB X AUTO PEÇAS TEM TUDO LTDA. Tomada de Preços TP nº 133/97-CAESB. OBJETO: Fornecimento de peças e acessórios referente ao Lote 03 do Anexo I do Edital (veículo FIAT), por item cotado, por menor preço. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do código

12.302.202.202-9. VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). PRAZO: O prazo de entrega dos materiais será de acordo com o anexo I do edital, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: Expirar-se-á em 31/12/98, contado a partir da publicação do extrato do ajuste. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. Diretor Administrativo. P/AUTO PEÇAS LTDA: Helcio Cordova de Castro.

CONTRATO Nº 5404. Ass.: 27.02.98. PROCESSO: 092.005399/97. PARTES: CAESB X COFERMETA S/A. Tomada de Preços TP nº 123/97-CAESB. OBJETO: Fornecimento dos equipamentos/materiais descritos nos itens 01, 02, 06, 07 e 09 do anexo I do edital. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB/FRINAE. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto/Subprojeto 13.007.0021.1184.0001 - Ampliação e Modernização dos Equipamentos da Companhia, códigos 22.503.301.002-0 e 22.503.301.011-9. VALOR: R$ 8.438,04 (oito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quatro centavos). PRAZO: O prazo de entrega dos materiais é de 30/45 e 60 (trinta, quarenta e cinco e sessenta) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: É de 150 (cento e cinqüenta) dias consecutivos, contado a partir da publicação do extrato do ajuste. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. Diretor Administrativo. P/COFERMETA S/A: Ildeu de Faria Carvalho.

EXTRATOS DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT nº 3618, Processo: 092.001065/96. PARTES: CAESB X SOLVAY DO BRASIL S/A. DATA DA ASSINATURA: 27/02/98. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/SOLVAY S/A: Jean Michel Rosenfeld.

Termo de Quitação do CT nº 3893, Processo: 092.000103/98. PARTES: CAESB X PROVER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE PRODUTOS MÉDICOS LABORATORIAIS LTDA. DATA DA ASSINATURA: 27/02/98. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/PROVER LTDA: Oziel Henrique de Oliveira.

Termo de Quitação do CT nº 5061, Processo: 092.000111/98. PARTES: CAESB X NETWAY DATACOM COMÉRCIO DE SISTEMAS PARA INFORMÁTICA LTDA. DATA DA ASSINATURA: 27/02/98. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/NETWAY LTDA: Emílio Timo.

Termo de Quitação do CT nº 5087, Processo: 092.006965/97. PARTES: CAESB X CMC - VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA. DATA DA ASSINATURA: 27/02/98. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/CMC LTDA: Maria da Glória Medeiros Lucafó.

Termo de Quitação do CT nº 5155, Processo: 092.000496/98. PARTES: CAESB X CMC - VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA. DATA DA ASSINATURA: 27/02/98. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/CMC LTDA: Maria da Glória Medeiros Lucafó.

ESTAMOS CUMPRINDO
MAIS UM COMPROMISSO.

O Governo Democrático e Popular, através da Novacap, está recuperando ***180 quilômetros*** *das principais vias do Plano Piloto. Uma área onde circulam mais de 200 mil veículos por dia, que nunca tinha sofrido uma* ***reforma de verdade****.*

A Novacap está usando a tecnologia mais moderna do mundo para a recuperação de asfalto, com um investimento de apenas ***R$ 8 milhões****: metade do que se gastaria com os métodos tradicionais. E os* ***recursos economizados*** *serão empregados em obras de* ***infra-estrutura*** *nas demais cidades do Distrito Federal.*

Quanto maior é a obra, maiores são os transtornos que ela causa à população. Em compensação, maiores serão os benefícios. Por isso, a gente pede a sua compreensão. Nos próximos meses, você vai notar que as vias e o trânsito estarão muito melhores. E vai perceber que o incômodo passa, mas a ***segurança*** *fica.*

NOVACAP
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL





Para você dar sua opinião, reclamar ou sugerir.

Disque-Educação foi criado pela Secretaria de Educação do DF para ouvir a comunidade escolar. Agora você conta com uma linha direta entre pais, alunos, funcionários, professores e a Fundação Educacional.
Sua participação é muito importante. Ela vai melhorar o atendimento, permitindo o aperfeiçoamento da escola pública. Ligue para a Educação. A escola cresce na medida em que a comunidade defende seus direitos e expõe suas opiniões.
Este é mais um toque de qualidade na educação do Distrito Federal.

Secretaria de Educação
Anexo do Palácio do Buriti
9º andar - sala 905
também pelo fax 224-1376

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
GDF

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/98

PROCESSO N.º 113.003.470/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e AUTO PEÇAS RODA MIL LTDA. - OBJETO: Fornecimento parcelado de peças e acessórios ORIGINAIS para automóveis e utilitários da marca "CHEVROLET" - FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 009/98 - VIGÊNCIA: 31/12/98. - VALOR: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto DER - 2.067 - Conservação e Melhoramento das Rodovias, Elemento: 3490.30 - Fontes de Recursos: 000, 001, 004 e 050 - DATA DA ASSINATURA: 26.02.98 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES; Pela Contratada: ODEVALDO GOMES FERREIRA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/98

PROCESSO N.º 113.003.490/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e OBJETIVA VIDRAÇARIA E SERRALHERIA LTDA-ME. - OBJETO: Fornecimento parcelado de vidros e sua respectiva colocação, de conformidade com as necessidades e requisições do DER/DF. - FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Convite n° 004/98 - VIGÊNCIA: 31/12/98. - VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto DER - 8.501/0001 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos, Elemento: 3490.30 - Fontes de Recursos: 100 e 220 - DATA DA ASSINATURA: 26.02.98 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES; Pela Contratada: MARCO ANTONIO RESENDE DE OLIVEIRA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/98

PROCESSO N.º 113.003.475/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e AUTO PEÇAS TEM TUDO LTDA. - OBJETO: Fornecimento parcelado de peças e acessórios para automóveis e utilitários da marca FIAT. - FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 006/98 - VIGÊNCIA: 31/12/98. - VALOR: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto DER - 2.067 - Conservação e Melhoramento das Rodovias, Elemento: 3490.30 - Fontes de Recursos: 000, 001, 004 e 050 - DATA DA ASSINATURA: 26.02.98 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES; Pela Contratada: HÉLCIO CORDOVA DE CASTRO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/98

PROCESSO N.º 113.003.418/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e CENTRO OESTE ASFALTOS LTDA. - OBJETO: Fornecimento parcelado de asfalto emulsionado. - FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 010/98 - VIGÊNCIA: 31/12/98. - VALOR: R$ 148.410,00 (cento e quarenta e oito mil e quatrocentos e dez reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto DER - 2.067 - Conservação e Melhoramento das Rodovias, Elemento: 3490.30 - Fontes de Recursos: 000, 001, 004 e 050 - DATA DA ASSINATURA: 27.02.98 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES; Pela Contratada: ORIZON RUYTER DE FREITAS.

EXTRATO DA PRIMEIRA APOSTILA AO CONTRATO Nº 30/96

PROCESSO Nº 113.000.087/96 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e KODAK BRASILEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - OBJETO: Alterar a Dotação Orçamentária de suporte de despesa, para "Atividade DER - 8.501/0001 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos, Elemento 3490.39, Fontes de Recursos 110 e 220. - DATA DA ASSINATURA: 20.02.98.

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA

EXTRATOS DE CONTRATOS

1-) Número do Contrato nº 006/98; 2-) Contratantes: TCB e HIDROQUÍMICA - Serviços Técnicos de Tratamento de Águas e do Ar Ltda.; 3-) Número do Processo: 095.001853/97; 4-) Modalidade e Número da Licitação: Tomada de Preços nº 001/98-CPL/TCB; 5-) Data da Assinatura: 16.02/98; 6-) Vigência: 01(um) ano a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60(sessenta) meses; 7-) Valor: R$ 4.800,00 (anual) e R$ 400,00 (mensais); 8-) Objeto: Tratamento químico preventivo de 01 (uma) Caldeira ATA-08 de propriedade da TCB; 9-) Unidade Orçamentária: STCB; 10-) Classificação Orçamentária da Despesa: 34.90.39.08 - Atividade nº 6009; 11-) Fonte de Recurso: 050-Próprio; 12-) Número e Valor da Nota de Empenho: 0394/98, no valor de R$ 4.800,00; 13-) Assinantes: P/TCB: WALDO DUARTE DE MATOS e RUBEM RICARDO OUTEIRO DE AZEVEDO LIMA; P/CONTRATADA: RAFAEL CAVALCANTE FILHO.

1-) Número do Contrato nº 007/98; 2-) Contratantes: TCB e CURINGA DOS PNEUS LTDA.; 3-) Número do Processo: 095.002205/97; 4-) Modalidade e Número da Licitação: Tomada de Preços nº 003/98-CPL/TCB; 5-) Data da Assinatura: 20.02/98; 6-) Vigência: 04(quatro) meses, não podendo ultrapassar a data de 31.12/98; 7-) Valor: R$ 223.680,00 (total) e R$ 372,80 (unitário); 8-) Objeto: Fornecimento de 600(seiscentos) pneus radiais novos, sem câmara, medida 11R22.5, nas marcas e modelos previstos no Ato Convocatório; 9-) Unidade Orçamentária: STCB; 10-) Classificação Orçamentária da Despesa: 34.90.30.04 - Atividade nº 6009; 11-) Fonte de Recurso: 050-Próprio; 12-) Número e Valor da Nota de Empenho: 395/98, no valor de R$ 223.680,00; 13-) Assinantes: P/TCB: WALDO DUARTE DE MATOS e RUBEM RICARDO OUTEIRO DE AZEVEDO LIMA; P/CONTRATADA: GILBERTO FERREIRA.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/98-CPL

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada - TCB, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica o resultado do julgamento da documentação relativa a habilitação para a Tomada de Preços em epígrafe, conforme segue: HABILITAR a empresa SORRENTI & GALHADO LTDA, por ter cumprido todas as exigências do Edital. E INABILITAR a empresa REFORMADORA ARAGUAIA LTDA por descumprir o item 4.2. do Edital.

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1998
EROTIDES VIEIRA LIMA
Presidente da CPL

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/95

N.º do Contrato: 005/95; Contratantes: DMTU/DF x Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; Processo: 096.001.179/95; Data da Assinatura: 26/02/98; Assinantes: pela Contratante, Clóvis Antonio Barbará Jacob e Everton Francisco Costa, pela Contratada, Fernando Leite de Godoy; Vigência: a partir da data de assinatura deste Termo Aditivo; Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a locação de recursos orçamentários do DMTU/DF, do exercício de 1998; Unidade Orçamentária - 26203, Natureza da Despesa: 349039; Programa de Trabalho: 16007002185010001; Fonte de Recursos: 220; Nota de Empenho 98NE00019; Valor da Nota de Empenho: R$ 5.000,00 (cinco mil reais); Data: 23/01/98; Testemunhas: Paulo Roberto Franca, CI. N.º 156.369-SSP/DF, CPF/MF N.º 074.881.571-68 e Sônia Maria Ferreira, CI. N.º 365.544-SSP/DF, CPF/MF N.º 121.203.751-00.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/95

N.º do Contrato: 014/95; Contratantes: DMTU/DF x Olympia Comercial - VG de Carvalho & Cia Ltda; Processo: 096.003.369/95; Data da Assinatura: 26/02/98; Assinantes: pela Contratante, Clóvis Antonio Barbará Jacob e Everton Francisco Costa, pela Contratada, Vanderlei Gomes de Carvalho; Vigência: a partir da data de assinatura deste Termo Aditivo; Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a locação de recursos orçamentários do DMTU/DF, do exercício de 1998; Unidade Orçamentária - 26203, Natureza da Despesa: 349039; Programa de Trabalho: 16007002185010001; Fonte de Recursos: 220; Nota de Empenho 98NE00007; Valor da Nota de Empenho: R$ 3.588,00 (três mil, quinhentos e oitenta e oito reais); Data: 21/01/98; Testemunhas: Paulo Roberto Franca, CI. N.º 156.369-SSP/DF, CPF/MF N.º 074.881.571-68 e Sônia Maria Ferreira, CI. N.º 365.544-SSP/DF, CPF/MF N.º 121.203.751-00.

EXTRATO DO OCTAGÉSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2/92

Nº do Processo: 030.000.432/92; Partes: DMTU/DF x Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, com interveniência da Secretaria de Transportes; Objeto: Suplementação de recursos; Prazo até 05.06.98, valor: R$ 1.405.459,33 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta e nove reais e trinta e três centavos), perfazendo o total de R$ 65.159.775,60 (sessenta e cinco milhões, cento e cinqüenta e nove mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos); Nota de Empenho nº: 98NE00051; Unidade Orçamentária: 26.203 - Subelemento de Despesa: 349039; Programa de Trabalho: 16007002185010012; Fonte de Recurso: 100; Fundamento legal: Inexigível, art. 25 da Lei nº 8.666/93; Vigência: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura; Data de Assinatura: 25.02.98; Signatários: Pelo DMTU/DF, Clóvis Antonio Barbará Jacob, Diretor-Geral , Pela TCB; Valdo Duarte Matos, Diretor Presidente Respondendo, Pela Secretaria de Transportes: Henrique Luduvice, Secretário.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1/95

PROCESSO Nº 030.006.745/95 - PARTES: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq X DF/SA. OBJETO: Prorrogar a vigência até 31 de dezembro de 1998. Assinatura: 26.12.97. SIGNATÁRIOS: JOSÉ UBYRAJARA ALVES, Presidente Substituto de JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO, Secretário. PUBLICADO NO D.O.U Nº14 de 21.01.98, Seção 3, página 63.

Of. 017/98 - 1ª SPR/PRG/DF.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 1.001/98 - FZDF. PROCESSO: 073.002527/98-FZ. PARTES: FZDF X PETROBRÁS - DISTRIBUIDORA S/A. OBJETO: Fornecimento parcelado de combustíveis e lubrificantes. VALOR: 255.910,82 (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e dez reais e oitenta e dois centavos) PRAZO: A partir da publicação até 31.12.98. DATA DE ASSINATURA: 26.02.98. FORO: Brasília-DF.

CONTRATO Nº 1.002/98 - FZDF. PROCESSO: 073.002527/98-FZ. PARTES: FZDF X COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA. OBJETO: Fornecimento parcelado de combustíveis e lubrificantes. VALOR: 54.970,56 (cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos) PRAZO: A partir da publicação até 31.12.98. DATA DE ASSINATURA: 26.02.98. FORO: Brasília-DF.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

PARTES: DF/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA X DINÂMICA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. PROCESSO Nº 050.002.707/95. ASSUNTO: Reforço para fazer face a despesas com serviços de limpeza, conservação e manutenção de jardins com fornecimento de todos os materiais necessários. LICITAÇÃO: Concorrência nº 08/96 - CPL/SSP. NOTA DE EMPENHO: 98NE00169. Emitida em 20.02.98. Evento: 400092. PROGRAMAS DE TRABALHO: 06007002185010001. MODALIDADES: estimativo. FONTES DE RECURSOS: 130000004. NATUREZA DAS DESPESAS: 34.90.39 - VALORES: R$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: até 30.06.99.

PARTES: DF/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA X DINÂMICA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. PROCESSO Nº 050.002.707/95. ASSUNTO: Reajustamento de preço referente o Contrato que tem como objeto a execução de serviços

de lipeza, conservação e manutenção de jardins com fornecimento de todos os materiais necessários. LICITAÇÃO: Concorrência nº 08/96 - CPL/SSP. NOTA DE EMPENHO: 98NE00170. Emitida em 20.02.98. Evento: 400092. PROGRAMAS DE TRABALHO: 06007002185010001. MODALIDADES: estimativo. FONTES DE RECURSOS: 130000004. NATUREZA DAS DESPESAS: 34.90.39 - VALORES: R$ 9.000,00 (nove mil reais). VIGÊNCIA: até 30.06.99.

PARTES: DF/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA X O UNIVERSITÁRIO REST.INDUS.COM.E AGROP.LTDA. PROCESSO Nº 050.003.261/95. ASSUNTO: Reajustamento de preços do contrato 186/96-SSP, referente ao fornecimento de alimentação preparada para o NCB. LICITAÇÃO: Concorrência 002/96-CPL/SSP. NOTA DE EMPENHO: 98NE00172. Emitida em 25.02.98. Evento: 400091. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010007. MODALIDADE: estimativo. FONTE DE RECURSOS: 130000004. NATUREZA DAS DESPESAS: 34.90.39 - VALOR: R$ 6.000,00 (seis mil reais). VIGÊNCIA: até 31/12/98.

PARTES: DF/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA X O UNIVERSITÁRIO REST.INDUS.COM.E AGROP.LTDA. PROCESSO Nº 050.003.260/95. ASSUNTO: Reajustamento de preços do contrato 183/96-SSP, referente ao fornecimento de alimentação preparada para o CIR. LICITAÇÃO: Concorrência 001/96-CPL/SSP. NOTA DE EMPENHO: 98NE00173. Emitida em 25.02.98. Evento: 400091. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010007. MODALIDADE: estimativo. FONTE DE RECURSOS: 130000004. NATUREZA DAS DESPESAS: 34.90.39 - VALOR: R$ 6.000,00 (seis mil reais). VIGÊNCIA: até 31/12/98.

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 13/98

Objeto: Aquisição de Containers de lixo para a SSP/DF.
A CPL torna público aos licitantes e demais interessados que, após análise da licitação promoveu o julgamento das propostas e considerou vencedora do certame a empresa VIP'S CONTAINER'S LTDA.

Brasília, 27 de fevereiro de 1998
FERNANDO CÉSAR NEVES
Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/98

Partes Contratantes: DETRAN/DF - Contratada: Suprema Administração de Restaurante e Serviços Gerais Ltda - Processo: 055.005632/97 - Extrato do Contrato nº 015/98 - Modalidade: Estimativo/C.P. nº 005/97 - Objeto: Exploração comercial de 03(três) salas destinadas a instalação de cantinas (lanchonetes) situadas 01(uma) no Ed. Sede; 01(uma) no Ed. Getran/Geduc e 01(uma) na Ciretran I - Taguatinga/DF, esploração essa a ser efetuada pela Concessionária, conforme especificado na C.P. nº 005/97, e proposta da Contratada, que passam a fazer partes integrantes deste Contrato como se nele transcritos estivessem - Valor: $ 2.696,00(dois mil, seiscentos e noventa e seis reais), sendo paga pela Concessionário ao DETRAN/DF - Fonte: 220 - U.G: 220201 - DATA: 16.02.98 - Vigência: 15.02.2000 - Assinaturas: pelo DETRAN/DF o seu Diretor Geral Luís Riogi Miura e pela Contratada o Sócio-Gerente o Sr. Edinaldo Texeira de Carvalho

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO Nº 3/98

- Partes Contratantes: DETRAN/DF - Contratada: Sitran Comércio e Indústria de Eletrônica Ltda - Processo: 055.001317/97 - Extrato do Segundo Termo de Aditamento ao Contrato nº 024/97 - Modalidade: Global - Objeto: Suplementar recursos ao Contrato nº 024/97, celebrado em 08/08/97, para acréscimo em seu objeto de 2.500 unidades de tachinhas e 1.750 unidades de tachões, de acordo com a premissa do § 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, despachos de fls. 553/558 e Nota de Empenho nº 0186/98 - Valor: $ 32.325,00(trinta e dois mil, trezentos e vinte e cinco reais), - Natureza da Despesa: 349039 - Fonte: 220 e NE: 0186/98 - U.G: 220201 - DATA: 30.12.1997 - Vigência: 31.12.1998 - Assinaturas: pelo DETRAN/DF o seu Diretor Geral Luís Riogi Miura e pela Contratada o Gerente Comercial o Sr. Lourival Ferreira Gomes.

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/98

Objeto: Manutenção corretiva, com aplicação de peças, mediante orçamento prévio, aos veículos da linha Volkswagen. A Comissão Permanente de Licitação do Detran/DF comunica o resultado de julgamento referente a fase de habilitação. Empresa Habilitada: CBA Comercial Brasiliense de Peças Ltda. Empresas Inabilitadas: Federal Distribuidora de Auto Peças Ltda, Autotec Peças e Serviços Ltda, Circuito Autoreguladora Peças e Serviços Ltda e Chaves & Rodrigues Ltda.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 1998

RÉGIS OTÁVIO R. DE LIMA
Presidente Substituto da CPL

ALERTA PREVENTIVO
PERÍODO DE CHUVA
O acúmulo de água em lajes aumenta a carga sobre a estrutura da edificação

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITES NºS 12 A 15/98

CONVITE nº 12/98
DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 10/03/98 às 15h00min.
OBJETO: Aquisição de diversos tipos de cadeados para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa que encontra-se à disposição dos interessados, GRATUITAMENTE, bastando para tanto apresentar CRC no grupo 10 subgrupo 05, a Carta Convite relativa à licitação supramencionada, na sede da CPL/PCDF, situada no SGON Quadra 05, Lote 02/07 (antigo prédio da Dimat/SSP, ao lado do IDR/GDF). Fone: 322-8347 e 314-8226.
CONVITE nº 13/98
DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 12/03/98 às 15h00min.
OBJETO: Aquisição de material de limpeza para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa que encontra-se à disposição dos interessados, GRATUITAMENTE, bastando para tanto apresentar CRC no grupo 14 subgrupo 03, a Carta Convite relativa à licitação supramencionada, na sede da CPL/PCDF, situada no SGON Quadra 05, Lote 02/07 (antigo prédio da Dimat/SSP, ao lado do IDR/GDF). Fone: 322-8347 e 314-8226.
CONVITE nº 14/98
DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 17/03/98 às 15h00min.
OBJETO: Fornecimento de tintas automotivas e material para lanternagem para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa que encontra-se à disposição dos interessados, GRATUITAMENTE, bastando para tanto apresentar CRC no grupo 10 subgrupo respectivo, a Carta Convite relativa à licitação supramencionada, na sede da CPL/PCDF, situada no SGON Quadra 05, Lote 02/07 (antigo prédio da Dimat/SSP, ao lado do IDR/GDF). Fone: 322-8347 e 314-8226.
CONVITE nº 15/98
DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 19/03/98 às 15h00min.
OBJETO: Contratação de empresa para manutenção corretiva, com substituição de peças, em máquinas de escrever e calculadoras elétricas, eletrônicas e manuais da PCDF.
A CPL informa que encontra-se à disposição dos interessados, GRATUITAMENTE, bastando para tanto apresentar CRC no grupo 97 subgrupo 25, a Carta Convite relativa à licitação supramencionada, na sede da CPL/PCDF, situada no SGON Quadra 05, Lote 02/07 (antigo prédio da Dimat/SSP, ao lado do IDR/GDF). Fone: 322-8347 e 314-8226.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1998.
MARIA DA PENHA DE MEDEIROS ALVES
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 7/98

OBJETO: Contratação de Concessionária para serviço de inspeção de 12 (doze) meses, conforme orientação do manual de garantia Volkswagem, para 71 veículos da marca WV/Santana.
A CPL/PCDF informa que foi vencedora do certame a empresa DISBRAVE Distribuidora Brasília de Veículos S.A.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1998
MARIA DA PENHA DE MEDEIROS ALVES
Presidente da CPL

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E RECREAÇÃO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 33/97

PROCESSO Nº 011.000.470/97 - PARTES: DF/DEFER X MONDAY MONDAY PROMOÇÕES LTDA. OBJETO: Autorizar o uso do GINÁSIO NILSON NELSON, pertencente ao DEFER, conforme Escritura constante no Livro 1ª SPR nº 02-80/81, página 37/39, para realização do SHOW COM A BANDA EVA. VALOR: R$ 8.000,00 (oito mil reais). VIGÊNCIA: Inicia-se às 21:00 horas do dia 06 de dezembro e encerra-se às 02:00 horas do dia 07 dezembro de 1997. Assinatura: 01.12.97. SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO AUGUSTO OLIVEIRA LOBÃO, Diretor do DEFER e MARCELO SOUZA SANTIAGO, Sócio Proprietário.

Of. 017/98 - 1ª SPR/PRG/DF.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS
JANEIRO/98

Serviço de Orçamento e Finanças do Departamento de Educação Física Esportes e Recreação - DEFER, em cumprimento ao disposto no Art. 16 da Lei nº 8.666/93, torna publico a relação de compras, obras e serviços efetuados no mês de JANEIRO/98

NE	FORNEC./ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	V.UNITARIO	V. TOTAL	LICIT.
NE 97	RESTOS A PAGAR				
00007	Gás GLP/ Minasgás			24,03	Disp.
00041	Manut. Telefônica/ LTR Eletricidade			109,25	Conv.
00180	Passagens/ Coronário Turismo			1.551,59	Conv.
00192	Kit Malhadinha / WEX Com. e Rep. Ltda.			56.000,00	Conv.
00316	Processamentos de Dados/ CODEPLAN			1.305,67	Inex.
00317	Selos e Postagem / ECT			232.50	Inex.
00342	Serv. Arbitragem / Fed. Bras. Atletismo			4.000,00	Inex.

00357	Mat. Consumo/ Casa S. Luiz Ferragens	5.394,80	Conv.
00358	Refeições p/Atletas/Coral Serv. Refeições	5.155,00	Conv.
00368	Mat. de Consumo / Supermercado Coelho	120,00	Conv.
00398	Serv. de Som/BGR Sonorização Ltda-Me	990,00	Disp.
00402	Diárias p/ José Walder Oliveira Bizerra	185,53	Inex..
NE 98	Rec. de Dividas/despesa do Exercicio		
00003	Telebrasilia	2.766,88	Inex.
00004	Água e Esgoto/ CAESB	36.450,83	Inex.
00010	Ressarcarcimento de Salário/ TCB	2.122,08	Inex.
00021	Energia Elétrica / CEB	1.812,25	Inex.

O SERVIÇO

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 145/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Sociedade Internacional de Meditação; PROCESSO: 081.000387/98; OBJETO: Cessão e uso da Sala Alberto Nepomuceno do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "MEDITAÇÃO TRANSCENDENTAL", programado para o dia 25/02/98, às 19 horas, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 004/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$113,22 (cento e treze reais e vinte e dois centavos) DATA DA ASSINATURA: 25 de fevereiro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: MARTIN RICKINGER; TESTEMUNHAS: EMERSON BENEDITO VIDAL e TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO.

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/97

PROCESSOS Nº 030.010.122/96 - PARTES STb/DF/EUREXPRESS TURISMO LTDA. OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 01/97, com base no Inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 c/c a nova redação da Medida Provisória nº 1531-13/97, objetivando o fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias. **VALOR TOTAL**: R$ 100.000,00 (cem mil reais); **U.O.**: 25.101; **PROGRAMA DE TRABALHO**: 14.007.0021.8501.0001; **NATUREZA DA DESPESA**: 34.9033; **FONTE DE RECURSOS**: 100; **NOTA DE EMPENHO Nº 001/98 - SETER**, emitida em 16.01.98, sob o Evento 400091, na Modalidade Estimativa, no valor de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais); **BASE LEGAL**: Tomada de Preços nº 04/97-CL/SEA. **VIGÊNCIA**: O Aditivo terá vigência no período de 01.01 a 21.10.98. Assinatura: 02.02.98. **SIGNATÁRIOS**: Pelo **DISTRITO FEDERAL**: **JOSÉ LUIZ RAMOS**, na qualidade de Secretário-Adjunto. Pela **CONTRATADA**: **CARLOS EURICO XAVIER CASTRO**, na qualidade de Diretor.

RESULTADO DE JULGAMENTOS
CONVITES Nºs 4 E 5 /98

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Governo do Distrito Federal - CPL-SETER/DF, torna público o resultado das licitações abaixo, na forma que se segue:

Convite n.º 04/98, de 20.02.98, às 09:00 horas
Item único: empresa vencedora: Diamon Assessoria, Consultoria e Organização de Eventos Ltda.

Convite nº 05/98, de 26.02.98, às 09:00 horas
Item único: empresa vencedora: EBNC Empresa Brasileira de Negócios e Consultoria Ltda.

ANDRÉ SANTA RITA PEREIRA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 12/98

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento de quem de direito, que o resultado da licitação em referência, encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação do SLU/DF, localizado no 2º andar do Edifício Lex, SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", Brasília - DF.

ABERTURA REALIZADA EM: 26/02/98 às 15:00 horas
OBJETO: Fornecimento de bobinas para fac-símile.

Brasília, 26 de fevereiro de 1998
A COMISSÃO

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº DO PROCESSO: 160.002.176/94. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 034/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Baterias Alcalina Ltda. OBJETO: Lote 19(dezenove) do Conjunto "A", da Quadra 02(dois), do Setor de Desenvolvimento Econômico "M" Norte, CS/Taguatinga. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamen-tada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 19.02.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Leny Pereira da Silva. P/CONCESSIONÁRIA: Celso Teobaldo. TESTEMUNHAS: Abraão Ricardo de Sousa e Carvílio Pereira Gomes.

RESULTADO DO JULGAMENTO
CARTA-CONVITE N. 2/98

OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo - Diversos. Processo n.º. 111.000137/98.9. A Comissão Permanente de Licitações da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA -TERRACAP, atendendo ao que determina o § Primeiro, Artigo 109 da Lei 8.666/93 e Artigo 5º da Lei n.º 938, de 20 de outubro de 1995, torna público, a quem interessar possa, o julgamento da CARTA-CONVITE em epígrafe.

ITEM	VENCEDORA	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	PRAZO PARA ENTREGA	PREÇO UNITÁRIO (R$)
01	CASA S.LUIZ FER. LTDA.	CADEADO TAMANHO GRANDE 35 MM.	20 DIAS	5,43
02	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	PORTA CADEADO, MED.3.1/2".	20 DIAS	2,82
03	CASA S.LUIZ FER.LTDA.	COLA ADESIVA ARALDITE.	20 DIAS	5,30
04	ELÉTRICA 213 SUL	COLA BRANCA EXTRA A BASE DE PVA	20 DIAS	6,80
05	CASA S.LUIZ FER.LTDA.	COLA FÓRMICA.	20 DIAS	14,65
06	CASA S.LUIZ FER.LTDA.	COLA ADESIVO PLÁST.P/CANO DE PVC	20 DIAS	1,22
07	CASA S.LUIZ FER.LTDA.	PREGO C/CABEÇA 12X12.	20 DIAS	2,57
08	ELÉTRICA 213 SUL	REPARO DE VÁLVULA DE DESCARGA	20 DIAS	19,60
09	CASA S.LUIZ FER.LTDA.	ROLO DE LÃ P/PINTURA.	20 DIAS	11,72
10	CASA S.LUIZ FER.LTDA.	VERNIZ POLIURETANICO FILTRO SOLAR SPARLACK.	20 DIAS	30,24
11	CASA S.LUIZ FER.LTDA.	LIXA P/MADEIRA Nº 100.	20 DIAS	0,19
12	PAP.RIO IMP.COM.LTDA.	BORRACHA LÁPIS/TINTA, BICOLOR COM FRISO BRANCO NA LATERAL.	20 DIAS	0,10
13	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, ESCRITA GROSSA.	20 DIAS	0,19
14	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA ESCRITA FINA.	20 DIAS	0,25
15	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	CANETA HIDROGRÁFICA C/15 CM.	20 DIAS	3,24
16	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	CARTOLINA CALANDRADA VERDE.	20 DIAS	22,50
17	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	CLIPS NIQUELADO Nº 3/0.	20 DIAS	0,43
18	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	COLA PLÁSTICA TRANSPARENTE.	20 DIAS	0,25
19	PAP.RIO IMP.COM.LTDA.	ESTILETE ESTREITO.	20 DIAS	0,55
20	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	ETIQUETAS AUTOADESIVAS Q.2372.	20 DIAS	1,65
21	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	FITA CORRETORA SIST.REMOÇÃO P/MÁQ.ESCREVER ELÉTRICA IBM.	20 DIAS	1,30
22	PAP.RIO IMP.COM.LTDA.	FITA CORRETORA SIST. REMOÇÃO P/MÁQ.ESCREVER ELETRÔNICA OLIVETTI.	20 DIAS	1,20
23	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	LÁPIS BORRACHA.	20 DIAS	0,32
24	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	PAPEL P/EMBRULHO .	20 DIAS	0,18
25	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	PAPEL SUPER BOND COR VERDE.	20 DIAS	69,00
26	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	PASTA AZ TAM.OFÍCIO DORSO LARGO	20 DIAS	1,69
27	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	PASTA TUBULAR EM PVC.	20 DIAS	7,90
29	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	TINTA P/CARIMBO COR AZUL.	20 DIAS	1,75
30	PAP.RIO IMP.COM.LTDA.	TRANSPARÊNCIA P/RETROPROJEÇÃO E GRAVAÇÃO EM COPIADORAS DE PAPEL COMUM (XEROX).	20 DIAS	0,35
32	PAP.RIO IMP.COM.LTDA.	HASTE DE METAL P/ENCAD. 3/8".	20 DIAS	0,45
33	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC TRANSPARENTE LISA.	20 DIAS	0,19
34	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	BOBINA PAPEL VEGETAL P/MÁQUINA XEROX	20 DIAS	182,00
35	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	CARTUCHO DE TONALIZADOR P/MÁQ. XEROX MOD.5021/28, REF. 6R70262	20 DIAS	96,00
36	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	CARTUCHO JATO DE TINTA COR PRETA, REF. HP.51629ª P/IMPRESSORA, MARCA HEWLETT PACKARD, MODELO DESKJET HP 692C.	20 DIAS	34,87
37	MULTIPLIK COM.REP.LTDA	FILME 135, 12 POSES P/FOTOGRAFIAS COLORIDAS.	20 DIAS	4,65
38	ELÉTRICA 213 SUL	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO, TIPO "c" DE 50 AMPERES X 240VCA X 380VCA.	20 DIAS	27,90
39	CASA S.LUIZ FER.LTDA.	ÁGUA SANITÁRIA.	20 DIAS	0,40
40	PAP.RIO IMP.COM.LTDA	CESTO P/LIXO EM FIBRA.	20 DIAS	10,00
41	IMPACTA COM. E INF.LTDA	TAPE SEAL P/FITA MAGNÉTICA DE 2.400 PÉS.	20 DIAS	8,90
43	PAP.RIO IMP.COM.LTDA.	GRAFITE 0,5MM "F".	20 DIAS	0,68

Brasília, 27 de fevereiro de 1998
FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE ARAÚJO
Presidente da CPL

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 6/97

A Comissão Especial de Licitação do IDHAB-DF, vem tornar público o resultado da Concorrência 002/97. Foram classificadas as empresas abaixo, obedecendo-se a seguinte ordem : 1º Lugar Alber Ganimi Ltda., 2º Lugar Grupo OK Empreendimentos Imobiliários Ltda., 3º Lugar Andrade Valladares Eng. e Const. Ltda., 4º Lugar MC Eng. Ltda., 5º Lugar SERED Eng. Ltda., 6º Lugar Soenge Eng. Ltda., 7º Lugar Radical Construtora Ltda., 8º Lugar VAF Construções Ltda., e 9º Lugar Construtora e Incorporadora Prata Ltda., Informamos que a partir desta publicação, inicia-se o prazo recursal, estando o processo a disposição dos interessados para vistas, na sala da Comissão Especial de Licitação no 5º andar do Edifício Sede deste Órgão, no horário comercial.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1998
TARCISO RÔMULO MELO DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 16/98
RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº 141.000.368/96 - PARTES: DF/PRG X JANDIRA DE OLIVEIRA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 770,26 UFIR's. PRAZO: 07 (sete) meses, contados da data de sua publicação. Assinatura: 13.02.98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e JANDIRA OLIVEIRA, Beneficiário.

Of. Nº 017/98 - 1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 17/98
RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº 132.000.911/97 - PARTES: DF/PRG X JOÃO GAIA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 881,942 UFIR's. PRAZO: 20 (vinte) meses, contados da data de sua publicação. Assinatura: 13.02.98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e JOÃO GAIA, Beneficiário.
Of. Nº 017/98 - 1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 18/98
RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº 132.000.656/88 - PARTES: DF/PRG X FRANCISCO LAÉRCIO PEREIRA RODRIGUES. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 1957,0582 UFIR's. PRAZO: 17 (dezessete) meses, contados da data de sua publicação. Assinatura: 19.02.98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e FRANCISCO LAÉRCIO PEREIRA RODRIGUES, Beneficiário.

Of. Nº 017/98 - 1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/97

PROCESSO Nº 020.003.024/96 - PARTES: DF/PRG X XEROX DO BRASIL LTDA. OBJETO: A vigência do contrato em referência, que finda em 28.02.98, fica, a partir dessa data, prorrogada por 12 meses. VIGÊNCIA: A partir da assinatura. Assinatura: 18.02.98. SIGNATÁRIOS: MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO, Procurador-Geral e SAMUEL BATISTA D'ÁVILA, Procurador/Xerox. Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1998. Of. 017/98 - 1ª SPR/PRG/DF.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 5/98

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios. Recebimento dos envelopes: 10/03/98 às 15:00 horas. Cópia do edital encontra-se afixada no quadro de avisos do edifício anexo do TCDF, estando à disposição dos interessados não-convidados, mediante apresentação de cópia de Certificado de Registro Cadastral emitido por órgão ou entidade pública, na Seção de Compras, 4º andar do Edifício Anexo, fones 314.9202, 314-9149, fax 314.9219.

Brasília, 27 de fevereiro de 1998
HENRIQUE DE FREITAS SOARES
Chefe da Seção

INEDITORIAIS

CONDOMÍNIO VIVENDAS ALVORADA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA DE OPERAÇÃO para a atividade de Drenagem de Águas Pluviais e Lançamento Final no local: Rodovia DF - 425 – Km 3 – Sobradinho/DF. Não foi determinado Estudo de Impacto ambiental.

(DAR R$ 13,35)

COOPERATIVA HABITACIONAL ALFA/GAMA LTDA

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL

Denominação :COOPERATIVA HABITACIONAL ALFA / GAMA LTDA , Finalidade: A aquisição de lotes e a construção da casa própria , a preço de custo e sua integração sócio comunitária. Tal objetivo será alcançado através da promoção de empreendimentos habitacionais, com sede no SEN AVENIDA DAS NAÇOES Quadra 803 S/N lote 18 Quinto Batalhao de Policia Militar, Asa Sul Brasilia - DF: Duração indeterminada com área de ação em todo o território do DF. Administração: A diretoria Executiva é composta de Diretor Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro. O Conselho Fiscal é composto de três conselheiros e três Suplentes, Assembléia Geral. Fundo Social: São recursos econômicos do Grupo: taxa de inscrição , mensalidades, empréstimo , parcelas complementares, doações e legados. REPRESENTAÇÃO: Pelo Diretor presidente e Diretor Financeiro e Diretor Administrativo, para assuntos financeiros. Os Suplentes e Conselheiros; supervisionar todos os atos da diretoria executiva, examinar todos os documentos e emitir pareceres relativos a cooperativa. DISSOLUÇÃO: Pelo cumprimento de seus objetivos sociais, por deliberação da assembléia geral, convocada para esse fim. Ficar reduzido o capital mínimo e houver impossibilidade de completa-lo. Por decisão judicial. DESTINAÇÃO DO PATRIMONIO : Terá a destinação que a Assembléia Geral , convocada para tal fim, por 2/3 (dois terços) dos cooperados da entidade indicar.
(DAR R$ 80,10)

SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO

1º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E PROTESTO, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE P. JURÍDICAS

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

O Oficial do Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil e Protestos, com sede a Av. Central-A .Esp. 12-Bl. K- Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc. faz saber a ANA CAROLINA FERREIRA COSTA MOREIRA, CPF N.º 064.554.778-63, End.: SQN 309, Bl. A Apart. 611, Brasília -DF, e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foram apresentados por BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A documento que foi protocolado e registrado em microfilme sob o n.º: 183017 em 02/02/98; com as seguintes características, Ref.: CONTRATO DE CHEQUE ESPECIAL. Prezado Senhor, Consoante o Contrato de Cheque Especial nº 2.734/96 - conta corrente n.º 140.16.6692.4200-2, firmado em 18/06/96, foi concedido a V. Sª um limite de Crédito no montante de R$ 1.000,00 (Um mil reais), com vencimento para 10/03/98; Montante a ser depositado: R$ 314,12 (trezentos e quatorze reais e doze centavos), todos com o seguinte teor: Ocorre que, referida conta corrente encontra-se com seu limite de crédito excedido, razão pela qual, vimos por meio da presente, NOTIFICÁ-LO a depositar o valor excedente no montante de (acima descrito), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento desta, devidamente corrigido monetariamente acrescido dos encargos contratuais até a data do efetivo pagamento. Salientamos que o não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO acarretará a rescisão do citado contrato, conforme cláusula contratual, tornando-se desde logo vencido e exigível o total do débito em aberto, acrescido dos encargos contratuais, com a conseqüente inclusão no cadastro do SPC(Serviço de Proteção ao Crédito) e SERASA (Centralização de Serviços dos Bancos S/A), sem prejuízo de serem ajuizadas as medidas judiciais cabíveis, objetivando reaver o credito desta instituição financeira, correndo por conta de V. Sª as custas processuais e honorários advocatícios, além da multa de 10% sobre o valor atualizado do débito. No aguardo de vossa providência, firmamos a presente. BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A . Agência Brasília-DF., (via-se assinatura ilegível). Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAUJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília-DF 26 de fevereiro de 1998.
(DAR R$64,53)

O Oficial do Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil das Pessoas Naturais. Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Protestos de Títulos, com sede a Av. Central - A .Esp. 12-Bl. K- Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc. faz saber a 1) EPAMINONDAS RICARDO DA SILVA, End.: SMPW Qd. 03, Cj. 05, Casa 01 - N. Bandeirante - Brasília -DF; 2) MARCO AURELIO AYRES JUNIOR, End.: SQS 209, Bl. K, Apt. 605 - Asa Sul - Brasília -DF; 3) RENATO MIRANDA SILVA, End.: QNM 34, Conj. D, Casa 29,M Norte - Brasília -DF; e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foi apresentado por BANCO BMG S/A documentos que foram respectivamente protocolados e registrados em microfilme sob os nºs: 1) 183908 em data de 10/02/98; 2) 184743 em data de 16/02/98; 3) 184902 em data de 17/02/98; com as seguintes características, respectivamente: 1)REF.: Contrato de Financiamento n.º 01.0008.01-7069 celebrado em 08/04/97; Vencimento: 19/01/98; Valor: R$ 1.157,12; 2)REF.: Contrato de Financiamento n.º 01.0008.01-4710 celebrado em 26/11/97; Vencimento: 26/12/97, 26/01/98; Valor: R$ 27,41, R$ 300,50; 3) Ref.: Contrato de Financiamento N.º 088100207 celebrado em 26/01/98; de seguinte teor: "Tendo em vista a falta de pagamento no(s) vencimento (s), da(s) prestação(ões) abaixo discriminadas(s), V.Sª tornou-se inadimplente quanto às obrigações contratuais assumidas no contrato em referência, razão pela qual servimo-nos da presente para NOTIFICÁ-LO (A) do que se segue: A) A pagar a(s) parcelas(s) vencidas(s), discriminadas(s) abaixo, a ser(em) acrescidas dos encargos moratórios

previstos naquele contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento desta notificação, na Agência do Signatário, localizada na SCN QUADRA 04 BLOCO B SALA 503 A, ED.CENTRO EMPRESARIAL VARIG- Fone 3273656. B)Não atendendo à convocação de pagamento feita na letra "A" supra, operar-se-á automaticamente o vencimento antecipado da dívida expressa no contrato, ficando V. Sª constituído em mora, nos termos do Artigo 2º, Parágrafo 3º do Decreto-Lei n.º 911/69 e notificado de que deverá devolver imediatamente o(s) bem (ns) objeto do financiamento e discriminado(s) naquele instrumento, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se à propositura da medida judicial cabível, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos em que incorrer. Caso o débito de V. Sª já tenha sido quitado por ocasião do recebimento da presente Notificação, obséquio desconsiderá-la. VENCIMENTO (acima discriminado); VALOR (acima discriminado); Atenciosamente, BANCO BMG S/ A ., (via-se assinaturas ilegíveis). Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAUJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília-DF 26 de fevereiro de 1998.

(DAR R$80,10)

O Oficial do Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil e Protestos, com sede a Av. Central- A .Esp. 12-Bl. K- Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc. faz saber a JOSE FERNANDES DE SOUZA, End.: SQS 413, Bl. G, Apt. 304 - Asa Sul - Brasília -DF e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foram apresentados por BANCO FIAT S.A documentos intitulados "NOTIFICAÇÃO DE MORA" que foi protocolado e registrado em microfilme sob o n.º: 176609 em data de 03/12/97 com as seguintes características: Prest. Vencida 09/11/97 - Contrato n.º 459509-4 - Vlr. R$ 487,49; com o seguinte teor:" O advogado ao fim assinado, na qualidade de procurador do BANCO FIAT S./A ., vem com fulcro no parágrafo 2º, do art. 2º do Dec. Lei nº 911, de 01/10/1969, proceder a NOTIFICAÇÃO de V.Sª pelos motivos e para os seguintes fins: -Tendo vencido a prestação indicada acima, sem pagamento, cumpre-nos NOTIFICÁLO(A) de que pelo "simples vencimento do prazo para pagamento", V. Sª já está constituído em mora. - Solicitamos o seu comparecimento dentro de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento desta, em nosso escritório, no SIA. SUL, Qd. 4-C. Lt. 51. Ed. SIA CENTER II, Sala 305/7 - Brasília -DF; para liquidar o débito supra, acrescido de juros de mora, encargos moratórios e despesas de cobrança, inclusive de cartório. -Outrossim, caso V. Sª já tenha liquidado a prestação, objeto da presente notificação, rogamos considerar esta sem efeito, exibindo-nos, entretanto, os respectivos comprovantes (inclusive via TELE-FAX 061 361-4212). - Alertamos que o não comparecimento de V. Sª para o pagamento pleiteado, o constitui em MORA para os efeito legais, o que implica no vencimento antecipado de todo o contrato, com a decorrente adoção das medidas judiciais cabíveis, possibilitando a imediata BUSCA E APREENSÃO do bem alienado fiduciariamente. Sem mais para o momento, Atenciosamente (via-se assinatura ilegível) Aluizio Ney de Magalhães Ayres. OAB n.º 1.709/A". Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARUJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília-DF 26 de fevereiro de 1998.

(DAR R$62,30)

O oficial titular do I.º Ofício de Notas, Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e Protesto de Títulos do DF, com sede a Av. Central, Área Esp. 12, Bl. K-Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc., FAZ SABER aos ARRENDATÁRIOS: 1) DEUSINA DA SILVA MENEZES, End.: QS 14, Conj. 05-B, Cs. 06 - Riacho Fundo - Brasília -DF; 2)FRANK SILVA DOS SANTOS, End.: QNJ 58, Bl. D, Apt. 115 - Taguatinga Norte, Brasília -DF; 3) MARIA SANDRA SEIXAS BETHLEM, End.: Mansões Itaipu, Chácara 61, Lote 02 - Condomínio Alvorada - Lago Sul - Brasília - DF; 4) JOSE LEONARDO GUERRA MARANHÃO, End.: QD. 03, Bloco O, Apt. 302 -Planaltina - Brasília -DF; 5) AURELIA OLIVEIRA DOS SANTOS, End.: CNB 14, Lote 10, Apt. 1214 - Taguatinga Norte - Brasília -DF; 6) JOELMA ESTHER LEAL, End.: QI 31, Bl. B, Ap. 101 - Guara II - Brasília -DF; 7) RINALDO AKIRA DE SOUZA, End.: Qd. 02, Cj. 05, Casa 05 - Riacho Fundo - Brasília -DF; 8) SEBASTIÃO ALVES LOPES, End.: SOE Q 11, Lote 08 S/Loja, Apto. 101 - Gama - Brasília -DF; e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foi apresentado por parte de FIAT LEASING S/ A .- ARRENDAMENTO MERCANTIL; com sede a SIA SUL QD. 4-C LT. 51, Ed. Sia Center II, Sl. 305/7 - Brasília -DF, Tele-fax: (061) 361.4212; documentos que foram protocolados e registrados respectivamente em microfilme, sob os n.ºs: 1)183810 em data de 10/02/98; 2) 183816 em data de 10/02/98; 3) 183817 em data de 10/02/98; 4) 183818 em data de 10/02/98; 5) 183822 em data de 10/02/98;6) 181719 em data de 21/01/98; 7) 184775 em data de 16/02/98; 8) 182083 em data de 26/01/98, com as respectivas características: 1) Ref.: Contrato de Arrendamento Mercantil N.º 672881-2; Parcela Vencida em 02/10/97; Vlr- R$ 486,34; 2) Ref.: Contrato de Arrendamento Mercantil N.º 688507-2; Parcela Vencida em 22/10/97; Valor R$ 395,89; 3) Ref.: Contrato de Arrendamento Mercantil N.º 659334-2; Parcela Vencida em 20/10/97; Valor: R$ 575,00; 4) Ref.: Contrato de Arrendamento Mercantil N.º 717344-9; Parcela Vencida em 03/12/97; Valor: R$ 757,53; 5) Ref.: Contrato de Arrendamento Mercantil N.º 659846-6; Parcela Vencida em 28/10/97; 6) Ref.: Contrato de Arrendamento Mercantil N.º 674164-4; Parcela Vencida em 16/12/97, Vlr. R$ 419,05; 7) Ref.: Contrato de Arrendamento Mercantil N.º 689887-5; Parcela Vencida em 09.01.98; 8) Ref.: Contrato de Arrendamento Mercantil N.º 717852-8; Parcela Vencida em 18/12/97; com o seguinte teor: "Prezado(s) Senhor(es) - Tendo ocorrido infração às cláusulas do contrato em referência, celebrado entre V.S.ª(s)., e Fiat Leasing S/A Arrendamento Mercantil, é a presente para notificar V.S.ª(s) a restituir os bens objetos do aludido contrato de arrendamento, conforme previsto na cláusula XII, ficando desde já obrigado(a) ao pagamento da diferença obtida entre a venda dos bens e o saldo devedor atualizado até esta data, ou efetuar o pagamento da parcela vencida em referência, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis contados do recebimento desta.- SOLICITAMOS O SEU COMPARECIMENTO PARA LIQUIDAR O DÉBITO SUPRA, A: (endereço acima mencionado).- Caso V.S.ª(s) já tenha(m) liquidado a parcela objeto da presente notificação, rogamos tornar a mesma sem efeito, exibindo-nos entretanto, os devidos comprovantes. - O não atendimento a esta notificação caracterizará posse ilegítima dos bens arrendados, acarretando as medidas judiciais cabíveis. - No aguardo de suas providências, Atenciosamente, FIAT LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL (via-se assinatura ilegível), (via-se carimbo: Cristiane Borges Arantes Ayres - Advogada).". Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAÚJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília -DF, 25 de fevereiro de 1998.

(DAR R$91,23)

O Oficial do Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil e Protestos, com sede a Av. Central - A . Esp. 12-Bl. K- Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc. faz saber a 1) OSMAN NUNES DE ARAUJO, End.: SHCE, Qd. 301, 'Bl. C. Apt 302 - Cruzeiro Novo - Brasília -DF; 2) ANGELA SAYURI TAKAHARA, End.: CNB 01, Lt. 01. Ap. 1001 - Taguatinga - Brasília -DF; 3) LUCIA MARIA DA GRAÇA DE OLIVEIRA, End.: QNE 34, Cs. 02- Taguatinga - Brasília -DF, Avalista: Adalberto Gomes de Oliveira, End.: QNE 34, Cs. 22 - Taguatinga - Brasília -DF; 4) AMARILDO RIBEIRO PONTES, End.: QNP 32, Cj. T, Cs 22 P Sul - Ceilândia - DF; e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foi apresentado por parte de BANCO VOLKSWAGEN S/A com sede na SCN Qd. 04, Bloco B, NR. 100, Sala 1101 - Centro Empresarial Varig - Brasília -DF- Tel.: (061)327.2000 FAX.: 327.1031/1032/1037/2001, documentos que foram protocolados e registrados em microfilmes, respectivamente sob os nºs : 01) 185452(183858) em data de 20/02/98(10/02/98); 2) 185453(183855) em data de 20/02/98 (10/02/98); 3) 185456(183860) em data de 20/02/98(10/02/98); 4) 185454 em data de 20/02/98; com as seguintes características: 01) REF.: 1380400; DN.:314; Vencimento: 12.01.98(por edital), 12.02.98; Parcela: 19, 20; Débito até 20/02/98; 2) REF.: 1866524; DN.: 881; Vencimento: 17.11.97(por edital), 17.12.97, 17.01.98; Parcela: 14, 15, 16; Débito até 20/02/98; 3) REF.: 1545760; DN.: 881; Vencimento: 19.10.97(por edital), 19.12.97, 19.01.98; Parcela: 15, 17, 18; Valor: R$ 615,59, R$ 615,59, R$ 615, 59; Débito até 20.02.98; 4) Ref.: 2687178; DN.: 931; Vencimento: 17.11.97por edital), 17/12/97, 17/02/98; Parcela: 08, 09, 11; Débito até 20/02/98; todos com o seguinte teor: " Encontra-se em aberto em nossos arquivos as parcelas em referência de sua responsabilidade, a saber: (acima discriminadas). Caso essa(s) parcela(s) esteja(m) paga(s), solicitamos o envio de FOTOCOPIAS/XEROX dos respectivos comprovantes para o endereço abaixo, OU VIA FAX. Se, no entanto, não foram efetivamente pagas e havendo interesse na solução amigável do débito, solicitamos entrar em contato telefônico ou pessoal, no prazo de 72(setenta e duas) horas, do recebimento desta. O não comparecimento no prazo acima estabelecido, implicará na sua constituição em mora, nos termos do Parágrafo 2º do Decreto-Lei nº 911 de 1º de outubro de 1969, ficando facultado ao Banco Volkswagen, nesse caso, tomar as providências legais contidas no Artigo 3º do mesmo Diploma Legal (Busca e Apreensão do Veículo Financiado). Atenciosamente, BANCO VOLKSWAGEN S/A (endereços acima mencionados) via-se assinatura ilegível." Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAUJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília-DF, 25 de fevereiro de 1998.

(DAR R$71,20)

O Oficial titular do I.º Ofício de Notas, Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e Protesto de Títulos do DF, com sede a Av. Central, Área Esp. 12, Bl. K-Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc., FAZ SABER a RONALDO FERREIRA DE SOUZA, End.: QNP 34, Cj. I, Casa 15 - P Sul - Brasília -DF; e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foi apresentado por parte de BANCO SAFRA S/A, CGC/MF Nro 58.160.789/0001-28; documento que foi protocolado e registrado em microfilme, sob o n.º .: 179899 em data de 07/01/98 com as seguintes características: Ref.: Contrato n.º-0105200010080606; Prestação(ões) Vencida(s) 016; 23/12/97 -R$ 434,63; com o seguinte teor: "Prezado(a) Senhores(a).- Pela presente, para todos os fins e direitos, vimos notificá-los para que, no prazo improrrogável de 24(vinte e quatro) horas, contados do recebimento da presente, efetuem o pagamento da(s) Obrigação(ões) Pecuniária(s) vencida(s) e acima identificada(s) relativa(s) ao contrato em referência, sob pena de ficar plenamente caracterizado o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, nos termos da cláusula 21 do contrato epigrafado, e de pleno direito rescindido o mesmo contrato, ficando ainda V.S.as. constituídos, em mora e obrigados a restituir o(s) bem(ns), com seus pertences e acessórios, além de permanecerem como devedores pelas contraprestações vencidas e vincendas, pelo valor residual, contratualmente estipulados, pelas perdas e danos, juros de mora, multas, despesas, honorários e demais cominações contratuais e legais.- Fica, ainda, V.S.ª, informada de que o não pagamento da dívida acima especificada, acarretará o registro do débito e negativação de seus nomes junto ao SCPC - Serviço Central de Proteção ao crédito e SERASA.- Sem mais para o momento, subscrevemo-nos. - Atenciosamente, BANCO SAFRA S/A (via-se assinatura ilegível) Em tempo: O pagamento deverá ser feito na Brascobra Ltda. Sita a SCS Qd.02 Bl.C Edifício Palácio do Comércio Sobre Loja 18 - Brasília -DF- Obs.: Caso ao receber esta notificação V.S.ª já houver regularizado a pendência, solicitamos que desconsidere esta carta e aceite nossas desculpas.". Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAÚJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília -DF, 26 de fevereiro de l998.

(DAR R$57,85)

O oficial titular do I.º Ofício de Notas, Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e Protesto de Títulos do DF, com sede a Av. Central, Área Esp. 12, Bl. K-Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc., FAZ SABER a ANTONIO CARLOS C. DA SILVA, End.: SQN 106, bl. A, Aptº 307 - Asa Norte - Brasília -DF; e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foi apresentado por parte de BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S. A . - FINASA, com sede a Av. W/3 Sul 506, Bl. B, Loja 65 - Brasília -DF; documento que foi protocolado e registrado em microfilme, sob o n.º: 182870 em data de 30/01/98; com as seguintes características: Ref.: Contrato número.: 85.187.068; Data da Assinatura: 27/02/97; Prestação vencida em: 27/12/97 Valor da prestação: R$ 368,35; Data de Emissão: 29/01/98 Local de Pagamento: AYRES, ARANTES E AYRES ADVOGADOS S/C.- Endereço: SIA SUL, Qd. 4-C, Lt. 51, Ed. SIA CENTER II, Sls. 305/7, Brasília - DF.; com o seguinte teor: "Tendo-se vencido a prestação acima indicada, sem que tenha havido o pagamento, cumpre-nos notificá-lo de que pelo simples vencimento, V. S. ª já está constituído em mora, nos termos do art. 2º, parágrafo 2º, do Dec.-lei n.º 911 de 01/10/ l969, tendo a presente simplesmente efeito probatório da referenciada mora, para imediata propositura da Busca e Apreensão do bem financiado ou de outra medida judicial admitida em lei.- A importância acima corresponde ao valor da prestação na data do vencimento, ao qual serão acrescidos os encargos devidos até a data do efetivo pagamento. BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S. A . -FINASA (via-se assinatura ilegível)". Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAÚJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília -DF, 26 de fevereiro de 1998.

(DAR R$48,95)

O oficial titular do I.º Ofício de Notas, Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e Protesto de Títulos do DF, com sede a Av. Central, Área Esp. 12, Bl. K-Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc., FAZ SABER a ARMINDA AZEVEDO LIMA End. SQN 215, Bloco A, Apto. 401 - Asa Norte - Brasília -DF; e a tantos quantos o presente virem que lhe foi apresentado por parte de - CIA REAL DE INVESTIMENTOS CFI, documento que foi registrado e microfilmados sob o n.º 184797 em data de 17/02/98; com as seguintes características: Ref.: Contrato n.º 10/515267-1; Prestação(ões): 13ª a 16ª; Vencimento(s): 16/10/97 a 16/02/98; Valor de cada uma: R$ 410,31; de teor seguinte: "Prezado(a) Senhor(a).- Solicitamos as necessárias providências de V.S.a,

no sentido de efetuar no prazo de 48(quarenta e oito) horas o pagamento da(s) prestação(ões) a seguir especificada(s), do Contrato em referência. (como especificado acima).- Obs.: o(s) valor(es) supra, por ocasião do efetivo pagamento, será(s) acrescido(s), ainda, dos encargos moratórios previstos na cláusula 03 do contrato em tela. O não pagamento do débito, acrescido(s) dos encargos moratórios pactuados, dentro do prazo ora estipulado, implicará no vencimento antecipado, com a propositura, inclusive da competente ação.- Pedimos notar que, de acordo com o parágrafo 2º do art. 2º do Decreto-Lei n.º 911, de 01/10/69, a falta de atendimento a esta Notificação ensejará a adoção das pertinentes medidas judiciais, ficando V. S.a(s) ciente(s) estar(em), desde já, incurso(s) nas penas de mora, o que nos autoriza a promover ações cabíveis ou, ainda, a execução por título extrajudicial contra o(os) FINANCIADO(S) e seu(s) AVALISTA(S), para quem estamos remetendo cópia da presente.- COMPANHIA REAL DE INVESTIMENTOS CFI.- p/p Silvio Luiz Ferreira.- OAB/DF n.º 4.051.- Jurídico.- (Via-se assinatura ilegível).- Endereço para pagamento das prestações em atraso: SDN- Conjunto Nacional Brasília - Sala 5.037 - 3ª Etapa - Brasília -DF - Telefones 322-2311, 322-5751 e 226-5519 - Falar com o Sr. Cleber, Senhorita Fabiana ou Dr. Sílvio Luiz Ferreira". Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual para garantia do credor-notificante, e a seu pedido, foi expedido o presente edital para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAUJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília -DF, 25 de fevereiro de l998.

(DAR R$57,85)

O Oficial do Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e Protesto de Títulos do DF, com sede a Av. Central- A .Esp. 12-Bl. K- Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc., faz saber a ELIANA MARIA ARAUJO, End.: SHCGN 710, Bl. F, Casa 05 - Brasília -DF; e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foram apresentados por CITIBANK LEASING S/A- ARRENDAMENTO MERCANTIL, documento intitulado "NOTIFICAÇÃO DE MORA" que foi protocolado e registrado em microfilme sob o n.º: 184117 em data de 11/02/98; com as seguintes características: Contraprestação vencida em 26/11/97- R$ 912,98 - Contrato n.º 1900428 com o seguinte teor " CITIBANK LEASING S/ A ARRENDAMENTO MERCANTIL, vem proceder a NOTIFICAÇÃO de V.Sª pelos motivos e para os seguintes fins: -Tendo vencido a contraprestação residual indicada acima, sem pagamento, cumpre-nos NOTIFICÁLO(A) de que pelo simples vencimento, V. Sª já está constituído em MORA, conforme cláusula XVI, "a". - Solicitamos o seu comparecimento dentro de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento desta, para liquidar o débito acrescido de encargos contratuais, no seguinte endereço SIA Sul, Qd. 4-C, Lote 51, Ed. SIA Center II, Salas 305/6, Brasília -DF. - Outrossim, caso V. Sª já tenha pago a prestação acima, objeto da presente notificação, rogamos considerar esta sem efeito, exibindo-nos, entretanto, os respectivos comprovantes (inclusive via FAX.: (061) 361-4212).- Alertamos que o não comparecimento constituirá V.S.a em MORA para os efeitos legais, o que implica no vencimento antecipado de todo o contrato, com a decorrente adoção das medidas judiciais cabíveis, possibilitando a imediata REINTEGRAÇÃO DE POSSE do bem arrendado. Sem mais para o momento, Atenciosamente (via-se assinatura ilegível, Cristiane Borges Arantes Ayres - Advogada) CITIBANK LEASING S/A- ARRENDAMENTO MERCANTIL". Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAÚJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1998.

(DAR R$53,40)

O Oficial do Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e Protesto de Títulos do DF, com sede a Av. Central- A .Esp. 12-Bl. K- Núcleo Bandeirante-DF, na forma da Lei, etc., faz saber a 1) CLAUDIA DOURADO DOS SANTOS, End.: QNM 18, Cj. C, Casa 46 - Brasília - DF; 2) EDNA CARDOSO DIAS, End.: SQS 407, Bl. L, Apto 301 - Brasília -DF; 3) RICARDO VARGAS, End.: qi 05, Conj. I, Casa 44 - Guará I - Brasília -DF; 4) IVOMAR FERREIRA DOS SANTOS, End.: HCGN 707, Bl. D, Apto 411 - Brasília -DF, Avalista: Adriana da Costa Braz, e a tantos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que lhe foram apresentados por BANCO CITIBANK S/A, documentos intitulados "NOTIFICAÇÃO DE MORA" que foram protocolados e registrados em microfilmes, respectivamente sob os nºs: 1) 184102 em data de 11/02/98; 2) 184103 em data de 11/02/98; 3) 184109 em data de 11/02/98; 4) 184424 em data de 12/02/98, com as seguintes características, respectivamente,: 1) Prest. Vencida em `09/12/97 - Contrato n.º 5987571- R$ 318,81; 2) Prest. Vencida em 09/12/97 - Contrato n.º 4793013 - R$ 809,73; 3) Prest. Vencida em 31/10/97 - Contrato n. 4863518- R$ 396,88; 4) Prest. Vencida em 13/12/97 - Contrato n.º 5123275 - R$ 891,29, todos com o seguinte teor " BANCO CITIBANK S/ A, vem com fundamento nos termos do parágrafo 2º, do art. 2º do Dec. Lei nº 911, de 01/10/1969, proceder a NOTIFICAÇÃO de V.Sª pelos motivos e para os seguintes fins: -Tendo vencido a prestação indicada acima, sem pagamento, cumpre-nos NOTIFICÁLO(A) de que pelo simples vencimento, V. Sª já está constituído em MORA. - Solicitamos o seu comparecimento dentro de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento desta, para liquidar o débito acrescido de encargos contratuais, no seguinte endereço SIA Sul, Qd. 4-C, Lote 51, Ed. SIA Center II, Salas 305/6, Brasília -DF. - Outrossim, caso V. Sª já tenha pago a prestação acima, objeto da presente notificação, rogamos considerar esta sem efeito, exibindo-nos, entretanto, os respectivos comprovantes (inclusive via FAX.: (061) 361-4212).- Alertamos que o não comparecimento constituirá V.S.a em MORA para os efeitos legais, o que implica no vencimento antecipado de todo o contrato, com a decorrente adoção das medidas judiciais cabíveis, possibilitando a imediata BUSCA E APREENSÃO do bem alienado fiduciariamente. Sem mais para o momento, Atenciosamente (via-se assinatura ilegível, Cristiane Borges Arantes Ayres) BANCO CITIBANK S/A". Certifico e dou fé que o devedor notificado não foi encontrado no endereço fornecido, motivo pelo qual, para garantia do credor-notificante e a seu pedido foi expedido o presente edital, para que no futuro não se possa alegar ignorância. Eu, EMIVAL MOREIRA DE ARAÚJO, Oficial, o expedi, fiz publicar na imprensa oficial, dou fé e assino. Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1998.

(DAR R$64,53)

SINDICATO DAS SECRETÁRIAS E DOS SECRETÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE SECRETARIADO

A Presidente do Sindicato das Secretárias (os) do Distrito Federal - SISDF convoca os associados e categoria em geral para uma Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 07/03/98, na sede da entidade no SCS/Qd. 01/Ed. Ceará/Sala 107, das 09:00 às 11:30 horas, para eleição da Diretoria Provisória do Conselho Regional de Secretariado do Distrito Federal. As inscrições de chapas, ou individualmente para preenchimento dos cargos, deverão ser feitas até dia 05/03/98, na sede do SISDF, no horário de 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas. Os candidatos deverão obrigatoriamente ter registro na DRT/MT e os votantes deverão comprovar através da CTPS ou declaração do órgão em que trabalha que exercem a profissão. Brasília-DF,. 26 de fevereiro de 1998- Maria Normélia A. Nogueira - Presidente.

(DAR R$ 22,25)

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE BRASÍLIA - DF

C.G.C Nº 00.686.279/0001-09

SEDE PRÓPRIA: SDS. ED. CONIC, SALAS 217 E 219 - BRASÍLIA - DF FONE: 225.6471

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

01) Pelo presente edital,fazemos saber aos empregadores que se dedicam as atividades econômicas que nos são correspondentes, em Brasília e em todo o Distrito Federal, que o desconto da COBTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados, deve ser efetuados até 31 de março do corrente ano e recolhido em nosso favor até 30 de abril, impreterivelmente, conforme dispõem os artigos 579,580,I, ou 582 da CLT. O desconto deverá ser feito na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho dos empregados, QUALQUER QUE SEJA A FORMA DA REFERIDA REMUNERAÇÃO, INCLUINDO ADICIONAIS E HORAS EXTRAS, de acordo com o Inciso I do artigo 580 da CLT. 02) A opção de que trata o art. 585 da CLT é facultada somente aos profissionais liberais que, nas empresas com as quais mantenham vínculo empregatício, exerçam, efetivamente, a atividade para a qual estejam legalmente habilitados. 03) O recolhimento deverá ser procedido, sem multa, até 30 de abril, através dos órgãos arrecadadores: 1º) - Caixa Econômica Federal; 2º) - Banco do Brasil S.A; 3º) - Estabelecimentos bancários integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais , devendo os empregadores nos enviar xerox da guia autenticada mecanicamente pelos estabelecimentos . 04) Lembramos aos senhores empregadores que o não recolhimento, no prazo legal, implicará nas sanções do art. 600 da CLT: Multa de 10% mais 2% de mora mensal, 1% de juros, também mensal, e correção monetária, providência que será tomada por este sindicato, nos termos do art. 606 da CLT, sem prejuízo das penalidades que possam ser aplicadas pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho, de acordo com o art.598 da CLT. 05) Estão obrigados a recolher, em favor deste Sindicato, a contribuição sindical de seus empregados; as empresas DISTRIBUIDORAS DE GASOLINA, ÁLCOOL, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, ASFALTO, SOLVENTES DE PETRÓLEO, GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, as que exploram o COMÉRCIO DE MINÉRIOS, INCLUSIVE PESQUISA, os POSTOS E GARAGENS revendedora desse produto, o COMÉRCIO TRANSPORTADOR-REVENDEDOR-RETALHISTA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL E QUEROSENE E AS EMPRESAS QUE EXERÇAM ATIVIDADES ECONÔMICAS SIMILARES OU CONEXAS ÀS ACIMA CITADAS;06) Lembramos, ainda, que a contribuição do empregado admitido após o mês de março será descontada no primeiro mês de trabalho, e o recolhimento no mês subsequente, salvo se esse desconto já tiver sido feito, no ano em curso, no emprego anterior e anotado na carteira profissional, de acordo com o que dispõem os arts. 601 e 602 da CLT. 07) Os pedidos de guias ou esclarecimentos, poderão ser dirigidos ao endereço acima, no que os interessados serão prontamente atendidos, informando-se, de todo o modo, que no verso da GRCS, de uso obrigatório a partir de 01.01.85 , conforme Portaria MTb 3233, de 29.12.83, constam as instruções para o seu correto preenchimento. Brasília-DF., 23 de janeiro de 1998.

RAIMUNDO MIQUILINO DA CUNHA-Presidente

(DAR R$ 280,35 - 3)

SOCIEDADE DOS AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO RIACHO FUNDO

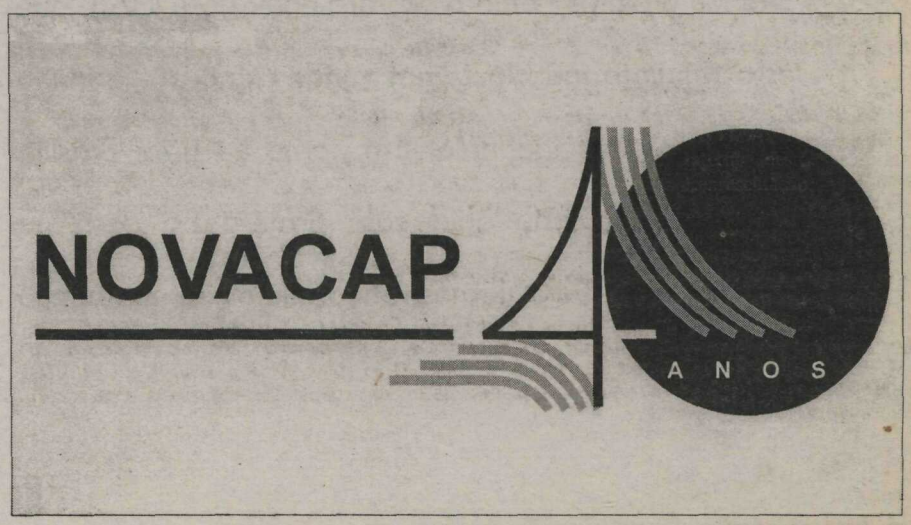
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ELEIÇÃO DA DIRETORIA COORDENADORA

A Coordenação da Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade dos Amigos da Biblioteca Pública do Riacho Fundo, no uso das atribuições contidas no Estatuto da Entidade, convoca para o dia 28/03/98 às 09 horas a realização de Assembléia Geral Extraordinária para Eleição da diretoria para o período 1998/1999. De conformidade com o capítulo VI e seus artigos e parágrafos do Estatuto, poderão, concorrer as chapas previamente habilitadas. As inscrições serão feitas na sede da Sociedade, à AC 03 - lote 05 Riacho Fundo

Riacho Fundo, 26 de fevereiro de 1998

Diretoria Coordenadora

(DAR R$ 22,25)



ÍNDICE DE NORMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO 19054, 27-02-98 1
.DESPACHO, 27-02-98 1

VICE-GOVERNADORIA

.DESPACHO, 16-01-98 2

SECRETARIA DE GOVERNO

.ATA, SUCAR/RA-IV-BRAZLANDIA, 13-02-98 2
.ATA, SUCAR/RA-IV-BRAZLANDIA, 10-02-98 3
.DESPACHO-R, SUCAR, 26-02-98 2
.DESPACHO, SUCAR/RA-II-GAMA, 27-02-98 3
.DESPACHO, SUCAR/RA-III-TAGUATINGA, 27-02-98 3
.DESPACHO-R, SUCAR/RA-XV-RECANTO DAS EMAS, 27-02-98 3

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ATO, SUREC/DAT, 27-02-98 4
.ATO DECLARATORIO 7-R, SUREC/DAT, 27-02-98 3
.ATO DECLARATORIO 16-*, SUREC, 25-02-98 3
.ATO DECLARATORIO 41-R, SUREC/DAT, 20-02-98 4
.ATO DECLARATORIO 43-R, SUREC/DAT, 25-02-98 4
.DESPACHO, SECRETARIO, 16-02-98 3
.DESPACHO, SUREC/DAT, 27-02-98 4
.DESPACHO, TARF/PRESI, 02-02-98 4
.DESPACHO, TARF/PRESI, 03-02-98 4
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 04-02-98 5
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 05-02-98 5
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 09-02-98 6
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 10-02-98 6
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 11-02-98 7
.DESPACHO, TARF/PRESI, 13-02-98 7
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 16-02-98 7

SECRETARIA DE EDUCACAO

.DESPACHO-*, SECRETARIO, 13-02-98 8
.DESPACHO, SECRETARIO, 26-02-98 8
.PORTARIA 27-R, SECRETARIO, 27-02-98 8

SECRETARIA DE SAUDE

.DESPACHO, ISDF, 20-02-98 8

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.DESPACHO, FZDF/DEX, 18-02-98 8

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO, SECRETARIO, 27-02-98 8

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

.DESPACHO, SECRETARIO, 26-02-98 8

SECRETARIA DE HABITACAO E DESENVOLVIMENTO URBANO

.DECISAO 110, TERRACAP, 26-02-97 9

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

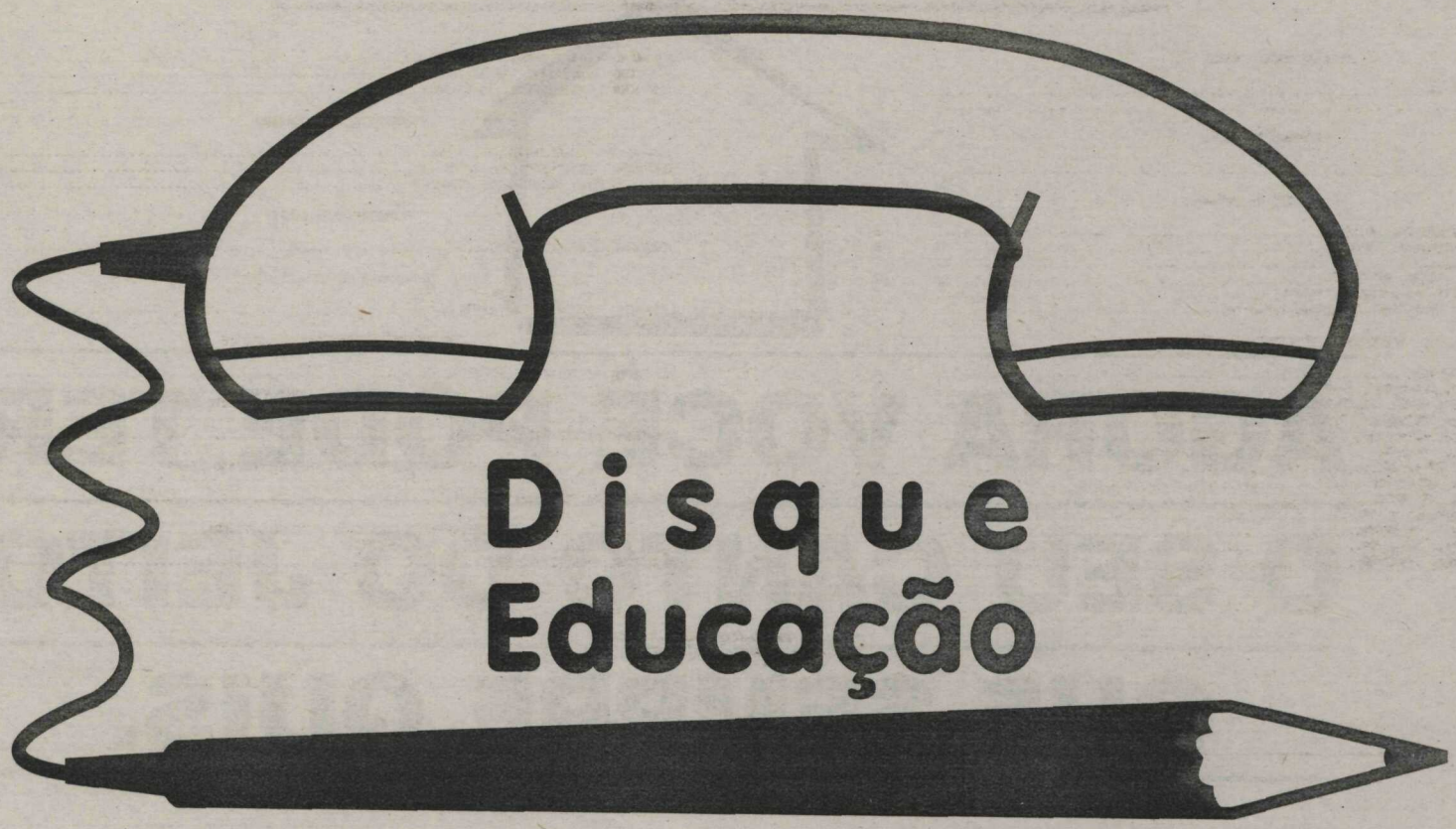
.DESPACHO, DGA, 27-02-98 9

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO

Brasília está cada vez mais legal. Dá gosto viver assim.

O Governo Democrático e Popular está tornando o Distrito Federal cada vez mais legal. Para isso foram criados projetos como o Morar Legal, do IDHAB, que está regularizando lotes em várias cidades e abrindo portas para a cidadania. Em nome de uma Brasília melhor, o governo agiu com firmeza no caso da invasão da Estrutural, mostrando que o respeito à lei é fundamental para a construção de um futuro digno. Outro exemplo é a legalização da Feira do Paraguai. Assim, dá gosto viver em Brasília.

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR GDF



0800 617171

Para você dar sua opinião, reclamar ou sugerir.

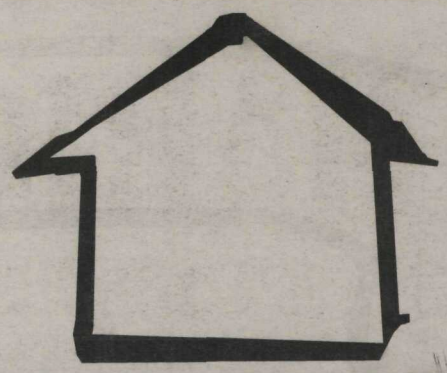
Disque-Educação foi criado pela Secretaria de Educação do DF para ouvir a comunidade escolar. Agora você conta com uma linha direta entre pais, alunos, funcionários, professores e a Fundação Educacional.

Sua participação é muito importante. Ela vai melhorar o atendimento, permitindo o aperfeiçoamento da escola pública. Ligue para a Educação. A escola cresce na medida em que a comunidade defende seus direitos e expõe suas opiniões.

Este é mais um toque de qualidade na educação do Distrito Federal.

Secretaria de Educação
Anexo do Palácio do Buriti
9º andar - sala 905
também pelo fax 224-1376

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
GDF



AGORA VOCÊ PODE TER O SEU CANTO DO JEITO QUE SEMPRE QUIS.

O QUE É O PROGRAMA CASA DA GENTE?

O Programa Casa da Gente faz parte da Política Habitacional do Governo Democrático e Popular. Ele garante à população o direito de morar bem, numa casa segura e saudável.
O Programa começa por Santa Maria e vai se estender a Samambaia, Paranoá, Recanto das Emas e várias outras cidades, beneficiando milhares de famílias em todo o Distrito Federal.

QUAL A DIFERENÇA DO PROGRAMA CASA DA GENTE PARA OS OUTROS PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR?

Com o Programa Casa da Gente, você pode receber financiamento para construir ou reformar a sua casa do jeito que sempre quis, ou comprar uma casa pronta. São recursos garantidos pelo orçamento do GDF e contratados com a CEF e Ministério de Orçamento e Planejamento. Agora o seu canto vai ter o seu jeito.
E você ainda paga de acordo com o que ganha.

COMO FUNCIONA O PROGRAMA CASA DA GENTE?

O Programa oferece quatro opções de financiamento:
- para comprar uma casa pronta;
- para comprar material de construção com assistência técnica garantida;
- para comprar um terreno e igualmente ter assistência técnica; ou
- só assistência técnica.

O pagamento é financiado de acordo com sua renda mensal.
E o valor das parcelas será de, no máximo, 30% da sua renda.

COMO FAZER O PROJETO DA CASA OU DA REFORMA?

Em cada cidade onde tiver o Programa Casa da Gente, será montado um canteiro comunitário em parceria com a administração Regional. Engenheiros e arquitetos estarão à disposição para ajudá-lo com a sua obra, do projeto até o acabamento.

QUEM PODE PARTICIPAR DO PROGRAMA CASA DA GENTE E EM QUE CIDADES ELE JÁ ESTÁ VALENDO?

Quem vive no Distrito Federal há 5 anos ou mais, e está assentado de forma regular. As localidades são:

- **Santa Maria**
- **Samambaia**
- **Paranoá**
- **Recanto das Emas**
- **QE 38 - Guará II**
- **Varjão**
- **Ceilândia**
- **Riacho Fundo**
- **Sobradinho**
- **Gama**
- **Brazlândia**

No Casa da Gente, os moradores na faixa de renda mais baixa, de até 3 salários mínimos, terão prioridade.

COMO SE INSCREVER NO PROGRAMA CASA DA GENTE?

Procure o canteiro comunitário do IDHAB logo após o lançamento do Programa na sua cidade.

idhab
Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

CASA DA GENTE

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR GDF